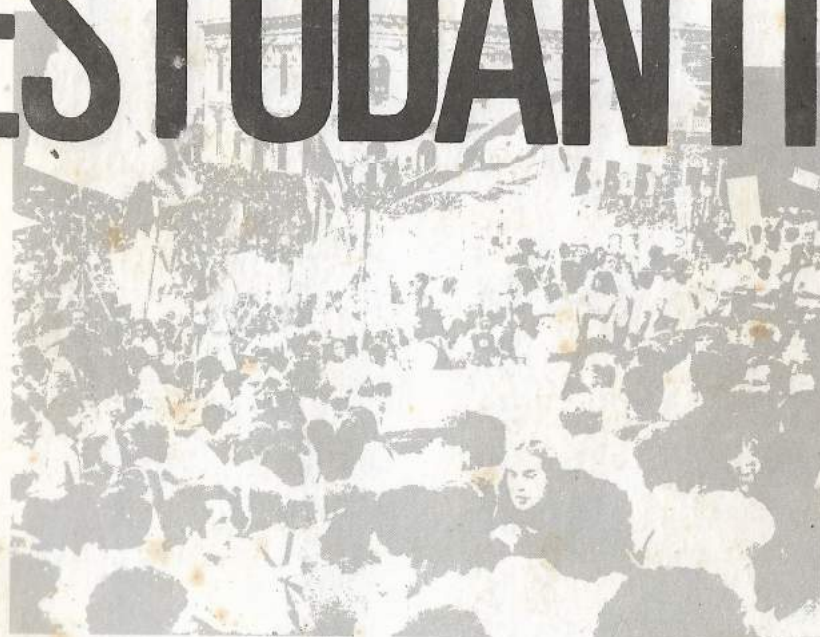


MOVIMENTO ESTUDANTIL



EM SANTA CATARINA

SERENITO A. MORETTI

44
4m

1984

Caldeira 1985

MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SANTA CATARINA

SERENITO A. MORETTI

1984

UDESC - CCE
Biblioteca Universitária

Data: 23 / 08 / 2006

Acervo: 68087

Ex.: 244 2250

C.P.D.: UB000112661

APRESENTAÇÃO

Na simplicidade e seriedade deste documento, busca-se resgatar parte da história do povo de Santa Catarina.

Reunidos nesta pequena obra, mas de grande valor histórico, encontram-se vários momentos da vida do movimento estudantil de Santa Catarina. Momentos estes que sempre estiveram profundamente identificados com os anseios populares de nosso Estado e este fato o levou a ser perseguido e impedido de livre expressão e manifestação.

O trabalho incansável de recolher, organizar, redigir e imprimir este documento, se reveste de importância sem igual neste momento, na medida em que assume o compromisso de revelar parte escondida de nossa história, por meio do Movimento Estudantil e particularmente através da União Catarinense dos Estudantes – UCE.

Por isso, recomendar a leitura desse opúsculo muitíssimo me apraz, pois existe de minha parte a certeza de que o que aqui está escrito, desnuda a memória adormecida da juventude de Santa Catarina, que, a cada dia que passa rompe os guilhões para dar continuidade à sua missão Histórica de contribuir para a superação do grau de pobreza, dor e exploração de nosso povo.

Carlos Alberto Marques

Presidente da União Catarinense dos Estudantes

INTRODUÇÃO

A atuação dos estudantes na História do Brasil tem sido vista como um fenômeno secundário. Daí a ausência de pesquisas e estudos a respeito, salvo raras exceções.

Argumenta-se, muitas vezes, que a atuação estudantil é consequência do "conflito de gerações" ou do "idealismo e da sede de justiça da juventude" e que, por isso mesmo, não merece maior atenção, já que marcada pela transitoriedade da idade cronológica do jovem. Além do mais o "conflito de gerações" e o "idealismo e sede de justiça" tende a desaparecer à medida que o jovem estudante passa à ocupação de uma atividade profissional e com a constituição de uma família, assumindo compromissos inalienáveis à sua existência.

Porém, a história do Movimento Estudantil brasileiro se não prova o contrário, ao menos evidencia que os estudantes sempre estiveram presentes na História do Brasil.

Registra-se em 1710, sua primeira manifestação, quando repeliram a invasão de mil soldados franceses no Rio de Janeiro que, devido à bravura dos estudantes, capitularam. Ainda naquele século os estudantes estiveram presentes na Inconfidência Mineira. Já no Brasil Império, com a fundação das primeiras faculdades, apareceram as Sociedades Acadêmicas que desempenharam importante papel nas campanhas da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. As Sociedades Acadêmicas representaram o primeiro passo da atuação coletiva e, portanto, organizada dos estudantes. A partir de então, a atuação estudantil empreendera crescente participação no destino do País. E foi nas entranhas do Estado Novo que os estudantes conseguiram consolidar seu movimento, com a fundação da UNE, em 1937. Com a criação da UNE, as lutas estudantis foram centralizadas e, progressivamente, adquiriram caráter organizado e de emancipação nacional que resultou na "desmistificação do significado da independência política formal conquistada pelo Brasil em 1822".

Assim, o movimento estudantil foi se moldando através dos tempos, e não raras vezes se converteu, em muitos momentos da vida nacional, em verdadeiro "ponta de lança" dessa sociedade oprimida e reprimida, atuando no sentido de desencadear movimentos de caráter mais amplo e que desembocaram em sérias transformações políticas do País. É o que aconteceu, por

exemplo, na campanha pela entrada do Brasil na luta contra o nazi-fascismo, no início da década de 40; na campanha pelo estabelecimento do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás; nos protestos contra a ditadura, nos anos de 1966 a 1968; em todos, foi decisiva a participação dos estudantes, ou seja, eles, enquanto componentes de um movimento, assumiram o papel de fenômeno político de primeiro plano.

O movimento estudantil, contudo, como qualquer outro movimento social, está sujeito aos fatores conjunturais do desenvolvimento histórico. Daí os momentos de fluxo e refluxo.

Há, porém, que ressaltar que o movimento estudantil brasileiro advém da reação organizada dos estudantes às estruturas que mantêm um sistema de opressão e garantem o domínio de uma minoria privilegiada às custas da grande maioria da população. Esta reação, que inicialmente, é de caráter reivindicatório, origina-se da contradição da função do próprio sistema educacional; instrumento ideológico da classe dominante, para garantir sua hegemonia no poder e, assim, perpetuar seu sistema de dominação e exploração.

Destarte, resgatar a história do movimento estudantil em Santa Catarina é recuperar a memória inquietante de jovens que, com sua práxis, acreditaram estar construindo uma sociedade melhor, mais livre, independente e que desse garantias à vida do povo no seu grau de humanidade. Daí ser este trabalho imprescindível às novas gerações de universitários barrigas-verde que buscam, na atuação conjunta e organizada de sua categoria e aliada à luta das classes populares, a transformação das estruturas sociais arcaicas e opressoras da sociedade contemporânea e que, ao mesmo tempo, assumem o compromisso de construir novos dias onde a Justiça e a Liberdade sejam precedentes à imposição de normas de comportamentos e leis que mantêm a ordem vigente.

O resultado deste trabalho é parte de uma pesquisa realizada pelo autor, que serviu-lhe para concluir seu curso de licenciatura em Estudos Sociais, na Fundação Educacional de Brusque. Foram dois anos de pesquisa, seja na reunião de documentos espalhados por todos os lados, e, para compreender melhor os fatos e textos escritos, foi realizado um certo número de entrevistas com ex-militantes do movimento estudantil, seja no estudo e seleção do material colhido, como também na redação final do texto. Há, porém, limites que, devido à incineração de todos os arquivos das entidades estudantis pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em 1982, tornou-se impossível superar. Por outro lado, houve o cuidado para que somente fossem transcritos os fatos que não deixassem quaisquer margem de dúvida quanto à sua veracidade histórica.

A publicação deste opúsculo se deu às necessidades urgentes do movimento estudantil no Estado de Santa Catarina, que neste ano completa seu 35o. ano de consolidação, e sob os insistentes pedidos de líderes da União Catarinense de Estudantes.

Entretanto, é projeto do autor, a curto prazo, publicar a obra completa, com documentário, depoimentos e um capítulo sobre a rearticulação do movimento estudantil catarinense, no final dos anos 70.

Florianópolis, setembro de 1984.

I PARTE

NOÇÕES PRELIMINARES – SITUAÇÃO DO CONTEXTO

I CAPÍTULO

A UNIVERSIDADE NA HISTÓRIA

1. Origem e desenvolvimento

Herdeiras das instituições do mundo greco-romano, as universidades foram assumindo uma forma específica no contexto religioso do Oriente islâmico e do Ocidente cristão ⁽¹⁾.

Na época feudal existiram os chamados *Studia Generalia*, lugares frequentados por estudantes vindos de todas as partes. Para terem o direito de ensinar ou de conferir graus, eles precisavam uma licença do papa, do rei ou do imperador.

É pacífico entre os autores citar os *Studia Generalia* como gênese da instituição que hoje conhecemos: a Universidade.

Seu início deu-se no século XII, mais precisamente com a fundação da Universidade de Bolonha, e teve a Igreja como autoridade aglutinadora e diretora. Além desta, ainda neste século, destacam-se as universidades de Salerno (Itália), que se distinguiu por sua medicina e foi chamada “*Civitas Hippocrates*”; Bolonha, notável pela sua escola de Direito; e, principalmente Paris e Montpellier, na França. Pouco tempo depois surgiram as Universidades de Oxford e Cambridge (Inglaterra), fundadas por descontentes com a Universidade de Paris, devido a seus estudos clássicos sobre a técnica e fortemente dominante e centralizadora ⁽²⁾.

Nestas escolas o centro era o ensino do Direito, mas, posteriormente ao Concílio de Latrão, o núcleo passou a ser a Teologia ⁽³⁾.

No século XIII, continuaram a surgir universidades na Europa Continental e, posteriormente, em todo o mundo civilizado, como: Bolonha (1108),

Paris (1211), Pádua (1222), Nápoles (1224), Salamanca (1243), Oxford (1249), Cambridge (1284), Coimbra (1290), Praga (1348), Heidelberg (1386), Leipzig (1409), Tübingen (1477), Leiden (1575), Edinburgo (1583), Göttinger (1737), Moscou (1755), São Petersburgo (1789), Londres (1836). Na América do Norte, os colonizadores fundaram as primeiras universidades: Harvard (1636), Yale (1701), Princeton (1746).

Caracterizam essas Universidades, no período medieval: seu caráter conservador, suas polêmicas teológicas e de outro teor, como as disputas entre realistas e nominalistas, o espírito universalista do professorado italiano, as aulas orais, a defesa de tese no final dos estudos. Sua tônica estava voltada para o saber como um fim em si mesmo, o saber desinteressado⁽⁴⁾, criada para formar uma elite aristocrática, depois complementada por uma elite de mérito, a Universidade medieval foi sofrendo mutações através dos tempos e se adequando às novas condições impostas pela realidade. Assim, no bojo da Reforma Protestante e da Revolução Industrial, este quadro foi se definindo. Com a exigência de especializações e técnicas que se ajustassem à nova divisão social do trabalho, imposta pela consolidação do modo de produção capitalista, herdada da Revolução Industrial, e sob o influxo e a disseminação das idéias liberais, os fatos não são mais dogmatically aceitos como verdade estática, mas analisados através da pesquisa em diversos campos. A inovação surge nas universidades alemãs, principalmente na Universidade de Berlim, fundada em 1810. Ali o estudante tem a opção de selecionar os assuntos de acordo com suas melhores aptidões pessoais; e o professor, além de ensinar, também pesquisa, permitindo o avanço contínuo e ininterrupto do saber.

2. O Surgimento das Universidades na América Latina e Sua Função

2.1. Na América Espanhola

Diferentemente de Portugal, o sistema universitário da Espanha foi trazido para a América Latina desde o início do século XVI. Aliás, a fundação de universidades européias no Novo Mundo, pelos espanhóis, é um acontecimento histórico único, que não encontra paralelo na História Colonial da Nova Era⁽⁶⁾. Há divergência entre os historiadores ao explicarem esta peculiaridade espanhola nas fundações de universidades. Por outro lado, é bastante conceituada a tese de que o colonizador espanhol encontrou na América — ao contrário de outros lugares colonizados —, principalmente nas áreas das cordilheiras mexicanas, centro-americana ou andina, populações dotadas de cultura aborígine desenvolvida. Deparando o conquistador com essas populações, teve de lançar mão de instrumentos que fossem

eficazes para opor àquela cultura autóctone, com o fim de extinguir seus valores, principalmente religiosos, para substituí-la pela do colonizador.

Duas fases principais caracterizam as instituições latino-americanas: uma do período inicial até a independência política e a outra desta independência do domínio espanhol aos dias presentes.

A primeira fase, com início na primeira metade do século XVI, caracteriza-se pela fundação de várias universidades pelo continente latino-americano, articuladas em dois grupos: São Domingos (1538), Bogotá (1622), e Quito (1622) como universidades missionárias intimamente ligadas à tradição de Alcalá; México (1536), Lima (1551), como universidades imperiais, conforme a de Salamanca. O primeiro grupo foi, de início, criado por Bula papal⁽⁷⁾, o segundo, a princípio, por Decretos reais-imperiais⁽⁸⁾, embora “com isto já se autodeterminasse, de certo modo, a bipartição hodierna do sistema universitário latino-americano em Universidades católicas e estatais; de certo modo, pois que também as fundações universitárias reais na metade do século XVI eram acentuadamente instituições cristãs”⁽⁹⁾. Ainda no século XVII, outras universidades surgiram, como a de Córdoba (1622), na Argentina; Sucre (1624), na Bolívia; Guatemala (1676); Ayacucho (1677) e Cuzco (1692), no Peru. Todas proporcionavam às elites espanholas uma variada formação universitária, cuja contribuição maior foi dada nos campos das artes e da literatura e menos na ciência e na filosofia⁽¹⁰⁾. Com a Inquisição, de modo mais incisivo a partir do século XVIII, o dogmatismo doutrinário, imposto principalmente pelas faculdades de Filosofia, Teologia e Direito Canônico, prevaleceu e surgiu o obscurantismo contra a ciência moderna. Sob o domínio do clero, o papel das universidades não foi só estar a serviço da campanha missionária dos jesuítas para emergir a “conquista espiritual”, como também dirigir-se contra o pensamento gradativo medieval e contra a Teologia baseada na decisão de consciência, das recém-criadas universidades protestantes⁽¹¹⁾.

A segunda fase que caracteriza as instituições universitárias na América Espanhola tem o século XIX como período de gestação. Foi para as atuais repúblicas sul-americanas, naquele século, um período de inquietude, gerado pelas guerras de independência. Apesar dos esforços de libertadores, como Bolívar, estes países não conseguiram escapar ao processo de fragmentação que resultou na divisão atual.

Os chefes de Governo que seguiram ao agitado período das Guerras de Independência eram homens fortes e ditadores. Tal período, falto de liberdades, não foi muito propício ao pleno desenvolvimento da instituição universitária⁽¹²⁾. Aliado a este fato e à influência da criação da universidade imperial por Napoleão (1806), houve mudanças nas universidades latino-americanas. O exemplo que o modelo francês trouxe para a América Latina

foi o do estabelecimento de Faculdades para cada profissão, diplomando os alunos para o exercício profissional com a outorgação de títulos e qualificações, com reconhecimento dado pelo governo. Assim tais instituições universitárias funcionavam como locais apropriados para a educação das elites dos países dessa região e seu consequente acesso as postos políticos e burocráticos (13).

2.2. No Brasil

O Brasil foi o último país ocidental a instituir a universidade, embora múltiplas tentativas tivessem sido feitas a partir daquela do jesuíta Beliarde, em 1592, que pretendeu iniciar a primeira universidade brasileira, mas a falta de aprovação de Roma impediu a continuidade da iniciativa (14).

Estando a Ordem de Cristo fundida com o Império lusitano, embora com interesses diferentes, os jesuítas conseguem o controle sobre a Universidade de Coimbra que recebe em todo o Império português o monopólio dos estudos (15). A centralização dos estudos na Universidade de Coimbra, atendia, por conseguinte, às aspirações dos colonizadores portugueses que, obrigando os raros representantes da juventude oriunda das famílias ricas das colônias a irem estudar no centro universitário da metrópole, reforçavam o seu espírito de lusitanidade e os preparavam para, de volta, se comportarem como bons súditos da Coroa de Portugal. Por isso, "no período colonial, o Brasil só contou com um remendo de universidade na Bahia, onde eram ministrados cursos propedêuticos para o sacerdócio e os estudos de direito e medicina, a serem completados em Portugal" (16).

A transferência da sede do poder metropolitano para o Brasil, em 1808, e a emergência do Estado nacional, geraram pouco depois a necessidade de se modificar o ensino superior herdado da colônia (17). Nasce, assim, um novo ensino superior, sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência cultural aos quais Portugal estava preso. O novo sistema implantado, sob alguma influência do padrão francês de universidade napoleônica, fragmentava o ensino em escolas isoladas umas das outras.

Os cursos, então criados — Direito e Medicina —, destinavam-se a formar burocratas para o Estado (estes ministrados nos estabelecimentos militares) e especialistas exigidos pela sociedade semicolonial no grau em que se encontrava: advogados para defender os direitos dos senhores de terra, uns contra os outros, e médicos que tratassem da saúde dos membros da classe rica. Quando a República foi proclamada (1889), havia apenas cinco faculdades, duas de Direito (São Paulo e Recife), duas de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro) e uma Politécnica nesta última cidade. A matrícula destes estudantes somava 2.300 acadêmicos (19).

Foi durante o período, comumente chamado de República Velha, que também compreende a consolidação e a crise da hegemonia da classe latifundiária, principalmente da que tinha interesse na cafeicultura, e da jovem burguesia industrial, desafiada por um operariado crescente em número e organização, e por movimentos insurrecionais de militares, apoiados por setores das camadas médias urbanas, que surgem as escolas superiores livres, isto é, não-dependentes do Estado, empreendidas por particulares. Seu crescimento foi bastante grande, tendo ocorrido correlativamente à facilitação do ingresso no ensino superior. Esse fenômeno foi produto de determinações técnico-econômicas, tais como a necessidade de aumentar o suprimento da força de trabalho dotada de alta escolaridade e, também, de determinações ideológicas, como a influência do Positivismo (20). Coincide com esta época o surgimento dos primeiros estabelecimentos de ensino superior no Brasil com o nome de universidades.

No Paraná, em 1912, as escolas superiores existentes chegaram a ser reunidas em uma universidade, que por interferência legal não pôde ter mais de quatro anos de vida (21). O mesmo aconteceu com outras faculdades em outros lugares. Mas a 7 de setembro de 1920 é instituída a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que abre o leque para a fundação de outras universidades: Minas Gerais (1927), São Paulo (1934), Rio Grande do Sul (1936). Já em 1946 são fundadas cinco novas instituições: a do Paraná (restaurada), Bahia, Recife e as universidades católicas do Rio de Janeiro e São Paulo. O Brasil em 1950 contava com cerca de 600 cursos e 15 universidades, embora a matrícula global somasse apenas 37.548 estudantes.

Em 1960, são 100.000 estudantes universitários, para os 70 milhões de brasileiros (22). Nos anos subsequentes, o Brasil assistia a uma verdadeira fase de aceleração no processo de crescimento quantitativo do ensino superior, contanto, em 1965, com 155.781 universitários matriculados (23).

3. O Ensino Superior em Santa Catarina

3.1. O Quadro Político

Em 1526, a ilha que até então fora chamada dos Patos, passou a denominar-se Santa Catarina, denominação que se constituiu, posteriormente, a todo o território que hoje constitui o Estado. Deve-se ao novo nome a Sebastião Caboto, comandante da expedição espanhola que naquela data aqui aportou e, presumivelmente, em homenagem à sua esposa Catarina Medrano (24).

Situada entre o Rio Grande do Sul, que seguia harmônico desenvolvimento e o Paraná em fase de crescente surto de progresso, Santa Catarina

caminhava, até a Revolução de 30, na retaguarda dos estados sulinos, tendo sido amiúde negligenciados pelos poderes federais. As diferentes regiões do Estado ainda permaneciam compartimentos quase estanques, cuja interligação era dificultada por precária rede rodoviária.

A vitória da Revolução liberal de 30 trouxe para o cenário político estadual novos líderes e com eles a esperança de melhores dias para os catarinenses. No entanto, tais líderes políticos, entre os quais se destacavam Nereu Ramos e o Coronel Aristiliano Ramos — provenientes de famílias de fazendeiros do planalto catarinense —, antes de fazerem do poder estadual o exercício de governar os interesses sócio-econômicos da população, converteram-no na oligarquia Ramos. Sua hegemonia no poder consolidou-se com o Golpe de Estado de 1937 que levou o presidente golpista, Getúlio Vargas, a nomear Nereu Ramos, a 27 de novembro, Interventor Federal. Permanecendo no governo até 1945 — queda do Estado Novo que o levou ao poder —, Nereu Ramos teve tempo suficiente para organizar em bases sólidas um núcleo partidário que viesse, no tempo oportuno, assumir, sob a sua chefia, a continuidade do controle político do Estado. As eleições de dezembro de 1945 — evento que firmava à Nação a reconquista de sua normalidade política, após 8 anos de ditadura —, viera, então, confirmar esta realidade. Na ocasião o Partido Social Democrático (PSD), fundado por Nereu Ramos, fez a maioria dos deputados à Câmara Federal, à Constituinte Estadual de 1947, e elevou ao governo do Estado Aderbal Ramos da Silva. A oposição expressava-se representativamente na União Democrática Nacional (UDN) e em diversos pequenos partidos, há pouco surgidos no cenário político, todos de inexpressiva significação.

Apesar de haver uma confrontação expressiva entre o partido da “situação” (PSD) e o da “oposição” (UDN), tendo, inclusive, nas eleições de 1950 a UDN conquistado o pleito eleitoral a nível estadual, elegendo governador a Irineu Bornhausen, até 1956 o quadro político em Santa Catarina continuou inalterado. A política hegemônica provinda desde a Revolução de 30 não sofrera mudanças, mesmo com a troca de Partidos no poder. Ademais, os dois grandes Partidos representavam os dois lados da mesma moeda, pois ambos sempre fundamentaram-se na política de clientela, e, neste sentido, havia, nesses partidos, uma disposição piramidal de hierarquia, em cuja base situavam-se os cabos eleitorais e na cúpula, o líder, o “nosso chefe”. Havia, portanto, a liderança absoluta de um indivíduo sobre cada um dos grandes partidos políticos existentes em Santa Catarina, o que explica porque duas famílias tinham a hegemonia sobre os destinos políticos do Estado⁽²⁵⁾.

Por outro lado, na disputa política a vitória ou derrota, do PSD ou da UDN, dependia da capacidade desse ou daquele Partido, em atrair os

chamados “pequenos partidos”. Estes, embora politicamente inexpressivos, por serem vários, acabavam tornando-se “fiéis de balança”⁽²⁶⁾.

Destarte, a atividade política entre os anos de 1930 e 1956, intensificada após o Estado Novo, pouco contribuiu para tirar o Estado de sua estagnação sócio-econômica e pobreza educacional.

3.2. Fundação das Primeiras Faculdades

Embora atribui-se à administração de Nereu Ramos (1937/45), transformações radicais no Governo do Estado, principalmente nos setores assistenciais e educacional, Santa Catarina, em 1956, contava com apenas seis faculdades: Faculdade de Direito (1932), Ciências Econômicas (1943), Farmácia e Odontologia (1947), Filosofia e Medicina, estas últimas fundadas naquele mesmo ano. Antes de ser uma iniciativa dos poderes públicos, estas faculdades, na verdade, foram criadas graças à iniciativa e abnegação de professores idealistas.

Apesar deste trabalho não objetivar a abordagem de como se deu a fundação dessas faculdades, merece destacar aqui, por seu valor histórico e peculiar no surgimento do ensino superior em Santa Catarina, à iniciativa do Prof. José Arthur Boiteux. Figurado como símbolo dos professores idealistas que tornaram realidade as faculdades em Santa Catarina, o Prof. José Arthur Boiteux foi o fundador — quase que por sua exclusiva e persistente iniciativa — da Faculdade de Direito. A Faculdade começou a funcionar em 1932, nos altos do prédio sito à Rua Felipe Schmidt, esquina Praça XV (onde funcionam as lojas Alfred), em Florianópolis. Na época, descreve com detalhes o Prof. Ferreira Lima⁽²⁷⁾, “a faculdade passou a ser conhecida pela denominação de “Alfaiataria do Didico”. A denominação pejorativa surgiu em virtude do seguinte fato: um Escrivão da Capital (Abel Ávila dos Santos), já velho e enxergando pouco, ao passar naquela via pública, olhou para os altos do prédio e ali viu uma grande tabuleta que Boiteux mandara colocar. Ao invés de ler “Faculdade de Direito”, e como ali estivesse estabelecido um alfaiate de apelido Didico, disse em voz bastante alta para os circunstantes: “Puxa, como o Didico progrediu, deve ter gasto um dinheirão com tamanha tabuleta!” Onde erradamente leu: “alfaiataria do Didico”, truncando, assim, os dizeres que eram “Faculdade de Direito”. Posteriormente, os maldizentes e inimigos da obra de Boiteux, passaram a chamá-la de “Faculdade do Didico”, procurando desmoralizá-la”.

Transcorridos seis anos de sua fundação, a Faculdade de Direito vivia do esforço dos professores fundadores, sem recursos. Naquele ano, em 1937, por força da Carta Constitucional baixada por Getúlio Vargas, a Faculdade correu o risco de desaparecer. A solução para o impasse foi transformá-la

em escola particular. Em 1951, passa novamente a ser subvencionada pelo governo, e cinco anos depois federalizada.

Somente onze anos após a fundação da Faculdade de Direito, Santa Catarina contou com a sua segunda faculdade. Trata-se da Faculdade de Ciências Econômicas que, em 1943, iniciou como curso de Administração e Finanças, sendo posteriormente extinta para surgir em seu lugar os cursos de Ciências Econômicas e Contábeis.

Já em 1948, surgiram as Faculdades de Farmácia e Odontologia, unidas numa mesma Faculdade. Odontologia ficou independente ao ser incorporada à Universidade, em 1961.

A Faculdade de Filosofia, surgida da mobilização de forças da Faculdade de Direito e dos jesuítas do Colégio Catarinense como figura destaca-se a atuação do Prof. Henrique da Silva Fontes, tido como fundador —, iniciou suas atividades em 1951, mas foi somente reconhecida em 1959. Quanto à Faculdade de Medicina houve uma primeira tentativa, sem êxito, em favor de sua fundação, em 1951, liderada pela Faculdade de Direito. A idéia ressurgiu quatro anos depois que, em 1956, resultou na fundação da Escola Médica, sendo autorizada a funcionar em 1959, já como Faculdade de Medicina.

3.3. A Criação das Universidades

No período 1960–66, o Estado de Santa Catarina foi envolvido pela política de desenvolvimento a qual, segundo as afirmações da totalidade dos administradores estaduais, seria um processo irreversível⁽²⁸⁾. Contribuiu decisivamente para este desenvolvimento o Programa de Metas (1956–60) posto em execução pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que tornou corpo definitivo a intenção do governo em orientar os destinos econômicos da Nação. Conseqüentemente, a abertura de estradas de integração nacional, a construção de uma nova capital e o papel exercido pelos meios de comunicação levou a população do país a um diálogo cada vez mais constante sobre as diretrizes governamentais e, por conseguinte, a uma consciência de sua situação. Obviamente que neste processo de tomada de “consciência da situação”, tomaram dianteira as forças interessadas no desenvolvimento do capital privado, às quais os mandatários da Nação pertenciam.

Em Santa Catarina neste mesmo período estava em ação o chamado Plano de Obras e Equipamentos (POE), que objetivava graduar a utilização dos recursos estaduais destinados a investimentos de acordo com uma programação pré-estabelecida. Contudo, o POE não se fundamentava diretamente numa política estadual de crescimento econômico e, muito menos, respondia a curto prazo aos anseios da população. Entretanto, a experiência

que foi acumulada, os dados que foram coligidos sobre a realidade estadual, os planos específicos que foram elaborados para se acertar a construção de rodovias, de fontes de energia, de melhoria da arrecadação, as construções realizadas, etc., validaram o Plano, revelando pelo menos, a existência, em certas áreas de administração estadual, de receptividade às renovações que há algum tempo vinham sendo implantadas no País⁽²⁹⁾.

Simultaneamente, convém explicar que no Estado de Santa Catarina, as duas forças políticas, o PSD e a UDN, que vinham desde 1945, disputando a hegemonia no Governo, estavam perdendo campo para os pequenos partíespecialmente para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que vinha aumentando sua penetração junto aos trabalhadores, o que, evidentemente, tornou esse partido o alvo principal dos líderes pessedistas e udenistas para o estabelecimento de alianças que assegurassem a vitória de seus respectivos Partidos.

Necessário também é frisar que, nos últimos três pleitos eleitorais, o Partido Social Democrático havia perdido o poder estadual, e isto mostrou aos dirigentes do PSD que a disputa para a sucessão governamental — prevista para 1960 — deveria ocorrer sob novas formas, pois os mecanismos tradicionais de convencimento das massas, dificilmente seriam suficientes para derrotar a UDN.

Por conseguinte, a experiência inovadora de governo mostrada pelo POE, a necessidade de neutralizar a penetração de pequenos partidos junto à população, que ameaçava o equilíbrio das famílias no poder estadual, e a disputa partidária na reconquista do governo, levaram os líderes do PSD a aceitar as sugestões apresentadas por um grupo de jovens tecnocratas, quanto à organização da nova campanha eleitoral. Durante todo o ano de 1959 e parte de 1960, Santa Catarina é sacudida pela realização do Seminário Sócio-econômico, efetivado sob o patrocínio da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.

Com uma plataforma desenvolvimentista, baseada na livre empresa, traçada a partir do resultado do Seminário Sócio-econômico⁽³⁰⁾, o PSD (aliado com o PTB) vence as eleições estaduais. Instalado o novo governo estadual, a equipe de técnico que havia formulado a plataforma eleitoral com base na “ideologia do desenvolvimento”, elabora a programação definitiva que se iria desenvolver nos anos seguintes. Desse modo, é criado em junho de 1961, o Plano de Metas do Governo Celso Ramos — PLAMEG, que iria atender às reivindicações dos setores empresariais e políticos surgidas no Seminário Sócio-econômico.

Coincide com o início deste período de desenvolvimento de Santa Catarina a fundação da Universidade Federal em Florianópolis, sendo esta um dos principais frutos desta nova fase que o estado inaugurava na sua história.

Criada pela Lei No. 3849, de 18 de dezembro de 1960, a Universidade

Federal de Santa Catarina, foi instalada oficialmente em 12 de março de 1962. Teve seu início com a união de escolas superiores — Faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Farmácia e Odontologia, Filosofia e Medicina — já existentes, mais a Faculdade de Engenharia Industrial, criada pela mesma Lei que criou a Universidade, bem como a agregação da Faculdade de Serviço Social, mantida pela Fundação Vidal Ramos, que a criou em 1959.

Alguns anos mais tarde, em 1964, o governo do Estado, pondo em execução uma das metas do PLAMEG, criou a Faculdade de Educação, incorporando-a à Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (UDESC), criada no ano seguinte. A UDESC contou, ainda, com mais duas escolas de ensino superior: a Faculdade de Engenharia e Operações na cidade de Joinville, instalada em 1965 e a Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG), instalada em 1966.

Além das 10 Faculdades que compõem a Universidade Federal e a Estadual, Santa Catarina, em 1966, contava com mais cinco Faculdades, recém-fundadas (organizadas e mantidas por particulares e, ou, Prefeituras Municipais), localizadas nas cidades de Blumenau (Economia), Itajaí (Direito), Joinville (Economia), Lages (Economia) e Tubarão (Economia). No total somavam 25 cursos, com 2.706 estudantes matriculados⁽³¹⁾.

NOTAS

- 1 L. E. W. Wanderley, *O que é Universidade, Brasiliense, São Paulo, 1983, p. 15.*
- 2 O. B. Schroeder, *Renovação do Ensino Superior, Imprensa Universitária, Florianópolis, 1968, p. 18.*
- 3 Wanderley, *op. cit.*, p. 16.
- 4 *Id. ibid.*, p. 16.
- 5 H. R. W. Bejjamim, *citado por Schroeder, op. cit.*, p. 166.
- 6 Hanns-Albert Steger, *A Universidade no Desenvolvimento Social da América Latina, Tempo Brasileiro, 1970, RJ, p. 117.*
- 7 *Id. ibid.*, p. 105.
- 8 *Id. ibid.*, p. 104.
- 9 Wanderley, *op. cit.*, p. 19.
- 10 Steger, *op. cit.*, p. 131.
- 11 Schroeder, *op. cit.*, p. 167.
- 12 Wanderley, *op. cit.*, p. 20.
- 13 Schroeder, *op. cit.*, p. 36.
- 14 Steger, *op. cit.*, p. 148.
- 15 Darci Ribeiro, *A Universidade Necessária, Paz e Terra, RJ, 1978, 3a. ed., p. 88.*
- 16 Luiz Antônio Cunha, *A Universidade Temporã, Civilização Brasileira, RJ, 1980, p. 62.*
- 17 *Id. ibid.*, p. 62.
- 18 Cunha, *op. cit.*, p. 90.
- 19 *Id. ibid.*, p. 132.
- 20 Schroeder, *op. cit.*, p. 175.
- 21 Cunha, *op. cit.*, p. 90.
- 22 Florestan Fernandes, *Universidade Brasileira, Alfa-Omega, SP, 1979, p. 69.*
- 23 O. R. Cabral, *História de Santa Catarina, Imprensa Universitária, Florianópolis, 1968, p. 25.*
- 24 S. C. Santos, *Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina, Imp. Universitária, Florianópolis, 1968, p. 47.*
- 25 *Id. ibid.*, p. 47.
- 26 J. D. Ferreira Lima, *UFSC: Sonho e Realidade, Imp. Universitária, Florianópolis, 1980, p. 24-25.*
- 27 Santos, *op. cit.*, p. 45.
- 28 *Id. ibid.*, p. 46.
- 29 *O seminário foi convocado para levantar os problemas mais sentidos pelo povo e propor-lhes as soluções convenientes: 3.000 questionários foram distribuídos, preenchidos e analisados; 2.000 contatos pessoais foram feitos com líderes de todos os municípios; 23 reuniões com mais de 3.000 participantes e um encontro final com mais de 700 figuras representativas de todo o Estado, resultaram na criação de um documento de problemas, reivindicações e soluções. Desse modo, o seminário permitiu o levantamento das condições estaduais e o estabelecimento de uma plataforma de governo que apresentava os problemas e suas soluções atinentes a cada área.*
- 30 *Fonte: IBGE-DEE, 1967, citado por S. C. Santos, op. cit.*, p. 77.

II PARTE

HISTÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

I CAPÍTULO

ORIGEM DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

O movimento estudantil não decorre ipso facto da existência de Escolas de Ensino Superior, mesmo quando estas estão reunidas numa única instituição: a universidade; mas nasce da reação organizada dos estudantes dessas instituições universitárias frente a uma realidade, tanto de ordem interna como externa (pois estão interligadas), que, no seu julgamento, não respondem aos anseios e interesses com os quais os estudantes estão comprometidos. Daí porquê o movimento estudantil, assim como ele é conhecido hoje, isto é, com uma atuação organizada com objetivos claramente definidos, é uma realidade contemporânea. O fato de que o movimento estudantil surgiu somente recentemente portanto, não é imanente à criação de universidades —, como importante fator de transformação social, está subordinado, enquanto uma realidade presente na maioria dos países, a quatro causas fundamentais, segundo a análise do cientista social Luiz C. Bresser Pereira (1). Essas causas, segundo o referido autor, são aquilo que podemos denominar de “fatores novos”, que estão interligados dentro de uma ampla perspectiva histórica denominada revolta estudantil. Em primeiro lugar, temos a revolução na educação, que teve início no começo deste século e ganhou decisivo impulso nos anos trinta e quarenta. Trata-se de uma educação que tinha fundamento a crítica de educação tradicional, que era baseada na autoridade (do pai ou do mestre) e na disciplina, e a proposta de um novo sistema de educação, baseado na responsabilidade e na liberdade (da criança e do jovem). Além da força racional dos argumentos desta nova concepção de educação, a nova educação tinha a seu favor o fato de que encontrava um am-

biente favorável no processo de desintegração da família patriarcal e de todos os seus sistemas de poder tradicional, graças ao avanço da tecnologia moderna, introduzida através da industrialização. A transformação da família patriarcal constituiu-se, portanto, na segunda causa.

Uma terceira causa básica da revolta estudantil foi a crise do racionalismo, que começa no início do século XX. É uma crise que decorre da incapacidade do racionalismo — que tudo explicava à luz da razão e da ciência — em dar uma resposta ao mundo que enfrentava a irracionalidade das guerras, dos preconceitos, da desigualdade, da miséria. Do vazio surgido da crise do racionalismo insurge-se o existencialismo que, definindo o homem pela sua liberdade e responsabilidade, oferecerá, assim, ao homem uma resposta para a sua angústia, decorrente do conflito estabelecido pelos cataclismos sociais. Face à crise do racionalismo, como também, da revolução na educação no sentido da independência e da responsabilidade e a desintegração da família e da sociedade tradicional, dentro da qual a autoridade possuía bases sólidas, pais e mestres não têm mais uma mensagem precisa e definida a transmitir a seus filhos e discípulos. E assim a confusão e a dúvida dos mais velhos, que não conseguem mais estruturar de forma aceitável para eles mesmos suas idéias a respeito do mundo e muito menos logram justificar esse mundo perante os jovens — vêm reforçar a independência e a revolta estudantil.

Finalmente, um quarto fator, da maior importância, que vem causar a revolta estudantil, foi o extraordinário crescimento do número de estudantes no período pós-guerra. A explosão estudantil que então se verificou, ocorrida num ritmo muito mais acelerado do que a taxa de crescimento da população, se processou por imposição do progresso tecnológico e necessidade de maior número de pessoas com nível superior para preencher as exigências administrativas e burocráticas da sociedade que se desenvolvia. As conseqüências desta explosão estudantil, que, por um lado, aumentou o número de estudantes e que lhes deu maior poder de luta, e, por outro lado, implicou em um processo de massificação do estudante, na medida que as estruturas das instituições universitárias ainda arcaicas não estavam adaptadas para receber tão elevado número de estudantes, vieram contribuir para a organização do Movimento Estudantil e conseqüente acirramento da luta contra aquela realidade a que estavam subjugados, sem oportunidade de verem suas aspirações realizadas.

II CAPÍTULO

A ORIGINALIDADE DO MOVIMENTO ESTUDANTIL LATINO-AMERICANO

Embora os fatores acima apontados são importantes para se entender o movimento estudantil na América Latina, estes, no entanto, não são suficientes para identificar a sua característica.

Particularmente no Brasil, como em muitos países da América Latina, o movimento estudantil assumiu no decorrer de sua história uma colocação diferente dos movimentos norte-americanos ou de países europeus. Enquanto que estes movidos mais pelo espírito anarquista, que caracteriza o jovem moderno nos Estados Unidos ou na Europa, o movimento estudantil brasileiro tal como é entendido e conhecido hoje, passa a existir somente a partir da criação da União Nacional de Estudantes, em 1937, quando alcança a centralização, na UNE das lutas estudantis — é movido “de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro” (2).

Esses fatos, que tornam o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, converteram os estudantes, em muitos momentos da vida nacional, em verdadeiros “pontas de lança” dessa sociedade oprimida e reprimida, atuando no sentido de desencadear movimentos de caráter mais amplo e que desembocaram em sérias transformações políticas no País. É o que aconteceu, à guisa de exemplo, na campanha pela entrada do Brasil na luta contra o nazi-facismo, no início da década de 40; na campanha pelo estabelecimento do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás; nos protestos contra a ditadura, nos anos de 1966 a 1968; em todos, foi decisiva a participação dos estudantes, ou seja, eles, enquanto componentes de um movimento, assumiram o papel de fenômeno político de primeiro plano.

Por outro lado, todos esses movimentos de caráter essencialmente político não procederam da instituição universitária. São sim conseqüentes, em princípios, da reação do universitário desiludido que, nos primeiros meses em que ingressou na universidade — após ter enfrentado rigorosas eliminatórias de um vestibular —, percebe que frequenta uma instituição arcaica, que conserva todos os efeitos e vícios. Da busca, então, que o estudante empreende para encontrar o responsável pelo emperramento da universidade e conseqüente frustração de seu estudo, descobre algo que vai radicalizar sua ação: estrutura. Consciente de que é esta a causa que impede a universidade de ser um espaço privilegiado de produção cultural e intelectual e de refle-

xão crítica sobre a sociedade e sua organização, e mais ainda, que é por este motivo que a universidade torna-se um dos principais dispositivos de domínio pelo qual a classe dominante exerce o controle social, particularmente no campo ideológico, sobre a totalidade do País, o universitário intensifica sua ação através do movimento organizado, capaz de atingir a estrutura. Assim os estudantes passam do espaço privado da Universidade, onde reivindicam melhorias quantitativas e qualitativas de estudo, para as ruas, tornando público seu protesto, denunciando e pressionando o sistema para mudar a política educacional que os mantém aprisionados. Nesta altura dos acontecimentos o movimento, que antes era reivindicativo, passa a ter uma conotação estritamente política, ganhando as manchetes nos jornais e ameaçando a estabilidade governamental.

Este tipo de luta que caracteriza a originalidade do movimento estudantil latino-americano teve início, no ano de 1918, com publicação do “Manifesto de Córdoba”, pelo “Movimento Reformista” assim conhecido, constituído por estudantes e professores universitários daquela cidade Argentina. Criado e impulsionado pelo movimento estudantil, o “Movimento Reformista”, teve inicialmente objetivos limitados que giravam em torno de reivindicações de maior democratização interna e de autonomia frente ao Estado, e de fundo gremial. Todavia, a dinâmica do movimento ganhou densidade com a participação do movimento estudantil na campanha eleitoral para reitor, na qual tiveram seu candidato derrotado sob forte pressão do aparato eclesiástico. A derrota trouxe uma radicalização, as reivindicações adquiriram um cunho mais político, buscando-se a obtenção de mais aliados e atravessando as fronteiras da Província. A 21 de junho de 1918, os estudantes elaboraram um documento, que se transformou no “Documento Preliminar” da reforma universitária, em que sobressaem a colocação do movimento como fazendo parte do contexto maior continental latino-americano e o traço anticlerical. Depois da crise, os estatutos incorporam as reivindicações estudantis. E após vários meses de luta, com apoio do sindicalismo e de partidos políticos de esquerda, nascia a primeira Universidade nova da América Latina (3).

Os acontecimentos de Córdoba não só atingiram outras universidades Argentinas, como também extravasaram para outros países, transformando universidades. . . Também foi aí que irrompeu outra novidade no movimento estudantil latino-americano: a relação entre movimento estudantil e/ou da universidade com os setores populares. Assim é que em diversos países da América Latina, estudantes combateram ao lado das lutas operárias e populares. Ademais, é a partir do conflitivo processo que se engendrou o movimento reformista, pois tomou dimensão latino-americana com grande repercussão nas esferas do poder estatal. Muitos líderes do movimento entra-

rão decisivamente na política, com alguns fundando partidos políticos: no Peru, Haya de la Torre criará a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), Oscar Creydt o comunismo no Paraguai, Mella o de Cuba, e Betancourt a Ação Democrática na Venezuela (4). Fato notável também é que esses líderes políticos surgem como seguidores do ideal de Bolívar: conseguir a unidade da América. Por outro lado, não foi sem prisões e mortes que se travou esta luta de reforma universitária, fazendo surgir mártires universitários em todo o continente.

III CAPÍTULO

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL

Arthur Poerner, na singular obra “O Poder Jovem” (5) afirma ser o movimento estudantil brasileiro — que se dá com a criação da UNE, em 1937 —, “a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil”. E acrescenta, “é com a centralização, na UNE, das lutas estudantis, que elas vão adquirir, progressivamente, o caráter organizado e de emancipação nacional que apresentam no momento (na década de 60), concomitantemente à desmistificação que delineiam do significado da independência política formal conquistada pelo Brasil em 1822”.

Isto não significa, todavia, que a participação estudantil na vida política brasileira tenha se dado a partir da criação da UNE. Pelo contrário, já no período colonial, quando ainda o Brasil não dispunha de uma única escola de ensino superior, estudantes fizeram história na vida política do País. E, não raro, com uma participação pioneira, embora não imprimisse um caráter organizacional, que o movimento só adquiriria no século XX. Este fator, por conseguinte, é uma das principais razões que, até a criação da UNE, a participação política estudantil esteve mais condicionada a momentos “privilegiados” da vida nacional em que, por fatores conjunturais, os estudantes tornaram-se molas propulsoras da evolução social e política da nação brasileira. Daí o porquê, por outro lado, das fases de fluxo e refluxo que esta participação apresentou no decorrer de sua história.

1. O Estudante no Brasil Colônia

Já assinalamos que o movimento estudantil brasileiro passa a ser identificado como tal a partir de meados do segundo quarto do atual século. Veremos agora, brevemente, as raízes e o caminho que os estudantes, especifi-

camente os universitários, percorreram até colidir com a fundação de sua entidade máxima a nível nacional: a União Nacional dos Estudantes.

A primeira manifestação estudantil registrada pela história brasileira ocorre em 1710, quando da invasão que mais de mil soldados franceses, sob o comando de Jean François Duclerce, empreenderam no Rio de Janeiro (6). Tratou-se, portanto, de uma luta armada contra o invasor que, pego de surpresa pela "bravura a que os impelia o desespero", dos estudantes, foi obrigado a capitular. Os estudantes estudavam em conventos e colégios religiosos, pois, à época, ainda não havia ensino universitário no Brasil. A aristocracia colonial enviava seus filhos às universidades européias, principalmente a Portugal (Coimbra) e à França (Montpellier e Bourdeax).

E foi precisamente dessas universidades que provieram as idéias liberais e revolucionárias européias, que influenciaram decisivamente a vida política brasileira em geral, e os estudantes em particular. De fato, foi em Montpellier, por volta de 1789, que o jovem aristocrata brasileiro José Joaquim da Maia com outros onze jovens compatriotas, fundaram um clube secreto para lutar pela independência do Brasil. Naquele ano, Maia, espécie de líder do grupo, ao procurar ajuda para os projetos do grupo dirige-se, em missiva, a um dos mais destacados préceres da independência dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, então representante do governo de Washington junto ao governo francês. A carta do jovem estudante brasileiro chegou a despertar o interesse do estadista americano, havendo um encontro pessoal entre ambos. Embora Maia tivesse detalhado seu plano a Jefferson e exposto a importância do apoio do governo norte-americano, este objetou que os Estados Unidos não se poderiam comprometer numa luta contra Portugal, país que acabara de lhes proporcionar "um vantajoso tratado de comércio", mas que via com "bons olhos" um governo autônomo no Brasil.

Do mesmo grupo de estudantes liderado por Maia (faleceu pouco tempo depois), fazia parte o aluno de Química da Universidade de Coimbra, José Álvares Maciel, que viria a ser um dos protagonistas da chamada Inconfidência Mineira, primeira tentativa — ainda que natimorta — de organizar a luta pela independência (7). E foi Maciel que, ao voltar ao Brasil, em 1788, travou conhecimento com Tiradentes, no Rio de Janeiro, entusiasmando-se pelas "idéias francesas", libertárias e revolucionárias.

Todavia, as posições revolucionárias que assumiram os estudantes nestas primeiras manifestações políticas efetivas, dos quais Maciel era um típico representante, não passaram de pura e simples luta pela independência. Esta, aliás, muito interessava à elite proprietária de terras e escravos de Minas Gerais, da qual faziam parte os estudantes "inconfidentes". Por isso não é estranho que José Álvares tivesse se oposto, numa das reuniões de Vila Rica, à argumentação de Inácio José de Alvarenga Peixoto quanto à libertação dos

escravos, sob a alegação da "escassez de "mão-de-obra", não obstante o sentido filosófico implícito no princípio da emancipação universal (8).

Com a frustrada tentativa da Inconfidência Mineira se encerra a participação política dos estudantes no período colonial, que se caracterizou pela atuação isolada ou, no máximo, de pequenos grupos, como a associação secreta fundada pelos que estudavam nas Universidades de Coimbra e Montpellier.

2. O Estudante no Brasil Império

A expulsão do invasor francês do Rio de Janeiro e a Inconfidência Mineira são apenas os episódios mais significativos que inauguraram a participação estudantil na vida política brasileira. Outros há em que essa participação não é tão evidente, ou ainda que consistiu apenas na divulgação das idéias revolucionárias trazidas da Europa através de sociedades e clubes secretos. É notória, por exemplo, a participação dos estudantes no plano ideológico na Revolução Pernambucana de 1817.

No entanto, os primeiros passos dados para uma atuação mais organizada e, portanto, coletiva dos estudantes — que incidirá a partir do período imperial — foram as campanhas estudantis pela Abolição da Escravatura e Proclamação da República. Os fatos que possibilitaram este avanço político dos estudantes desde aquele posicionamento de Maciel contra a Abolição, estão intimamente ligados à mudança da conjuntura brasileira. Em primeiro lugar, a nova situação criada no país, após 1808, com a vinda da Corte Portuguesa ao Brasil, devido às pressões inglesas e à ameaça napoleônica. A necessidade de instalar uma nova estrutura político-administrativa, já que o Brasil passava a ser o centro das decisões, importou por parte do governo imperial em tomar uma série de medidas, entre as quais a criação de faculdades. A criação de faculdades em território brasileiro, a Escola de Medicina na Bahia (1808) e as Academias de Direito de Olinda e São Paulo (1827), onde se formaria grande parte da geração política do Império e da Primeira República, atingiu a própria qualidade do estudante brasileiro, seja no aumento de possibilidade de que pessoas oriundas das "chamadas médias" — isto é, homens livres não-proprietários de terras e escravos — viessem a frequentar curso superior, como também, dessas faculdades transformarem-se em centros de debate e politização — mesmo que no mínimo — no próprio país, e não mais na Europa.

Em segundo lugar, o surgimento da imprensa acadêmica, de feição política, e das Sociedades Acadêmicas, ou Clubes Acadêmicos; esses meios facilitaram a divulgação das idéias do Liberalismo e do Positivismo (de Augusto

Comte) e, secundariamente, dos vários tipos de socialismo utópicos. (Fourier, Owen e Proudhon). Embora as Sociedades Acadêmicas tiveram no princípio de cunho cultural (em torno de 1840), fase de calma estudantil, que favoreceu a dedicação universitária à literatura, principalmente à poesia, tiveram importância peculiar na deflagração da campanha Abolicionista. A campanha iniciou com o desenvolvimento da poesia social, principalmente a partir de 1870, quando “as Sociedades Acadêmicas engajaram-se de corpo e alma na luta pela libertação dos escravos, e, por conseguinte, na oposição ao próprio Império, enquanto sistema político-econômico”⁽⁹⁾.

Depois da morte do poeta libertário, a campanha estudantil pela Abolição da Escravatura extravasa o campo doutrinário, com a formação de grupos e sociedades destinados a alforriar escravos, como a Sociedade Dois de Julho, na Bahia, ou a estimular fugas de escravos, auxiliando-os na arriscada empresa⁽¹⁰⁾.

Paralelamente à Campanha Abolicionista, crescia também o ideal republicano, que muitas vezes chegava a se confundir com o Abolicionismo. Contudo, porém, muitos estudantes punham mais ênfase naquele, por considerar que a Abolição seria uma consequência automática da República, tal ênfase redundou em alguns incidentes, como na visita do Conde D'Eu a São Paulo, quando um comício político-estudantil foi dissolvido pela Cavalaria, no largo da Sé⁽¹¹⁾. Assim surgiram, nesta época, vários Clubes Acadêmicos Republicanos e/ou Abolicionistas, como: a Libertadora da Escola de Medicina e a Libertadora da Escola Militar, no Rio de Janeiro; a Emancipadora Acadêmica, em São Paulo; o Clube Republicano Acadêmico, em Recife. Destas e de outras Sociedades destacaram-se nomes importantes para a futura vida política brasileira.

Pouco antes de ser proclamada a República, entretanto, os estudantes ainda participaram ativamente num dos primeiros movimentos de massa do Brasil e que não se insere, especificamente, no conjunto das lutas abolicionistas e republicanas, apesar de ter sido deflagrada contra o Imperador, quando este, aumentou um vintém no preço das passagens de bondes. Ficando conhecida como a Revolta do Vintém, o movimento tomou tal envergadura que acarretou, inclusive, a ocupação militar do Rio de Janeiro para a consequente sufocação.

3. O Estudante, da Proclamação da República ao Estado Novo

Os dias que se sucederam ao da inauguração do novo período histórico da vida política brasileira — o republicano —, encontraram os estudantes brasileiros “dormindo o sono dos justos, repousando das madrugadas e

serões da fase imperial, consumidas nas lutas abolicionistas e republicanas, a impressão dominante era de que os males do Brasil haviam sido resolvidos com a implantação da República”⁽¹²⁾.

Esta situação de acomodação, ou de refluxo, dos estudantes frente os acontecimentos refletia a falta de um organismo que fosse capaz de estabelecer plataformas de luta e coordenar a atuação dos universitários brasileiros. Por outro lado, “em compensação, se ergueu, com inusitada intensidade, a juventude militar, impulsionada pelo carisma sobre ela emanado da figura do Presidente Floriano Peixoto”⁽¹³⁾. O Florianismo, como ficou conhecido, não só empolgou os jovens cadetes, que os levou a rebelarem-se de modo quase fanático a favor do Presidente contra os monarquistas da Armada; mas também, a juventude civil. Como diz Poerner, “expressão desse fenômeno de união da juventude militar e civil foi a mobilização encetada pelos batalhões escolares — mistos de cadetes e universitários — em defesa da legalidade, ameaçada pela Revolta da Armada, que eclodiu em 6 de setembro de 1893. No dizer de Renato Bahia, constituíam esses batalhões a força privilegiada de que o Presidente havia feito uma quase sua guarda pessoal, a tropa de elite em que mais confiava e mais amava. E tão eloqüente deve ter sido o gesto desses jovens, que Florianópolis, ao presenciar, certa feita, o desfile de um dos batalhões, apesar da sobriedade com que emitia opiniões, não pôde conter esta expressão significativa: ‘estou contente em ver que a República não mais perecerá, porque está sendo amada pela mocidade’”⁽¹⁴⁾.

Na virada do século, em 1897, encontramos os acadêmicos de Direito da Bahia manifestando sua indignação contra o massacre dos camponeses em Canudos, pelas tropas militares. E até no final da primeira década do atual século, a atuação estudantil foi de pouca monta, com manifestações episódicas e isoladas, como nas tradicionais lutas e manifestações populares contra a Light.

A reviravolta, no entanto, viria logo em seguida. Em agosto de 1909, Rui Barbosa, concorrendo ao pleito presidencial, inaugura a Campanha Civilista, em oposição a Marechal Hermes da Fonseca. Empolgados pela eloqüência do tribuno baiano, os acadêmicos lançaram-se totalmente à pregação anti-militarista, em respaldo a Rui Barbosa. As consequências, porém, logo se concretizariam, quando os estudantes foram reprimidos pela Brigada Policial ao realizarem uma passeata comemorativa da chegada da primavera. No obstante, os estudantes buscaram uma explicação junto ao comandante da operação, General Souza Aguiar, mas este recusou-se a recebê-los. Em protesto, os universitários decidiram promover o enterro simbólico do comandante da Brigada. Quando tudo estava para terminar, soldados à paisana, manejando cacetes e sabres, investiram contra os manifestantes indefe-

sos. A Brigada Policial veio logo em seguida. No final da selvageria, dois estudantes mortos e inúmeros feridos.

O atentado consternou e revoltou o país, tendo principalmente o Congresso Federal e a imprensa carioca desfechado pertinaz campanha contra a brutalidade policial, ficando conhecido como "A Primavera de Sangue".

Após a Primavera de Sangue as atividades estudantis deram seqüência à Campanha Civilista, mas não foram além do reconhecimento oficial, da vitória do Marechal Hermes nas urnas.

Todavia a deflagração da Primeira Grande Guerra (1914-1918), animou novamente os estudantes a participar da famosa Campanha Nacionalista, liderada pelo poeta Olavo Bilac, que resultou na fundação da Liga Nacionalista, em 1917. Resultando das eloqüentes conferências, de cunho patriótico, alcançando enorme popularidade, principalmente entre os estudantes que, "segundo os anais da época, acorreram aos quartéis" dispostos a lutar contra a Tríplice Aliança, caso o Brasil entrasse na guerra, a Liga teve papel destacado na vida política universitária da época. Além de desencadear a campanha para que o Brasil entrasse na guerra, desempenha papel precursor no campo da alfabetização. Assim é instalada uma rede de cursos noturnos, visando à alfabetização de trabalhadores. Destarte a dinâmica encetada pela Liga, além do acirramento do discurso nacionalista, e outras reivindicações dos setores sociais urbanos, como o voto secreto e obrigatório (embora tivesse se negligenciado e até se postado contra a primeira greve geral operária (1917), que paralizou perto de oitenta mil trabalhadores). A ascendência da Liga entre a juventude universitária originou sérias preocupações das autoridades governamentais, tanto no plano estadual, principalmente do governo de São Paulo, onde a Liga tinha mais penetração e mais adeptos, quanto no plano nacional. No receio de que a Liga pudesse sacudir os pilares oligárquicos em que estava assentada toda a estrutura política brasileira, Altino Arante — governador de São Paulo — e Venceslau Brás — Presidente da República — tentaram por todas as formas salapar as atividades da Liga (16). É neste contexto que, em 1917, Antônio Pereira Lima, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, e ligado ao Partido Republicano Paulista (PRP), convoca um Congresso da Mocidade Brasileira, com a clara intenção de provocar uma divisão entre os estudantes em seu apoio à organização. Mas o congresso não conseguiu seus intentos (17).

A cisão na Liga e, posteriormente, o conseqüente e total esfacelamento, seria alcançado, ainda que sem premeditação, pelo Presidente da República. Tendo, em 1918, a Liga participado ativamente no combate à epidemia de gripe conhecida como "gripe espanhola", o governo federal, em reconhecimento ao trabalho executado, decretou a aprovação de todos os estudantes, independentes da prestação de exames. A Liga ordenou, de imediato, aos

seus membros, a rejeição do benefício presidencial, classificado de imoral, sob pena de expulsão. Alguns líderes preferiram, então, desligar-se da organização, provocando uma debilitação da entidade, que aos poucos foi definhando até ser fechada durante o quadriênio do sucessor de Venceslau Brás, o situacionista Artur Bernardes, adversário político dos estudantes.

Antes da Revolução de 30 pôr fim à velha República, os estudantes ainda tiveram um certo período de entusiasmo com a Liga do Voto Secreto, fundada por Monteiro Lobato e Mário Pinto Serva, no entanto, sem grande importância, pois a atuação dos estudantes se dissolveu, em 1926, no núcleo formador do Partido Democrático. A partir daí, foi o silêncio total da juventude estudantil, a não ser na campanha da sucessão presidencial de Washington Luís, em que certos estudantes penderam para o lado da candidatura oposicionista de Getúlio Vargas (18).

A tendência anti-getulista se daria com mais expressão no levante paulista de 1932, conhecido como Movimento Constitucionalista ou, como quem alguns, Revolução Constitucionalista. O levante se constituiu num movimento político, e logo armado, articulado pela Frente Única — isto é, um bloco unificador dos interesses da oligarquia dos cafeicultores e da classe média paulista em ascensão —, que empunhava como bandeira a luta pela autonomia do Estado de São Paulo e pela constitucionalização da Federação. Sendo os estudantes pertencentes à classe que estava à frente do Movimento Constitucionalista, logo aderiram à Frente, principalmente os acadêmicos de Direito. "Os comícios e manifestações públicas se sucediam, e eram freqüentes os conflitos de rua, principalmente envolvendo estudantes e membros da famosa Legião Revolucionária, criada por Miguel Costa e composta, em grande parte, por operários desempregados. Foi num desses choques, ocorrido em 24 de maio de 1932, que morreram quatro universitários: Miragaia (Euclides Miragaia), Martins (Mário Martins de Almeida), Dráusio (Dráusio Marcondes) e Camargo (Antônio Américo de Camargo), cujas iniciais formariam a sigla MMDC, correspondente à organização mais importante do movimento constitucionalista" (19). Na verdade, a MMDC tornou-se um organismo paramilitar, fluindo das investidas militares dos estudantes, que não só levou muitos universitários paulistas à frente de batalha, para morrer numa luta inglória, que tinha por trás interesses da oligarquia cafeeira em retomar o poder, mas também contagiou parcela de estudantes de outros Estados, levando-os a realizarem passeatas — algumas das quais violentamente reprimidas, como a de Salvador — em solidariedade ao movimento recém-eclodido em São Paulo.

Após a sufocação do levante paulista, pelas forças federais, os estudantes voltariam ao cenário político em 1934, época em que surgiu a Juventude Comunista, contrapesada, no outro prato da balança da política estudan-

til, por um movimento da Juventude de Integralista.

No ano seguinte, os estudantes são alvo de notícias ao serem espancados pela Polícia do Rio, ao realizarem comícios-relâmpago, na campanha da Aliança Nacional Libertadora.

Finalmente, nos momentos finais da Segunda República e em princípios da instauração do golpe de Estado, pelo Presidente Getúlio Vargas, os estudantes tiveram, através da efêmera vida da Frente Democrática da Mocidade — destinada especificamente a apoiar a candidatura de José Américo nas eleições presidenciais, canceladas pelo Estado Novo —, a última participação antes da fundação da entidade que viria consolidar a organização do Movimento Estudantil Brasileiro.

4. A Consolidação do Movimento Estudantil: A Fundação da UNE

Antes do surgimento da União Nacional dos Estudantes, entidade que efetivou e concretizou em base sólida o movimento estudantil brasileiro, diversas tentativas foram feitas logrando estabelecer uma organização em caráter permanente e nacional, capaz de consolidar a participação política dos estudantes na vida do país, numa perspectiva mais ampla, mais consistente e mais estável. Em 1901, por exemplo, foi fundada a Federação de Estudantes Brasileiros que, pela curta existência, não conseguiu extrapolar as linhas divisórias do Estado do Rio de Janeiro. Essa idéia seria retomada em 1924, quando os acadêmicos da Faculdade Nacional de Direito, empolgados pelo movimento estudantil argentino, lançaram, através de sua revista "A ÉPOCA", uma campanha por uma Federação de Estudantes Brasileiros. Também temos, em 1910, a realização, em São Paulo, do 1.º Congresso Nacional dos Estudantes, que intencionava organizar nacionalmente os universitários. Como muitas outras, esta tentativa também não conseguiu alcançar o objetivo proposto. Pois, além da falta de condições materiais e políticas para a sua concretização, o movimento estudantil existente estava profundamente marcado pelo caráter local e, portanto, sem expressividade no contexto nacional, ou pelo curto fôlego das entidades.

4.1. A Fundação da UNE

Em 1934, realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, o 1.º Congresso da Juventude Operário-Estudantil, que teve larga repercussão entre os estudantes, tendo a Juventude Comunista desempenhado relevante papel. Aí percebeu-se mais uma vez que os estudantes careciam de um instrumento unificador das lutas que não fosse marcado pelo regionalismo, pela transitoriedade e nem pela especificidade, sob pena de não cumprir seus objetivos. Este

intento foi encetado pelos estudantes que participaram do Congresso através da luta antifascista — era o período da ascensão do nazismo e do fascismo —, mas logo sofreram a repressão policial. E, logo após o levante comunista de 35, que, em parte, teve o apoio da Juventude Comunista, qualquer ajuntamento de estudantes era, para a Polícia, motivo de repressão e desmantelamento dos centros estudantis. Desta forma, as entidades estudantis, entre as quais se destacavam a União Democrática da Mocidade e a Federação Vermelha dos Estudantes, não conseguiam sair dos meandros a que estavam forçadas a conviver, inclusive da ação ilegal.

Era preciso, e a história iria comprovar esta veracidade, algo novo, sem remendos. As experiências acumuladas até então, seriam a base e o suporte do novo a ser gestado.

E assim, este marasmo do movimento estudantil foi superado fora do próprio espaço onde os estudantes tentavam engendrar a criação de uma entidade que os representassem e fosse um incisivo instrumento da intervenção na realidade brasileira. E, por curioso que possa parecer, quem vai oportunizar o espaço para nascer este momento tão importante para o surgimento do movimento estudantil organizado será a Casa do Estudante do Brasil — (CEB), entidade meramente assistencial e simpática ao poder público, o mesmo que vinha reprimindo os estudantes comprometidos com a democracia.

Por força de seus estatutos, a Casa do Estudante do Brasil — (CEB), convoca através de sua fundadora e presidente (vitalícia) Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, o I Conselho Nacional de Estudantes. A convocação deste Conselho se deveu à necessidade da CEB ter um mínimo de legitimidade para eleger uma diretoria, com a finalidade de representar o referido conselho internacionalmente, junto à Confédération Internationale de Étudiants, com sede em Bruxelas, como União Nacional dos Estudantes brasileiros.

Instalado a 11 de agosto de 1937 (data comemorada pelos universitários como a da fundação da UNE), no Rio, o Conselho, no qual compareceram 60 delegados de diversas entidades estudantis de sete Estados, na sua primeira sessão deliberou a proibição de discussões de termos políticos. Depois de várias sessões, entremeadas de festas comemorativas ao oitavo aniversário da CEB, o Conselho acabou por aprovar seu estatuto e eleger a diretoria. Assim, o Conselho ficou sendo organizado com representantes iguais de todas as associações e centros de estudantes do país, reunindo-se anualmente e tendo por "finalidade principal a representação oficial dos estudantes".

A nova entidade criada foi logo dada ao conhecimento do Presidente da República, ao qual os estudantes solicitaram reconhecimento como "único órgão representante oficial dos estudantes do Brasil". Por outro lado, o re-

conhecimento de tal condição não tardou por parte das associações estudantis como, por exemplo, a União Democrática Estudantil, que chegou a mandar uma moção de solidariedade ao Conselho por estar concretizando uma idéia que há muito os estudantes cariocas vinham tentando, mas sem sucesso.

Em abril de 1938, uma Comissão Organizadora, constituída por várias entidades estudantis, convoca o 2o. Congresso Nacional de Estudantes (o 1o. Congresso realizou-se em 1910). Na carta convocatória figurava, além dos motivos do Congresso, uma extensa pauta que abordava entre os diversos temas questões políticas e da efetivação da União Nacional dos Estudantes. Isto acarretou um impasse entre os estudantes e a direção da CEB, pois o "Congresso só se efetivou pelo árduo trabalho de lideranças estudantis estaduais, devido à atuação da presidente da CEB, que temia a politização acadêmica e a transformação da UNE numa entidade de luta, ao invés de simplesmente uma entidade de representação formal dos estudantes" (21).

Todavia, o II Congresso finalmente acabou sendo instalado a 5 de dezembro de 1938, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença de 80 associações estudantis, além de professores universitários e de um representante do Ministro da Educação. Cumprindo o programa estabelecido, o Congresso, nas 13 sessões plenárias, discutiu 60 teses, entre as quais estavam aquelas que abordaram grandes temas de interesse nacional; e "estendendo-se até a 22 de dezembro, foi nesse dia, por força da tese defendida pelo acadêmico Antônio Franca, transformado, automaticamente, na segunda assembléia do Conselho Nacional de Estudantes, que efetivou o reconhecimento formal da UNE, bem como a aprovação dos seus Estatutos, pelos quais ela se tornou, oficialmente, 'órgão máximo de representação dos estudantes', tendo 'por finalidade congregar todos os estudantes do Brasil para a defesa dos seus interesses'. O Conselho Nacional de Estudantes passou à condição de órgão deliberativo da UNE — exatamente o que seria depois o Congresso da UNE. ." (22). Naquele mesmo dia, dando cumprimento ao Estatuto, o Conselho elegeu a primeira Diretoria oficial da UNE, ficando Presidente o acadêmico gaúcho Valdir Ramos Borges, com mandato até agosto de 1939. Com sede e secretaria instalada na Casa do Estudante do Brasil, "a primeira diretoria da UNE passou a coordenar, com poucos recursos materiais, o movimento estudantil brasileiro. . . , a vida e as atividades das organizações estudantis espalhadas pelo país, procurando dar a este movimento e a estas atividades um cunho de unidade e um sentido nacional" (23).

consolidação da UNE e o prestígio que esta vinha tendo entre os estudantes, como também o rumo que ia tomando o movimento estudantil, acirrou o agravamento da crise entre a UNE e a Casa do Estudante do

Brasil. A UNE passou, então, a ser um inquilino, "indesejável" na CEB, onde ocupava uma pequena salinha de suas dependências. Ainda assim, a convocatória do III Congresso conseguiu reunir 112 entidades, em agosto de 1939. Mas as divergências aumentavam, tornando impossível a conciliação. Foi durante a gestão de Trajano Puppo Neto, eleito no III Congresso, que, nos primeiros meses de 1940, a UNE foi despejada da Casa do Estudante do Brasil, marcando seu definitivo desligamento.

4.2. A Luta Contra o Facismo:

Desprovida de sede (tal situação perduraria até 1941, quando passa a funcionar na sede do DCE da Universidade do Brasil), os anos de 1940 e 1941 marcam um período difícil para a UNE. Não obstante, as gestões que sucedem à frente da UNE, primeiro a de Trajano Puppo Neto depois a do carioca Luís Pinheiro Paes Leme, concentram suas atividades na consolidação e união do movimento estudantil no quadro político brasileiro.

Já no ano de 1942 inaugura uma nova fase da UNE, ao mesmo tempo que marca o início de um período imensamente rico da intervenção dos estudantes na vida do país, que "ensejou grandes manifestações populares, lideradas pelos jovens, para levar o governo brasileiro a assumir uma posição concreta contra o nazi-facismo" (24). É uma fase que destaca a atuação de Hélio Almeida, então presidente da UNE, juntamente com os estudantes Paulo Silveira e Fernando Santana.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, fizera os Estados Unidos adotar uma posição contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), pois "já não era possível manter uma política externa isolacionista, os interesses econômicos americanos haviam se espalhado por todo o globo, o mundo era 'um mundo só'" (25). No Brasil, em pleno Estado Novo, assistia-se às vitórias e ao crescimento das forças Nazi-fascistas — proporcionado em grande parte pelas entidades ditas "de intercâmbio cultural" com países do Eixo —, com as quais a ditadura se sentia fortalecida, e as forças integralistas, que cresciam dentro e fora do governo.

Se por um lado o governo de Getúlio se simpatizava com o Nazi-facismo, por outro lado tinha uma dependência econômica em relação aos Estados Unidos. Para contrabalançar esse jogo de interesses obrigava ao governo manter a postura da "neutralidade" perante os beligerantes — posição que a UNE assumiu de certo modo, até final de 1941. No entanto isto não foi mais possível a partir dos fins de 1941. "Em primeiro lugar porque, em dezembro desse ano, os japoneses lançaram seu destruidor ataque à base naval do Pearl Harbour, precipitando a entrada dos Estados Unidos na Guerra. E os norte-americanos passaram a pressionar o Brasil para que entras-

se no conflito; o Brasil cede, inclusive, pontos de seu território para a instalação de bases aeronavais importantes para o patrulhamento do Atlântico Sul (Natal, Belém, Recife e Fernando de Noronha). Em segundo lugar porque os alemães iniciaram uma perseguição a todos os navios que se dirigissem a portos Aliados, torpedeando-os com seus submarinos” (26), devido ao rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Itália.

Nesse contexto político acirra-se a polarização das forças políticas brasileiras, as quais se dividiam nas posições. De um lado, a ala do governo, apoiada pelos integralistas, a favor do Eixo, e, do lado oposto, os pós-aliados, representados basicamente pelo Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. Estes apoiados pelos estudantes e intelectuais.

O auge dessa polarização e, portanto, causador de definições, foi a 11 de junho de 1942, quando Getúlio Vargas profere um discurso insinuando uma posição brasileira pró-Eixo. As repercussões e efeitos do discurso presidencial foram imediatas: Oswaldo Aranha se pronuncia claramente a favor dos Aliados.

Os estudantes cerraram fileiras ao lado do Chanceler, mobilizando todas as entidades estudantis numa campanha pela declaração de guerra às potências nazi-fascistas, e “que viria a transformar-se, depois, na luta pela redemocratização do País e pelo fim do Estado Novo” (27).

Iniciando dentro das Universidades, a campanha “se ampliou do âmbito interno das escolas superiores para as ruas e praças públicas, à medida que o Brasil começou a sofrer o torpedeamento dos seus navios e as afrontas aos brios nacionais” (28). Os estudantes, então, começam a se preparar para o que seria uma das maiores passeatas do movimento estudantil, a se realizar no dia em que se comemora a independência dos Estados Unidos, 11 de julho (29). A convocação da passeata acabou gerando desentendimentos entre os responsáveis da segurança, culminando com a demissão do conhecido fascista Felinto Müller, comandante da polícia getulista.

A manifestação realizou-se no dia previsto. O jornal “Correio da Manhã”, no dia seguinte, anunciava que “cerca de vinte mil pessoas, assistiram ontem ao comício”, onde o povo foi “na ânsia incontida de ouvir a mocidade acadêmica do Brasil no seu grito de revolta contra a tirania dos que pretendem acorrentar o mundo ao dogma odioso da cruz gamada” (30).

As manifestações anti-Eixo, deflagradas pelos estudantes, se multiplicaram pelo país. Em resposta às campanhas estudantis, o governo determina o fechamento dos clubes e agremiações de origem alemã, italiana e japonesa, que nos últimos anos tinham se constituído em notórios focos de espionagem e propaganda pró-nazista. (Aproveitando-se desta determinação governamental a UNE consegue, depois de uma ocupação pacífica, instalar sua sede no prédio, sito à Praia do Flamengo, 132, onde funcionava o Clube

Germânia); e, ainda, em agosto daquele ano, reconhece o “estado de beligerância” entre o Brasil e as nações agressoras — Alemanha e Itália.

Por outro lado, o sistema político “getulista” estava longe de aceitar placidamente a atividade independente dos estudantes. Neste sentido, o Ministério da Educação baixou uma Portaria, no dia 10. de abril de 1943, instituindo a chamada “Juventude Brasileira” — paródia do “juventude balila”, criada por Mussolini (31).

Percebendo a tentativa do governo de controlar o movimento estudantil, os estudantes reagiram imediatamente, provocando uma onda de protestos em todo o país, o que levou o Ministro Gustavo Capanema a revogar sua Portaria.

Em contrapartida, enquanto durou a guerra, os estudantes não deixaram de envidar “esforços para que sua luta pela declaração de guerra ao nazi-facismo não caísse no vazio: a UNE articulou a campanha pró-bonus de guerra, a campanha pró-aviões, que arrecadou o suficiente para doar três aviões de treinamento às autoridades militares, e a campanha pelo alistamento na Força Expedicionária Brasileira (FEB)” (32), com a qual se comprometera na fundação.

A campanha pela entrada do Brasil na Guerra havia desenvolvido e apurado a consciência anti-fascista no meio estudantil. E muito embora houvesse uma aproximação entre a UNE e o governo Vargas durante o período em que o Brasil esteve envolvido contra as forças do Eixo, dada a existência do inimigo comum, aqui e ali começavam a ocorrer contestações ao Estado Novo. Setores anti-varguistas, que não pretendiam esperar o fim da guerra para desenvolver campanhas contra o estado ditatorial, se organizaram em todo o país. Assim, por exemplo, no dia 10 de novembro de 1943, dia em que, segundo a Constituição do Estado Novo, deveriam ser convocadas eleições, o Centro Acadêmico XI de Agosto, em São Paulo, organiza a “Passeata do Silêncio”. A manifestação acabou com violenta repressão policial, na qual foi morto, a tiros, o estudante Jaime da Silva Teles.

As oposições ao Estado Novo começavam aí a se mobilizar e a tomar corpo. A organização e conseqüente crescimento desta oposição iam enfraquecendo o governo Vargas, até ser deposto a 29 de outubro de 1945.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 Luiz L. B. Pereira, *As Revoluções Utópicas, Vozes, Petrópolis, 1979, p. 99 – 111.*
- 2 Arthur J. Poerner, *O Poder Jovem, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979, p. 32.*
- 3 Wanderley, *op. cit.*, p. 25.
- 4 *Id. ibid.*, p. 27.
- 5 Poerner, *op. cit.*, p. 47.
- 6 *Id. ibid.*, p. 48.
- 7 Antônio Mendes Junior, *Movimento Estudantil no Brasil, Brasiliense, São Paulo, 1981, p. 16.*
- 8 Alexander Marchant, *citado por Poerner, op. cit.*, p. 52.
- 9 Mendes Junior, *op. cit.*, p. 24.
- 10 Poerner, *op. cit.*, p. 60.
- 11 *Id. ibid.*, p. 61.
- 12 *Id. ibid.*, p. 64–67.
- 13 *Id. ibid.*, p. 67.
- 14 *Id. ibid.*, p. 68.
- 15 *Id. ibid.*, p. 99.
- 16 *Id. ibid.*, p. 100.
- 17 Mendes Junior, *op. cit.*, p. 29.
- 18 Poerner, *op. cit.*, p. 106.
- 19 Mendes Junior, *op. cit.*, p. 32–33.
- 20 *Id. ibid.*, p. 36.
- 21 *Id. ibid.*, p. 38.
- 22 Poerner, *op. cit.*, p. 140.
- 23 *Id. ibid.*, p. 141.
- 24 *Id. ibid.*, p. 157.
- 25 VV. AA., *Memorex: Elementos para uma História da UNE, DCE Livre "Alexandre Vanuchi Leme", São Paulo, sem paginação.*
- 26 Mendes Junior, *op. cit.*, p. 43.
- 27 *Id. ibid.*, p. 44.
- 28 Poerner, *op. cit.*, p. 160.
- 29 *Memorex: Elementos. . . op. cit.*, s/p.
- 30 *Id. ibid.*, s/p.
- 31 Mendes Junior, *op. cit.*, p. 48.
- 32 *Id. ibid.*, p. 48.

III PARTE

O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SANTA CATARINA

I CAPÍTULO

A ORIGEM DO PROCESSO

1. O Primeiro Centro Acadêmico

A eclosão de grupos das camadas médias da sociedade brasileira contra as oligarquias agrárias (principalmente aquela ligada à economia do café), que utilizavam o poder visando unicamente a seus interesses exclusivistas, inaugurou as condições que iriam permitir, no correr dos anos seguintes, a modernização e o progresso do país. O desenvolvimento tomou amplitude e trouxe transformações na estrutura sócio-econômica do Brasil, mas o mesmo não se verificou em Estados da Federação como o de Santa Catarina. Ao contrário dos Estados vizinhos, Santa Catarina continuava, após a Revolução de 30, desintegrado nas diversas regiões e dominado politicamente por famílias oligárquicas. Preocupadas com seus interesses políticos e econômicos, as autoridades governamentais mantiveram-se omissas na fundação das primeiras Faculdades no chão catarinense.

Já nos referimos na primeira parte deste trabalho sobre as dificuldades na concreção da Faculdade de Direito em Florianópolis, capital do Estado. Mas, apesar delas, o sonho do Prof. José Artur Boiteux, que tanto lutara para que isto acontecesse, tornou-se uma realidade no início de 1932.

Agora, portanto, havia oportunidade aos poucos catarinenses com condições de cursar o ensino superior, freqüentar uma faculdade na própria região, pois até então isto só era possível em centros de outros Estados.

Outrossim, no início de 1932 a Faculdade de Direito iniciava as aulas com 23 alunos matriculados. Alguns meses depois, no dia 2 de setembro desse mesmo ano, reúnem-se os acadêmicos Emanuel Fontes, Altamiro Lobo Guimarães, Mário Tavares da Cunha Neto, Ari Pereira de Oliveira, Carlos Francisco Sada, Carlos Büchele, Maurício Moreira da Costa Lima,

Luiz Souza, Aristeu Schiefler, Mário Mafrá, Aldo Gonzaga, José Boabaid, Oslim Costa, Wilmar Dias, para fundar o Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF) que, como órgão de classe, lhes serviria na realização dos seus ideais de estudantes (1).

Nesta primeira sessão foi escolhida uma diretoria provisória — presidida por Emanuel Fontes —, que, aliás funcionou assim até o ano seguinte, e consagrado como Presidente de Honra da nova agremiação o responsável pela fundação da Faculdade de Direito de Santa Catarina, Prof. José Artur Boiteux. Ainda em reconhecimento à obra do Prof. Boiteux o Centro Acadêmico foi batizado com o nome de “XI de Fevereiro”, dia da fundação da Faculdade.

As atividades que o Centro Acadêmico iria desenvolver daí pra frente dependeriam das limitações a que aquele pequeno grupo de estudantes estaria sujeito. Primeiramente, a própria Faculdade somente conseguia viver do esforço dos professores fundadores, mesmo assim à dura pena. A ajuda federal era praticamente insignificante. E seis anos após à fundação da Faculdade sofre o duro golpe do Estado Novo. A Carta Constitucional baixada por Getúlio Vargas proibia aos funcionários públicos exercer acúmulo de cargos. Como o corpo docente da Faculdade estava composto na sua maioria de juizes e desembargadores do Estado, estava ameaçada de perder os professores. A solução encontrada para evitar o fechamento da escola foi a sua privatização. A crise, por outro lado, já antecedia ao problema da privatização, pois, o número de estudantes que na ocasião ficava em minúscula meia centena nas quatro séries baixou em 1936 para 35 matriculados. E assim a situação perduraria por mais doze anos.

Para o movimento estudantil, porém, os ventos foram mais favoráveis a partir de 1943. Neste ano começou a funcionar a Faculdade de Administração, posteriormente transformada em Ciências Econômicas. O número de estudantes aumentou consideravelmente.

Outrossim, a nível nacional os estudantes iam conquistando rapidamente prestígio e simpatia da população nas campanhas contra o Nazi-Facismo. A Campanha Universitária Pró-Bônus da Guerra, por exemplo, inaugurada a 28 de janeiro de 1943, no Rio, e outras como a Campanha do Livro para o Combatente, Campanha Pró-Voluntários Laboratoristas ou mesmo a Campanha Pró-Banco de Sangue — todas promovidas em vista da guerra contra o Eixo — destacaram e tornaram os estudantes conhecidos na sociedade. O reconhecimento da força estudantil pela população, fruto da prática desenvolvida, fez o movimento estudantil ser um setor respeitado pelos políticos e enaltecido pela sociedade civil.

É neste movimento ascensional dos estudantes que é eleito para a presidência do Centro Acadêmico XI de Fevereiro José Felipe Boabaid.

Na sua gestão o CAXIF sairá do anonimato da pacata cidade ilhéu barrigaverde. Além de realizar um concurso de Rainha dos Estudantes, construir um busto de bronze em homenagem ao Prof. Boiteux e promover o “Dia da Pátria” no transcurso do aniversário da República — atividades que voltaram as atenções das autoridades e do público —, José Felipe Boabaid fundou, o primeiro jornal acadêmico — uma grande realização para os recursos de que dispunha. O jornal, que levou o nome da “Folha Acadêmica” foi editado em novembro de 1943. Numa das páginas, sob o título “Centro Acadêmico e suas Atividades”, comenta as diretorias da agremiação naqueles onze anos de atividades: “umas, porque dirigidas por espíritos decididos, afeitos à renúncia e ao sacrifício, deixaram pegadas indeléveis de brilhantismo e de realizações! Das outras, das que se deixaram vencer, das que tentaram contornar obstáculos, apenas restam, nos arquivos empoeirados, duas ou três atas, cheias de nomes. . . que ninguém mais lembra!”.

José F. Boabaid voltaria a criticar diretorias anteriores num discurso por ocasião de uma confraternização entre calouros e veteranos da Faculdade de Direito, realizada pelo CAXIF no início do ano letivo de 1944: “. . . e a vós, meus nôméis colegas, a vós principalmente, incumbe o dever de tomar a peito a causa do Centro, que a causa do estudante catarinense, sem vos deixardes contaminar pelo derrotismo daqueles que, imbuídos de mentalidades outras — tacanhas e pouco arejadas — se envergonham de viverem como estudante, de professarem os nossos ideais e que, das mesas dos cafés improvisados em tribuna dão vozes à sua descrença dos outros, porque descrem de si mesmos. (. . .) porque se nos afigure ser esta a nossa despedida, quero dirigir aos associados do Centro (. . .) continuem a observar as tradições de nossa agremiação (. . .); e que nunca mais permitam que o C.A. atravesse um daqueles períodos de apagamento, em que todos os nossos ideais foram relegados ao plano das cousas sem importância — e em que só o comodismo campeava” (2).

Ainda nesta mesma oportunidade o Presidente do CAXIF exortou os colegas a continuarem “integrados no espírito de solidariedade que impulsionava Boiteux e seus companheiros”. E caberia a eles levar a efeito uma das aspirações desse professor: construir em Florianópolis a Casa do Estudante.

2. Uma Iniciativa Precipitada

Em abril de 1944, a FEB começava a travar a guerra na Europa. O envio de tropas brasileiras para o “front”, como também a atuação da FEB — entidade que os estudantes ajudaram a construir — contra o nazi-fascismo,

estimularia uma mudança qualitativa na política nacional, ampliando e fazendo avançar as posições democráticas. No meio estudantil, a tomada de posição contra o Estado Novo se generaliza. O movimento por liberdades democráticas une a classe estudantil em torno de um só objetivo⁽³⁾.

Desta forma a luta pelo restabelecimento à normalidade democrática ia tomando feições, levando muitos estudantes e outros cidadãos às ruas (em março de 1944), com cartazes que expressavam os sentimentos da grande maioria, como: "exaltemos as vitórias da FEB, lutando por liberdades democráticas, pela anistia ampla, pela tranqüilidade interna", outros: "O povo quer pão e não demagogia", "A FEB trouxe democracia", "Anistia ampla e irrestrita", etc.

Neste contexto de ânimo e de exaltação dos espíritos que atingiu sobremaneira os estudantes, o Centro Acadêmico XI de Fevereiro e o Centro Acadêmico José Boiteux da Academia do Comércio de Santa Catarina fundam conjuntamente a União Estadual de Estudantes de Santa Catarina (UEE-SC). A fundação, que resultou de uma reunião entre as diretorias das duas agremiações estudantis, se deu nos primeiros dias de julho de 1944, e em conformidade aos Estatutos da União Nacional dos Estudantes. Desse modo, a UEE-SC passaria a ser a entidade máxima do estudantado catarinense.

No entanto a expressividade e base política da entidade recém-criada seriam insuficientes para torná-la representativa. Sua criação havia se dado mais por empolgação momentânea de seus idealizadores; por outro lado, faltou-lhe tato político na análise das condições objetivas, que deveriam ser a base de sustentação da entidade. Criada pela vanguarda, a ela se restringiu e nela se diluiu. Na sua curta existência daquele segundo semestre de 1944, a UEE-SC teve oportunidade de registrar um único momento em contato com o público, por ocasião da inauguração do monumento do Desembargador José Arthur Boiteux, quando o orador oficial da entidade, Antenor Tavares, pronunciou um discurso. Por outro lado, os estudantes catarinenses marcariam efetiva presença no VIII Congresso Nacional de Estudantes, realizado em julho de 1945, no Rio. Esta participação, se não foi a primeira à nível nacional, foi a mais significativa e inaugurou a atuação dos estudantes catarinenses no movimento estudantil brasileiro.

Francisco Carlos Regis representou o Centro Acadêmico XI de Fevereiro, e foi autor da tese "Obrigatoriedade Efetiva do Ensino Primário e a Quitação do Dever Escolar". A tese se referia aos êxitos do Decreto-Lei No. 301 de 24 de fevereiro de 1939 do Governo de Santa Catarina no combate ao analfabetismo, e pedia que esse projeto - Quitação do Dever Escolar - fosse estendido pelo Governo Federal para todo o território nacional.

Osmar Cunha representou o Centro Acadêmico José Boiteux. Sua tese

versava sobre a instituição do Ensino Secundário Gratuito. Devido à veracidade da situação abordada e teor, a tese chamou a atenção não só dos congressistas, mas também da imprensa carioca. Assim sendo, Osmar Cunha será manchete nos diversos jornais do Rio, tendo suas entrevistas publicadas pelos jornais "O Radical", "A Noite", "Diário de Notícias", "Folha Carioca" e "O Globo". Ainda nesta ocasião Osmar Cunha foi o porta-voz dos estudantes de Economia na audiência com o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, oportunidade em que exigiram do Ministro o cumprimento das leis já sancionadas há alguns anos, mais ainda sem efeito, que autorizavam a instalação da Faculdade Nacional de Política e Economia da Universidade do Brasil, e a regulamentação da profissão de economista.

Depois desta presença no contexto nacional os estudantes catarinenses tiveram pouca movimentação naquele semestre de 45, a não ser a continuidade da luta dos economistas para conseguirem suas reivindicações. As atividades se limitaram no contexto cultural e esportivo, com esvaziamento de conteúdo político. Naturalmente que isso não aconteceu por acomodamento dos estudantes, mas devido à desarticulação do movimento estudantil à nível de UNE originadas pelas divergências internas.

Tudo começou em março de 1945 quando, com a eminência da vitória dos Aliados no plano externo, "os estudantes prosseguiram a campanha iniciada pela democratização do País, com um comício pró-candidatura à Presidência da República do Brigadeiro Eduardo Gomes, em Recife. Em represália o Interventor Federal de Pernambuco ordenou a repressão violenta da manifestação estudantil, o que redundou na morte do estudante Demócrito de Souza Filho, em conseqüência de um disparo feito pela polícia"⁽⁴⁾. A morte do jovem em Pernambuco levou seus companheiros de todo o País numa trégua intransigente contra o Estado Novo. Pouco depois, concretizou-se a primeira vitória: O Governo decreta a anistia. "Mas, esta trouxe, também, a cisão do movimento estudantil, até então unificado"⁽⁵⁾. Ocorre que a anistia tirou das masmorras inúmeros líderes comunistas, entre eles o secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes. Este, logo ao sair, fazia declarações elogiosas a Getúlio, apoiando sua permanência no poder, "desde que fosse convocada uma Assembléia Constituinte livremente eleita"⁽⁶⁾.

Com a cisão os comunistas ficam isolados dentro da UNE, sendo que a maioria dos estudantes preferiam apoiar a recém-formada União Democrática Nacional (UDN) e seu candidato à presidência, o Brigadeiro Eduardo Gomes.

A deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945 parecia ser uma nova vitória dos estudantes udenistas, mas a subsequente derrota de Eduardo Gomes nas eleições presidenciais "acabou por fazer definhar o prestígio da UDN no meio estudantil", ao mesmo tempo em que este entrava em crise.

II CAPÍTULO

PROCESSO E FUNDAÇÃO, INSTALAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA UCE

1. Ascensão do Movimento Estudantil Catarinense

Com a queda de Getúlio Vargas do poder, a UNE atravessa, em 1946, um período assistencialista, gerado pela restauração democrática, quando o movimento estudantil, que se havia estruturado na luta contra o Eixo e contra o Estado Novo, sofreu uma perda de conteúdo político, em razão de terem sido eliminados aqueles objetivos imediatos da luta⁽⁷⁾.

No X Congresso Nacional de Estudantes, em julho de 1947, é eleito Presidente da UNE o estudante Roberto Gusmão, dando início ao período de hegemonia socialista na entidade. A partir deste Congresso os estudantes voltam a ser uma força de influência nos rumos da vida da Nação. É nesse ano que surge a Campanha em Defesa do Patrimônio Territorial e Econômico.

Simultaneamente, em São Paulo, pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, e no Rio de Janeiro, pela UNE, são lançados manifestos que dariam origem a uma das maiores campanhas populares no Brasil: "O Petróleo é Nosso", que agitaria e encontraria apoio de amplos setores da opinião pública nacional, com a criação da Petrobrás (Lei No. 2.004)⁽⁸⁾.

A campanha que ganhou as ruas e empolgou o país durante anos, transformou-se, no entanto, num divisor político do movimento estudantil. Agora, porém, estavam de um lado os "nacionalistas" — encampados sobretudo pelos socialistas e comunistas —, e de outro lado os "entreguistas", que no ano seguinte se articularão em torno da Coligação Acadêmica Democrata. O CAD, como ficou conhecida a organização, surgiu sob inspiração do estudante Paulo Egydio Martins — um dos principais líderes dessa ala —, e, com ajuda financeira norte-americana, tinha por objetivo "impedir a atuação de outras correntes políticas nos meios estudantis"⁽⁹⁾. Desta forma, essa ala direitista, ou os "ministerialistas" como eram chamados, foi crescendo no movimento até alcançar a presidência da UNE. Foi o início do Período Negro na história da União Nacional dos Estudantes.

À medida que a campanha pela Estatização do Petróleo eclode no território nacional, o relacionamento entre o Governo do Marechal Eurico Dutra (PSD) e os estudantes torna-se cada vez mais conflituoso. O grau de seriedade do conflito se esboça no fim de 1947 quando a UNE será atingida por uma campanha difamatória que acusava-a de ser uma entidade comunista. Acusação, aliás, que os "ministerialistas tinham como principal bandeira de luta".

A repressão do Governo, por conseguinte, não se faria muito a esperar. Após o XI Congresso que elegera o pernambucano Genival Barbosa Guimarães para Presidente, a UNE lidera a luta contra o aumento das passagens de bondes no Rio de Janeiro. Em represália o General Dutra desencadeia nova repressão policial contra o movimento estudantil, colidindo com a primeira invasão policial na sede da entidade máxima dos estudantes.

Os estudantes catarinenses, por outro lado, não ficaram alheios a toda essa mobilização que a UNE vinha encampando. Em 27 de setembro de 1947, pouco dias após ter sido lançada a campanha em São Paulo e Rio, o Centro Acadêmico XI de Fevereiro, reunido em Assembléia Geral Extraordinária, "face ao palpitante e patriótico movimento dos universitários brasileiros em torno da NACIONALIZAÇÃO DO PETRÓLEO", lança um manifesto ao público, anunciando "prestar sua colaboração efetiva à Campanha de Nacionalização do Petróleo". Para tanto, procuraria "concitar dentro do maior respeito à Lei e à Ordem, a todos os cidadãos para que se interessem pela causa e defesa intransigente o "ponto de vista" brasileiro sobre o petróleo". Eram protagonistas deste manifesto: Hamilton Valente Ferreira, Hélio S. de Oliveira, Dilermando Brito, Walter Wanderley, Jario Silveira de Mattos, Lúcio Hauer, Otávio da Costa Pereira, Jovelino Savi. Com eles renascia o idealismo dos anos precedentes e começava a delinear a história do movimento estudantil catarinense.

Em torno deste grupo reuniram-se outros estudantes que, ascendente-mente, darão forma ao movimento estudantil. A princípio a mobilização deste grupo se dará mais ativamente em torno da assistência não só aos problemas vivenciados pelos estudantes, mas também pela população. Com esta tônica, Centros e Diretórios Acadêmicos, com apoio de professores das Faculdades, se unem, em outubro de 1948, para realizar uma grande campanha humanitária no Estado para aquisição de fundos destinados à compra de produtos medicinais no combate à lepra e tuberculose entre a população carente, e em benefício da "Casa do Estudante". Mesmo alcançadas diversas cidades no interior do Estado e prolongando-se no ano seguinte, a campanha pela moradia estudantil não alcançou o efeito desejado. A falta de êxito para se conseguir a Casa do Estudante se deveu ao pouco apoio que aquele grupo recebeu de seus colegas. Por outro lado a campanha estava totalmente esvaziada de conteúdo político, pois além de ser assistencialista visava "auxiliar o Poder Executivo Catarinense em atender o disposto do artigo 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, assim transcrito:

"Art. 17 — Fica criada a "Casa do Estudante", para que o Governo do Estado construirá ou adaptará um prédio, na Capital, destinado à residência de estudantes do interior, reconhecidamente pobres, e que

cursem estabelecimentos de ensino em Florianópolis"⁽¹⁰⁾.

A ineficiência da campanha fracassou as aspirações do estudantado em concretizar a Casa do Estudante, mas, por outro lado, mostrou a necessidade de se ter uma entidade que fosse capaz de articular todos os estudantes em torno de objetivos comuns. Mas também só isto não seria suficiente, pois as dificuldades e limites que a realidade impõem acabariam por frustrar as tentativas de articulação e unidade. Seria preciso, então, criar uma entidade que fosse capaz de coordenar as lutas na defesa dos direitos dos estudantes e dar direção ao movimento. Para atingir tais objetivos seria preciso politizar os Centros Acadêmicos, algo pouco notável naquele momento.

Imbuídos deste espírito, estudantes de Direito, entre os quais figurava Hélio Callado Caldeira, e respaldados pelo seu Centro Acadêmico, não deixam de propalar, em todas as oportunidades, que, em "nossos dias", a criação da União Catarinense de Estudantes é um "imperativo premente da classe estudantil de Santa Catarina".

O movimento pela criação da entidade máxima dos estudantes catarinenses, que brotara das aspirações de ex-militantes secundaristas que foram responsáveis pela fundação da Federação Florianopolitana de Estudantes alguns anos antes, tornava-se, assim, um processo irreversível. Já não havia mais quem pudesse lembrar daquela tentativa empreendida em 1944, que nem sequer logrou deixar reminiscências na memória estudantil daqueles que, naquela oportunidade, apostavam estar consolidando o movimento estudantil no Estado de Santa Catarina.

2. O Primeiro Congresso Estadual de Estudantes

A polêmica pela fundação da UCE intensificou-se com o editorial da "Folha Acadêmica", no número 29, de maio/junho de 1949. O editorial (Folha Acadêmica era o órgão oficial do Centro Acadêmico XI de Fevereiro que, pelo nível jornalístico, tinha larga aceitação entre os estudantes e o público) constatava que a idéia de criar UCE havia nascido com a discussão da reforma dos Estatutos do Centro Acadêmico. No ante-projeto do novo Estatuto seria incluída uma proposta para que a diretoria do CAXIF tornasse viável o projeto da criação da UCE. Todavia, afirmava o editorial, "não sendo levada avante a dita reforma dos Estatutos, também não se chegou a tratar da fundação da UCE, ficando, ao que parece, iniciativa sem que alguém ou outro Centro Acadêmico avocasse a si a consecução de tão útil empreendimento"⁽¹¹⁾. Concluía o Editorial, "vendo (. . .) os nossos estudantes cercados de uma apatia que desconcerta, nós, que temos lutado em vários "fronts" pela pujança da classe, (. . .) levantamos novamente nos-

so brado pela urgente fundação da União Catarinense de Estudantes".

O editorial intensificou os debates, e o movimento pela fundação da União Catarinense de Estudantes caminhava rapidamente. A própria Folha Acadêmica, no número seguinte, de agosto/setembro, registrava satisfeita o trabalho que empreendera: ". . . após as "démarches" que realizamos entre os Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Direito, Ciências Econômicas, Farmácia e Odontologia, ficou entendido que sob a orientação do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, depois da reforma de seus Estatutos, serão realizados os trabalhos de fundação da UCE"⁽¹²⁾. A movimentação, assim, entrava na reta final, empolgava os acadêmicos; também não deixara de chamar a atenção da UNE que, mesmo enfrentando dificuldades com a demissão do então Presidente Rogê Ferreira, enviou um ofício à Folha Acadêmica felicitando os membros de sua direção pela iniciativa que tinham tomado.

Conforme fora estabelecido entre todos os Centros e Diretórios Acadêmicos, o CAXIF articula uma Comissão que ficará responsável pela organização do evento que criará a União Catarinense de Estudantes.

Presidida pelo acadêmico Alcides Abreu, Presidente do CAXIF, a Comissão Organizadora prepara o Congresso de fundação, que virá a ser o primeiro na história do movimento estudantil catarinense.

A princípio a instalação do Congresso seria em 5 de novembro, por ser o dia comemorativo do I Centenário de Nascimento de Rui Barbosa, mas a data definitiva foi assentada para os dias 7, 8 e 9 daquele mesmo mês.

Assim sendo, no dia 7 de novembro de 1949, uma segunda-feira, data que figura como uma das mais importantes no calendário histórico do movimento estudantil catarinense, às 20 horas, em sessão solene, é instalado, pelo Presidente do Congresso, Alcides Abreu, no salão nobre da Faculdade de Direito de Santa Catarina, o I Congresso de Estudantes de Santa Catarina⁽¹³⁾.

Nos três dias consecutivos, estudantes universitários e secundaristas, iam dar cumprimento às sete finalidades do Congresso entre as quais constavam: "organizar a União Catarinense de Estudantes (UCE) e eleger sua Diretoria Provisória; debater os problemas educacionais, sociais e culturais, humanitários e econômicos de estudantes catarinenses".

O temário, dividido em cinco pontos, abrangia problemas relativos ao Ensino Superior e Secundário. Os dois últimos pontos diziam respeito à União Catarinense de Estudantes: declaração de princípios, constituição da entidade (estatutos) e orçamento.

O Congresso transcorreu num clima de intensos trabalhos. Não faltou, por outro lado, o espírito perspicaz nas homenagens às autoridades, a festa de conagração.

No último dia do Congresso, transcorrido a 9 de novembro, foi eleita a Diretoria Provisória, encabeçada pelo estudante de Direito Renato Ramos da Silva, com mandatário até maio do ano seguinte. A eleição se deu num clima de disputa entre dois grupos. O primeiro liderado pelos irmãos Alcides e Nelson Abreu, enquanto que o segundo pelo próprio Renato Ramos da Silva. Isto acabou determinando, praticamente, na escolha do regime de governo para a Entidade recém-criada: espécie de Regime Parlamentarista. Assim, um grupo ficou na Diretoria Executiva, enquanto que o outro no Conselho de Representantes, instância máxima de deliberação da UCE. Este tipo de regime de governo, por conseguinte, não era uma novidade no movimento estudantil. A UNE tinha algo parecido, figurado no Conselho Nacional de Estudantes. Mas o adotado pela UCE estava fortemente caracterizado pelo regime parlamentarista que alguns parlamentares brasileiros defendiam para o Brasil na Constituinte de 1946. Este debate, que conquistou espaços nas Universidades e Faculdades, envolveu muitos universitários nas discussões. Em Florianópolis um grupo de estudantes passou a defender o regime parlamentarista após a conferência — promovida pelos estudantes — pronunciada pelo Deputado Federal do Rio Grande do Sul, Raul Pila — um dos expoentes à nível nacional desse regime de governo. Como este grupo de estudantes estava à frente do movimento estudantil, acabou influenciando, decisivamente, na redação final dos Estatutos da UCE. Aliás, os Estatutos ficaram sendo conhecidos como a Constituição da União Catarinense de Estudantes que, com seus 128 artigos, foi definitivamente aprovada e promulgada em 25 de abril de 1950, pelo Conselho de Representantes — o Parlamento — da UCE.

O I Congresso também não deixou de divulgar um manifesto — publicado posteriormente em todos os jornais da capital barriga-verde — que, pelo valor documental e interesse que desperta, merece ser aqui transcrito na íntegra, para melhor compreensão das aspirações dos estudantes naquele momento:

“OS ESTUDANTES CATARINENSES, reunidos no Primeiro Congresso Estadual,

CONSIDERANDO o papel decisivo que a mocidade estudiosa desempenha na vida nacional;

CONSIDERANDO que a atualidade exige pronunciamentos decisivos respeito aos problemas magnos, não havendo lugar à tibieza e à indiferença;

CONSIDERANDO que se faz mister fixar princípios em torno dos quais possa a mocidade desenvolver a sua inteligência, aprimorar os sentimentos bons e repelir as tendências nefastas.

I — PROCLAMAM a democracia cristã, fundada no mais absoluto a

Deus, ao Direito e à Justiça, como único regime de governo compatível com a dignidade humana e as necessidades sociais do homem;

II — REPELEM — os totalitarismos, da esquerda e da direita, como danosos aos interesses social e inconcentâneos com a destinação histórica do povo brasileiro;

III — APELAM ao homem público do Brasil para que, defendendo o primado da inteligência e da capacidade, independente da Unidade em que nasçam, sempre se inspirem no melhor interesse social, abandonando, de uma vez para sempre os velhos métodos que tanto sangue custaram à mocidade, fazendo valer nos equacionamentos dos problemas políticos e econômicos o desprendimento que se faz necessário a bem da felicidade de todos, da paz interna, do progresso e da segurança nacional”.

3. As Primeiras Diretorias

Terminando o Congresso a Diretoria Provisória tinha pela frente o encaminhamento das resoluções deliberadas. De fato, era necessário solidificar a Entidade máxima dos Estudantes catarinenses há pouco criada.

Apesar do estudantado estar localizado somente em Florianópolis, — e isto será uma realidade até 1965, quando serão criadas as primeiras Faculdades no interior do Estado por iniciativa privada e/ou municipal —, fator que facilitava os trabalhos, os problemas existentes eram desafios àqueles estudantes que pretendiam fazer da UCE uma força política, tanto a nível das Faculdades como no cenário político do Estado. Obstáculos como a falta de consciência política de parte dos 191 estudantes, que formavam as três faculdades existentes, a pouca experiência e tradição de luta política estudantil, a necessidade de infra-estrutura, eram problemas a serem enfrentados pela diretoria da UCE, se se quisesse alcançar os objetivos traçados.

Doravante, a gestão provisória de Renato Ramos da Silva é marcada pela politização das eleições diretas dos delegados para o Conselho de Representantes e pela elaboração da Constituição da UCE.

Mas seu curto mandato ficou mesmo marcado com a realização de uma das mais importantes resoluções tiradas no I Congresso e que perpassará os anos como um desafio ao movimento estudantil: a instalação da Casa do Estudante Catarinense. Fundada em 25 de abril de 1950, a Casa Provisória do Estudante Catarinense (CPEC), como ficou sendo denominada, era administrada por um Departamento da UCE. E, subsidiada por verbas do Governo Estadual, dava abrigo a uma dezena de estudantes do interior do Estado

que estudavam na Capital.

Em maio de 1950 o Conselho de Representantes elegeu o sucessor de Renato Ramos, o acadêmico de Direito Waldir Campos. Sua gestão caracterizou-se pela desorganização e insuficiente habilidade política na direção do movimento. Expressão dessa realidade foi a realização do II Congresso Estadual. Acontece que na ocasião, segundo o depoimento de Urbano Salles (na oportunidade um secundarista do Colégio Catarinense), "a UCE se restringia tão-somente aos universitários, mas englobava também os secundaristas. Realizado na antiga Faculdade de Administração, localizada atrás do Correio, bom número de estudantes secundaristas compareceram ao Congresso da UCE. Mas como os secundaristas eram mais de tendência de esquerda, os universitários cassaram-lhes o direito ao voto". A situação começou a se tornar crítica porque um grupo, não estando de acordo com a redação final da Constituição da UCE, queria modificá-la. Por outro lado, o outro grupo argumentava a ilegalidade da reforma, pois a própria Constituição previa no artigo 113 que a mesma só poderia ser reformada total ou parcialmente pelo Conselho de Representantes, e ainda assim, cinco anos após a data de aprovação, a saber, depois de 25 de abril de 1955.

O conflito acirrou-se a ponto de a mesa do Congresso pedir a intervenção da polícia. Na volta à calma, os universitários ficaram no outro canto, do lado oposto. O tumultuado Congresso terminou sem nada encaminhar ou deliberar. Inclusive nas Faculdades houve um rompimento de facções: de um lado os de direita, liderados por Paulo Henrique Blasi, Geraldo Salles, Sebastião Severino da Luz; a atuação deste era marcada pelo slogan "Agitação nunca, equilíbrio sempre!" Do outro lado os de esquerda, onde se destacavam Fúlvio Luiz Vieira, Osvaldo Dietrich (o foguinho), Inglês Malheiros.

Esses incidentes provocaram um retraimento dos estudantes da política estudantil. A monotonia somente foi vencida com a eleição de Fúlvio Luiz Vieira, em maio de 1951. Fúlvio dará continuidade à política de consolidação da UCE. Durante seu mandato foi expressiva a luta pela federalização das Faculdades de Direito, reivindicações que, aliás, veio a ser atendida pelo Governo democrático de Getúlio Vargas. Acontece porém, que a Faculdade de Direito de Santa Catarina não desfrutou da Lei Federal por oposição da Congregação da Faculdade, que preferiu o subsídio em vez da federalização.

A gestão 51/52 ainda aproximará de fato a UCE com a União Nacional dos Estudantes. Embora a Constituição da UCE previa a filiação à UNE, as gestões anteriores não tinham dado devida importância à questão.

A participação dos estudantes catarinenses, através da UCE, nos destinos da UNE, será intensificada com o sucessor de Fúlvio, o doutorando de Direito Paulo Henrique Blasi.

Blasi chega à presidência da UCE graças à atuação da Aliança Indepen-

dente Acadêmica (A.I.A.), partido estudantil fundado pelo próprio Blasi, juntamente com Neudy Primo Massolini (seu sucessor), Fernando Caldeira Bastos e outros. Tendo os princípios baseados na Doutrina Social da Igreja Católica, a A.I.A. consegue engrossar suas fileiras rapidamente. Sua própria plataforma estava baseada "no princípio de aproveitamento do maior número possível de universitários, imbuídos de boa vontade e espírito empreendedor, afim de facilitar os trabalhos dos futuros dirigentes da UCE, não dando desse modo à uma minoria reduzida o privilégio de defenderem com exclusividade as principais reivindicações da classe estudantil 'barriga-verde'" (14).

Com este programa a delegação catarinense seguirá para o XV Congresso Nacional de Estudantes. Ali Blasi e seus companheiros apoiarão a ala direita que lutava para manter-se na direção da UNE.

A propósito, a ascensão direita na UNE começará, como já vimos, com a criação dos CADs, liderada pelo Presidente da União Metropolitana dos Estudantes do Rio, Paulo Egydio Martins, em 1949. Neste ano os "cadistas compareceram ao XII Congresso da UNE dispostos a se elegerem para a diretoria da entidade máxima dos universitários brasileiros" (15). Apesar do tumulto que provocaram no Congresso, não se livraram, todavia, da derrota. Venceu, por conseguinte, a chapa presidida por Rogê Ferreira, que não obstante, marcaria o fim da hegemonia socialista na UNE dos últimos quatro anos.

Os CADs, entretanto, conseguiram sua primeira vitória a nível nacional no XIV Congresso Nacional dos Estudantes, realizado em São Paulo. Ali foi eleito presidente da UNE o estudante mineiro Olavo Jardim Campos, que favoreceu, por sua vez, a infiltração americana no movimento estudantil brasileiro. É a época em que se dá a atuação da estudante norte-americana Helen Rogers, enviada pelo Departamento de Estado dos EUA, no movimento estudantil (16).

No XV Congresso novamente foi eleito um direita, o acadêmico Luiz Carlos Goelzer, candidato que a delegação catarinense ajudou a eleger. Para Blasi, o apoio dado a Goelzer se deveu ao posicionamento político que este defendia. Ambos defendiam que a UNE, sendo um organismo representativo de todos os estudantes brasileiros, "não podia ser utilizada como instrumento de manipulação de interesses políticos-partidário, inclusive de ordem internacional, como vinha fazendo a União Internacional de Estudantes (UIE)".

De fato, a UIE vinha sendo acusada por esses setores — não só do movimento estudantil — de estar "a serviço do comunismo internacional". Por isso o XV Congresso, no qual os direita eram a maioria, decidiu que a UNE romperia relações com esta organização internacional de estudante. o

que de fato veio acontecer.

Paradoxalmente, a prática política que a diretoria da UCE assumirá no "seu chão" será senão contrária aos menos divergente daquela que teve no XV Congresso da UNE.

Em setembro de 1952 a UCE decreta greve contra os cinemas da capital, devido ao aumento exagerado dos ingressos destes. O público adere totalmente à greve. E sendo o cinema um dos poucos meios de atração cultural e lazer, pois atraía grande público, a greve repercute politicamente, tornando-se comentada em todas as rodas sociais.

A edição do jornal "A Gazeta", do dia 23 de setembro de 1952, bem descreve o quadro ora vigente na cidade de Florianópolis, provocado pela greve contra os cinemas, decretada pela UCE: "Domingo a cidade amanheceu cheia de cartazes e faixas, enquanto era profusamente distribuído um manifesto ao povo, subscrito pela Comissão Organizadora, pelos estudantes de Florianópolis. Neste manifesto, depois de lembrar-se, no preâmbulo, que o estudante brasileiro, em todas as campanhas que vem empreendendo, movimenta massas, convence os poderes públicos e consegue o que intenta porque suas reivindicações são sempre justas, recorda que em Porto Alegre os estudantes depuseram um reitor da Universidade; que em Goiânia, reconduziram professores 'espoliados por motivos políticos', que em Curitiba lutaram ao lado do povo e das donas-de-casa contra o aumento de preços dos gêneros de primeira necessidade e assim por diante. Depois deste intróito, declara o manifesto: É chegada a vez do estudante catarinense".

A reportagem de "A Gazeta", baseada no manifesto dos estudantes, também anuncia a atuação dos estudantes em alguns outros Estados. De fato, embora a diretoria da UNE não media esforços para desviar o movimento estudantil de seus reais objetivos, algumas Uniões Estaduais mantinham-se firmes em garantir a tradição de luta que sempre caracterizou o movimento estudantil brasileiro.

Diante da adesão e simpatia do público à greve da UCE, os proprietários dos cinemas não tiveram outra saída senão recuar. Tendo a Assembléia Legislativa como intermediadora nas negociações, os proprietários atendem às reivindicações dos estudantes, reduzindo os preços dos ingressos.

A vitória da greve fortalece o movimento estudantil em Florianópolis de tal modo que a UCE firma-se como única entidade representativa dos estudantes catarinenses e passa a ser um importante canal político às reivindicações populares. A greve, no depoimento de Paulo Blasi, foi o estopim de outros movimentos em que a UCE posteriormente passou a se engajar. Pois, como a greve foi vitoriosa, e a população quando viu que os estudantes tinham força, o movimento de donas-de-casa, por exemplo, procuraram a sede da UCE para pedir adesão ao movimento pela diminuição dos preços da

carne, gêneros alimentícios.

Blasi não chegou a concluir seu mandato. Como era formando pediu demissão em novembro de 1952. Antes, porém, conseguiu aparelhar a UCE com uma razoável infra-estrutura, além de legalizá-la. Também conseguiu do Governo Estadual Irineu Bornhausen a doação da antiga casa do extinto Clube Germânia, situada na Rua Álvaro de Carvalho No. 88-A, onde foi instalada a sede da UCE.

Importante frisar que neste período havia estreita ligação entre os governos da UDN e os estudantes, não só a nível estadual, mas também nacional. A UNE encontrava-se inteiramente dominada pela UDN, que, aliás, pretendeu utilizar os estudantes para derrubar o Governo nacionalista de Vargas. O plano, contudo, não teve desfecho final devido "a honestidade de princípios do recém-eleito Presidente da UNE, Cunha Neto, que, em 1954, se recusou a apoiar a conspiração antigetulista, alegando que a UNE pela sua tradição democrática não podia desenvolver atuação golpista (17).

III CAPÍTULO

A FASE DE APOGEU DA UNIÃO CATARINENSE DE ESTUDANTES

O período inaugurado pela greve contra os ingressos dos cinemas marca o início de uma fase de apogeu da União Catarinense de Estudantes, e que perdurará até o Golpe Militar de 1964. Nesse período de quase doze anos, com algumas exceções — fato característico de todos os movimentos sociais —, a UCE estará coordenando e liderando lutas e campanhas que, ao atingir seus objetivos com a concreção de notáveis empreendimentos, enaltecem os estudantes na história do Estado de Santa Catarina.

1. Período de Neudy Massolini

A divisão ocorrida no movimento estudantil com a infiltração imperialista norte-americana na UNE implicou à Entidade uma perda de identidade no que se refere à coordenação da participação política estudantil, ocasionando um período de total inoperância da entidade máxima dos estudantes brasileiros. O contrário se dava em várias Uniões Estaduais, onde o movimento mantinha-se palpitante.

Por pressão das Uniões Estaduais, a diretoria da UNE é forçada a voltar a convocar seu Conselho, composto pela diretoria e Presidente das Uniões nos diversos Estados. Do Conselho emanam as diretrizes para o movimento estudantil.

Na reunião de abril de 1953, o principal ponto de pauta a ser tratado pelo Conselho visava o posicionamento da UNE frente ao Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. O Acordo Militar, projeto que estava sendo colocado em votação no Congresso Nacional, permitia a ocupação bélica estrangeira de áreas estratégicas no território brasileiro, prevendo ainda, nas entrelinhas, a utilização de reservas de petróleo e monazita do Brasil pelo outro país signatário, desde que concordassem com a existência de um período de guerra. Acreditava-se também que o Acordo já era a concretização dos entendimentos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos preconizando a implantação de bases de dirigíveis teleguiados no Território de Fernando de Noronha, convertendo, assim, o território brasileiro, notadamente a região nordestina, em alvo preferencial de incursões atômicas no caso de um terceiro conflito mundial.

Por isso, por proposta da bancada paulista presente no Conselho, o Acordo Militar foi considerado lesivo aos interesses nacionais, propondo ainda fosse o Conselho incorporado ao Senado Federal, para apresentá-lo o mais vivo protesto da mocidade universitária contra o Acordo, e ao mesmo tempo expressar-lhe a confiança de todos, certos de que a rejeição seria o corolário natural de brasilidade dos Senadores da República. Era exatamente a noite em que o Senado Federal votaria o aludido Acordo, já aprovado anteriormente pela Câmara de Deputados. Todavia, a delegação estudantil, chegou no momento exato em que terminava a votação em que o Acordo era aprovado⁽¹⁸⁾.

Inconformados com a aprovação, ainda por proposta de São Paulo, foi aprovado manifesto a ser lançado pela UNE, em que se expressava veemente protesto, por considerar o "Acordo Militar Brasil-Estados Unidos", "triste documento que envergonha o passado glorioso da diplomacia brasileira, é atentatório à soberania, vexatório às nossas Forças Armadas, economicamente prejudicial (. . .), porque rasga a Constituição Federal". Concluía o manifesto, "nós apontamos esse Acordo ao escárnio do povo, e, perante a História, responsabilizamos deputados e senadores que o aprovaram, pelo crime de lesa pátria e aplaudimos os nomes dos que corajosamente souberam condená-lo". Ainda declarava o manifesto que "a mocidade continuaria a verbalizar, em todos os rincões da Pátria, e dariam luta sem tréguas contra o Acordo ora aprovado".

Por proposta da bancada catarinense, foi declarado o dia 13 de maio (em aversão à abolição da escravatura) como data de luto universitário, em protesto contra a aprovação do Acordo.

Na oportunidade presidia a União Catarinense de Estudantes o acadêmico concordiense Neudy Primo Massolini, que fora eleito (como todos os componentes da diretoria) em novembro de 1952, para preencher o cargo

vago com a exoneração de Paulo H. Blasi, seu opositor.

Proveniente de uma tradicional família de políticos do oeste catarinense, Massolini é eleito presidente da UCE ainda no primeiro ano de Faculdade, e ocupará o cargo por mais duas gestões. Em sua primeira gestão a atuação estudantil toma volume ainda não registrado na história do Estado, pois, além de fortalecer a entidade máxima dos estudantes catarinenses, ainda a projeta no cenário político. Isto foi possível graças ao trabalho desenvolvido, que conferiu à UCE eficiente infra-estrutura capaz de proporcionar aos estudantes assistência integral, promoções culturais e atividades culturais e atividades políticas que assoberbaram a voz do estudante na conjuntura sócio-política do Estado. Assim que, em quatro meses de mandato, a diretoria conquistou para os estudantes assistência médica, odontológica e jurídica gratuita; abatimentos de até 50% nos transportes aéreos e terrestres; realizações culturais e até mesmo empregos. Tais empreendimentos estimularam a participação dos universitários nos destinos de sua entidade.

As manifestações políticas ocorridas no início do ano de 1953 bem revelam o nível de politização em que se encontrava a mocidade acadêmica.

A primeira se deu logo no início do ano, quando os estudantes saíram em passeata nas ruas do centro da cidade para protestar contra a agressão policial que o acadêmico Gil Ivo Losso sofrera dias antes. Expressava o manifesto da UCE: "numa população pacata como a de Florianópolis, não compreendemos, postados nas principais vias públicas, verdadeiros aglomerados de policiais, armados de revólveres e cacetetes, numa constante demonstração de força".

Na passeata, que ficou sendo denominada "A Noite", "munidos de velas acesas a mocidade estudiosa caminhava pelas ruas gritando slogans contra a violência policial, até cumprir o itinerário, onde então enterraram simbolicamente o agressor".

No dia do luto universitário, em protesto contra a aprovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, os estudantes voltam a público. Conforme reportagem do jornal "A Gazeta", nesse dia se aglomeraram inúmeros estudantes na frente da sede da UCE, "espalhavam-se da esquina da Tenente Silveira até à esquina da Felipe Schmidt, ocupando toda a ladeira da Álvaro de Carvalho. . . , e nas janelas da sede da UCE apinhavam-se estudantes. . ." (19).

Entretanto, a manifestação ocorrida no dia 13 foi um ensaio àquela que veio a acontecer dez dias depois. A disposição com que os universitários vinham demonstrando nos atos públicos revela o grau de repúdio ao Acordo, aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, e que tirava a soberania brasileira.

Novamente "A Gazeta" marcava presença e assim registrou a manifesta-

ção: "realizou-se anteontem, às 20 horas, no Largo Fagundes, um grande comício da União Catarinense de Estudantes, contra o vexatório Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. . . Grande número de estudantes e compacta multidão se dirigiu ao local do 'meeting', para ouvir a voz dos estudantes, que não se calou e jamais se calará contra esse atentado à nossa soberania de povo livre e democrata que somos" (20).

De fato, os estudantes não se calaram, mas aquilo que denunciaram, que a aplicação do referido Acordo "significa escravização, miséria e guerra; que o Brasil ficará obrigado a entregar aos Estados Unidos as suas riquezas minerais e os minérios radioativos a preços ridículos" e que o "comércio do Brasil será controlado por uma administração norte-americana, tornou-se realidade".

Digno de nota nesta primeira gestão de Massolini foi a ação empreendida na fundação de uma Secção Estadual da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, entidade que, em 1953, fundou os Ginásios "Antonietta de Barros" com 60 alunos, em Florianópolis e "Eugênio Luiz Müller" com 34 alunos, em Itajaí. Apesar do apoio da UCE, este último, porém, foi obrigado a fechar suas portas dois anos depois, devido à omissão do Governo Estadual em não acatar as solicitações daquela Entidade.

No fim de maio de 1953, o Conselho de Representantes reelege Neudy Massolini, graças à hegemonia do recém-fundado Partido Acadêmico Progressista. O programa político posto em execução meses antes tem continuidade, garantindo à UCE sempre mais apoio popular e imposição ao acatamento pelas autoridades.

Deste modo os dirigentes conseguem na Assembléia Legislativa do Estado, a aprovação da Lei No. 821, que declara a UCE uma Entidade de Utilidade Pública. Esta conquista conferia à Entidade maior poder de barganha junto aos poderes públicos no atendimento às suas reivindicações, o que de fato logo se fez sentir. Em novembro e dezembro daquele ano são aprovados dois projetos na Câmara Municipal, pois que há muito os estudantes já vinham lutando: o primeiro (Lei No. 174) concede à UCE, por alguns anos, o Bar Miramar, situado no Trapiche Miramar, para ser instalado o Restaurante Universitário; o segundo (Lei No. 670) doa à mesma um terreno de 600 m² de área para ser utilizado na construção da Casa do Estudante.

Mas o que movimentou esse segundo semestre, caracterizando-se como um dos períodos de maior mobilização estudantil, foram as manifestações realizadas.

No dia 10 de outubro, depois de três dias de greve, a UCE realiza um comício de protesto em virtude às constantes violências policiais contra os universitários brasileiros. A paralização das aulas foi decretada pela UNE em repúdio à repressão policial contra estudantes em Goiânia, que culminou

com o assassinato do acadêmico Haroldo Gurgel e deixou mais dois gravemente feridos, alvejados por balas de metralhadora da Polícia Federal. No entanto, não foi somente no estado goiano que os universitários sofreram violentas agressões ao criticar o governo; também seus companheiros de Sergipe tiveram igual destino, na mesma ocasião, ao realizar o seu III Congresso Estadual. Em maio do ano seguinte os mesmos fatos vieram a se repetir em Belém do Pará, quando uma passeata de calouros foi discricionariamente dissolvida à bala e a cacetetes, por ordem do Comandante da Região, o Gal. Inácio Veríssimo. Nova greve de repulsa à violência policial percorreu o país, solidarizando-se à ela a UCE.

Larga repercussão teve também a passeata promovida pela entidade dos estudantes catarinenses, juntamente com a Associação Contra a Carestia, na noite de 7 de novembro, em protesto contra o aumento da carne.

O relatório da gestão 53/54 bem descreve o quadro em que se desenvolveu a manifestação: na oportunidade "o povo vibrou com a mocidade acadêmica. Diante da sede da UCE grande massa popular se comprimiu para ouvir a palavra dos oradores. A seguir teve início o desfile, acompanhado pelo povo, que percorreu a rua Felipe Schmidt, Praça XV, lado da Prefeitura e parte fronteira à Catedral. Impedida de passar frente ao Palácio, após terem falado o Cel. Américo D'Avila e o acadêmico Fernando Bastos (orador da UCE), dirigiu-se a massa para a COAP, onde os estudantes improvisaram um comício. . ." (21).

O ativismo estudantil, todavia, sofre um declínio na terceira gestão de Massolini. Ao ocupar o cargo de presidente por três vezes consecutivas estava em voga o continuísmo. Por outro lado, o movimento estudantil a nível nacional vinha enfrentando problemas internos nos últimos anos, acarretando inclusive perda de prestígio à UNE, e, agora na gestão de Cunha Neto, estava reconquistando pouco a pouco os espaços perdidos mas os impasses gerados com a crise política no governo democrático de Getúlio Vargas — que culminou com seu suicídio —, colocavam novas dificuldades.

Fatos como estes contribuíram para o esmorecimento do movimento estudantil catarinense. A UCE deixa de ser presença efetiva na promoção e coordenação do movimento, enquanto que a base estudantil desalentada buscava descobrir novas perspectivas para sair da crise.

Acentuam-se, assim, as divergências no interior do movimento, também presentes na diretoria em exercício, forjando o surgimento do Partido Renovação Acadêmica (o qual reunirá socialistas e comunistas), constituindo a terceira força na política universitária, ao lado da A.I.A. e P.P.A.

A crise, todavia, não seria superada tão cedo. A divisão quase que paritária das tendências aprofundava o impasse. Na eleição da nova diretoria, em maio de 1954, vence com pouca diferença a ala mais conservadora do

movimento, liderada pela A.I.A. Apoiados pela UDN, e como naquele momento o país se encontra em época eleitoral (para os poderes executivos), os novos dirigentes da UCE põem a entidade a serviço da campanha eleitoral dos sucessores também udenistas de Irineu Bornhausen — Jorge Lacerda e Heriberto Hülse.

Fato ilustrativo desta inter-relação das entidades estudantis e do governo da UDN (também verificado a nível nacional), foi o apoio deste àqueles para participarem no XVIII Congresso Nacional de Estudantes, realizado em Belém do Pará, ocasião em que foi eleito presidente da UNE o udenista pernambucano Carlos Veloso de Oliveira. Isto somente foi possível porque os estudantes progressistas, por falta de recursos, não conseguiram se representar à altura. No Congresso, enquanto que os udenistas, além do apoio do Partido, tiveram, ainda, à disposição, por ordem do Brigadeiro Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica do governo Café Filho, aviões da Força Aérea Brasileira. Particularmente, a delegação catarinense, composta de dez membros, teve facilidade para chegar ao Congresso; usando do mesmo para uma proveitosa viagem turística ao norte e nordeste do país.

O apoio desta ala estudantil às candidaturas de Jorge Lacerda e Henrique Hülse, no entanto, foi além do uso das entidades estudantis àquele fim. No início de agosto de 1955, universitários e secundaristas fundam a Frente Democrática Estudantil que fará, com sucesso, em diversas cidades catarinenses, inúmeros comícios em favor daqueles que, depois de eleitos nas urnas, foram empossados nos cargos de Governador e Vice-governador do Estado de Santa Catarina, em 1956.

2. A Campanha pela Casa do Estudante

Os entraves políticos provindos à sucessão de Neudy Massolini, tomaram desfecho final com as eleições governamentais de 1955. Sobreveio a elas a demissão de dois presidentes da UCE. Novamente as correntes políticas estudantis se vêem envolvidas no processo eleitoral.

Após duas tentativas frustradas, face às divergências internas, na terceira vez o Conselho de Representantes consegue eleger, no início de fevereiro de 1956, o acadêmico de Direito Linésio Laus, do Partido de Renovação Acadêmica, para presidente da entidade.

A principal preocupação do novo presidente será a Casa do Estudante, bandeira de luta que há muito vinha sendo levantada. Passos largos tinham sido dados por Neudy Massolini. No mês de dezembro de 1953, a Câmara Municipal aprovou o Projeto Lei, da iniciativa do Executivo, doando a UCE um terreno de 600 m², que fazia frente com a Av. Hercílio Luz, destinado à Casa do Estudante Catarinense. No ano seguinte a diretoria da UCE

empreende ampla campanha entre Prefeituras do Estado, Governo Estadual e Ministério da Educação em prol da obtenção de fundos para a construção da referida casa. Ao final daquele ano a entidade já dispunha de cerca de um milhão e meio de cruzeiros para dar início à obra, orçada em 20 milhões. A planta da casa havia sido conseguida junto ao Escritório Técnico da Universidade do Brasil, elaborada pelos construtores da Cidade Universitária do Brasil, no Rio de Janeiro. O projeto previa a moradia para 200 universitários, restaurante para 500 refeições diárias, salão para biblioteca — que já contava com 2.800 volumes —, sede da União Catarinense de Estudantes, ambulatório médico e dentário, barbearia e dois apartamentos para personalidades visitantes, distribuídos nos nove andares projetados.

A crise estudantil, porém, que compreendeu o período entre meados de 1954 e fim de 1955, originando, por conseguinte, no desvirtuamento da polícia estudantil com objetivos estritamente partidários, esmoreceu a luta pela moradia estudantil, causando, inclusive, a perda das conquistas já feitas.

Eleito com o propósito de dar consecução à Casa do Estudante, Linésio Laus liderará nos meses de fevereiro e março de 1956 a campanha popular “Um milhão, menos um tostão”, como também levará a efeito a rifa de um carro Mercury. Assim, num esforço conjunto, inúmeras cidades catarinenses são percorridas por caravanas de universitários que têm como única preocupação angariar fundos para a edificação de uma vez por todas da Casa do Estudante Catarinense.

O resultado obtido com as campanhas, totalizando o montante de quatrocentos mil cruzeiros, tornou inviável dar prosseguimento ao projeto encetado por Massolini, sendo este, portanto, trocado por outro que previa uma rede de “casas de estudantes”, também a ser dirigido pela UCE.

Com este intuito é inaugurada, no dia 2 de abril de 1956, a primeira casa, passando a ser denominada Casa Provisória do Estudante Catarinense. Situada à Rua Professora Maria Júlia Franco No. 21, na Prainha, a casa, com 15 vagas, foi alugada, mobiliada e equipada com copa pela própria UCE. Regida por Estatuto próprio, teve como primeiro administrador o acadêmico Waldomiro Simões de Almeida.

3. A Luta Contra do Fechamento da Faculdade de Farmácia e Odontologia e o III Congresso Estadual de Estudantes

O curto período em que João Café Filho esteve na chefia do poder executivo do país foi suficiente para que este congelasse as verbas educacionais do orçamento de 1955, e o governo interino Nereu Ramos, por seu turno, desviasse as verbas do ano seguinte para o plano da economia.

A retenção das verbas federais ameaçou destarte as Faculdades que dela necessitavam para funcionar. Particularmente em Florianópolis, a Faculdade de Farmácia e Odontologia teria de cerrar suas portas ainda no primeiro semestre de 1956 caso não fossem imediatamente equipada de recursos necessários para levar adiante suas atividades educacionais.

Desanimados em conseguir verbas por meios oficiais, já tentado pela direção da Faculdade e da UCE, junto ao Ministério da Educação, na capital federal, os estudantes, liderados pelo Diretório Acadêmico XXII de Janeiro de Farmácia e Odontologia e UCE, desenvolvem ampla mobilização para que o governo estadual evitasse seu fechamento.

Em pouco tempo a cidade de Florianópolis se vê tomada pelos estudantes, ocupando espaços nos meios de comunicação, na rua, na Assembléia Legislativa. E em menos de dois dias conseguem quinze mil assinaturas para o Abaixo-assinado pedindo ao Governador Jorge Lacerda a liberação de um milhão de cruzeiros dos cofres estaduais para a Faculdade.

Em 4 de maio, a Comissão Organizadora do movimento reivindicatório, acompanhada de expressiva multidão de universitários e populares, entre o Abaixo-assinado ao governador que, sentindo a pressão estudantil, prontamente atende às reivindicações. Desta forma estava afastada, ao menos temporariamente, a hipótese de fechamento daquele estabelecimento de ensino. A luta, porém continuou no plano federal. Doze dias depois os estudantes, por meio de seus representantes, são recebidos no Palácio do Catete pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek. Na oportunidade a comitiva estudantil recebe garantias do Presidente de que iria determinar a liberação imediata de oitocentos mil cruzeiros e enviaria mensagem ao Congresso no sentido de ser aprovado o Projeto Lei No. 1.160, do Deputado Leoberto Leal, que distribuía à Faculdade de Farmácia e Odontologia de Santa Catarina a verba anual de cinco milhões de cruzeiros.

As vitórias estudantis foram, assim, se sucedendo e neste curto espaço de tempo: além das já assinaladas, a definição sobre o prédio onde se achava instalada a Faculdade de Ciências Econômicas que estava ameaçada de perder; a federalização da Faculdade de Direito, finalmente sancionada por Juscelino na Lei No. 3.038, de 19 de dezembro de 1956.

Por outro lado, o clímax vivenciado pelo movimento estudantil estadual fortaleceu o III Congresso da UCE, que se realizou entre os dias 12 e 15 de maio. Aí se estabeleceu a plataforma da luta a ser levada pela UCE no ano seguinte. Entre os pontos abordados destacavam-se a solução nacionalista para o aproveitamento das riquezas naturais, em especial a defesa das riquezas catarinenses; a fundação de Faculdades no interior do Estado, como a de Agronomia, Ciências Econômicas e Veterinárias no planalto catarinense; Química e Agronomia no Vale do Itajaí e o funcionamento da Faculdade

de Medicina em Florianópolis; e a instalação imediata do Restaurante Universitário.

O III Congresso Estadual marcou o fim do mandato de Linésio Laus. Nos três meses e meio que esteve à frente da UCE, o movimento recuperou o fôlego desperdiçado nos últimos dois anos, incrementou iniciativas originais e abriu novas frentes de luta, as quais deixaram marcas na identidade histórica da Entidade máxima do estudante barriga-verde.

Uma dessas iniciativas, e que muito contribuiu no fortalecimento do movimento de meados da década de 50 ao golpe de 64, foi a coluna "Vida Universitária" (mais tarde com outros nomes) no jornal "A Gazeta". A coluna, publicada quase que diariamente, noticiava tudo o que ocorria na vida universitária — especialmente a nível das entidades estudantis —, e era escrita pelos próprios estudantes.

Também tem origem nesta época o periódico "O Lutador", órgão oficial da UCE, impresso com dificuldades na cidade de Porto Alegre.

O primeiro grupo "especializado" que se constitui é a Juventude Operária Católica (JOC). Em 1950, funda-se a JAC (juventude agrária), a JEC (estudantes secundaristas), JUC (universitários) e JIC (juventude independente, agrupando os que não se encaixam nas outras categorias). Todos esses movimentos passavam então a adotar o método de análise da JOC belga, de Mons. Cardijn, "ver-julgar-agir", que vai se constituir num estímulo à atuação de seus militantes na realidade social. Por sua vez a JEC e a JUC, por estarem mais envolvidas com os centros de debates, vão desenvolver mais profundamente o método.

A mobilidade social alterada com a fase desenvolvimentista de pós-guerra, sobretudo com a penetração dos capitais estrangeiros na economia brasileira no governo de Juscelino Kubitschek, repercutirá intensamente na juventude. A juventude estudantil, majoritariamente oriunda da pequena-burguesia, mais sentirá o impacto das mudanças e buscará por canais de participação que estão a seu alcance interferir neste processo social e político em gestação. Questões como desenvolvimento, nacionalismo, transformação social, tornam-se o principal temário das reuniões e assembléias estudantis. Estas questões unificam no geral as lutas estudantis. Por outro lado, internamente cada grupo organizado procura responder a estas questões segundo sua corrente de pensamento, sua ideologia.

Assim sendo, a Igreja, por seu turno, condenando tanto o capitalismo liberal como o comunismo, procurará valer sua resposta aos problemas sócio-políticos, baseada na sua doutrina social. Os movimentos organizados pela Igreja serão, portanto, os porta-vozes de sua posição em meio ao conflito social.

Desta forma a JEC e a JUC estarão decisivamente empenhadas em

alcançar a alçada do poder estudantil para fazer vingar mais facilmente a Doutrina Social da Igreja.

A interferência da JEC e JUC no movimento estudantil em Santa Catarina já se fez sentir desde a fundação da UCE.

A fundação da A.I.A., em 1952, como já vimos, reflete esta realidade. Todavia, a A.I.A. passa por uma fase de acomodamento no período em que Neudy Massolini é presidente da UCE, visto que este não empreendera uma política que afrontasse àquela.

O mesmo não acontecerá com a chegada do Partido de Renovação Acadêmica, de Linésio Laus, na direção da UCE, que, para os aianos seria comunização do movimento estudantil catarinense.

A A.I.A. é rearticulada em maio de 1956 com o objetivo de concorrer às eleições da UCE. Encabeça a chapa do Partido Acadêmico o jocista e estudante de direito Francisco Xavier Medeiros Vieira.

Eleito pelo Conselho de Representantes com pequena margem de votos à frente do opositor, Medeiros Vieira não titubeará em aproveitar de todas as oportunidades que o movimento estudantil oferecia para propalar sua linha ideológica.

A título de exemplo, assim expressava-se a A.I.A. no editorial de "O Lutador" ("O Lutador" era o órgão oficial da UCE, e na gestão de Medeiros Vieira foi editado mensalmente, tendo até 12 páginas por número, com uma tiragem de 5000 exemplares), intitulado "A Nossa Posição": "Somos totalistas na concepção cristã dos problemas universais. Temos uma concepção integral do homem e do universo (. . .). Somos veemente contra o liberalismo econômico, não o liberalismo indefinido, colcha de retalhos, ante as concepções filosóficas e as doutrinas econômicas que empolgam o universo, mas o liberalismo produto da Revolução Francesa, o liberalismo do *laissez faire* e *laissez passer*. . . Somos contra os socialistas que no dizer de *Proudhon* (os grifos são da redação original) leva-nos fatalmente ao comunismo. Somos, por conseqüência, contra o comunismo, por acreditarmos com *Chamberlein* que a história não mostra um único exemplo de revolução, no bom sentido do termo, unicamente determinada pelas causas econômicas, e por não cremos que o fenômeno econômico seja criador e guia de tudo mais, produzindo superestruturas culturais, mentais e morais. Somos contra os totalitarismos, contra as formas de capitalismo estatal e acima de todas essas doutrinas de todos os fascismos".

"Acreditamos numa concepção de Estado revolucionário, orientada pela doutrina cristã. . . que será vitorioso, porque não representa nem a direita, nem a esquerda, mas a simbiose das verdades perenes".

"Não nos deixamos dominar pela massa, nem nos deixamos orientar pela propaganda coercitiva dos imperialistas financeiros ou ideológicos".

" . . . existe um problema mundial que é o mais grave de todos, o da sobrevivência das pátrias. No nosso caso, a defesa, a segundo Hemisfério contra o mais bárbaro, o mais mentiroso dos monstros que a História Humana tem conhecimento, o comunismo, o capitalismo estatal soviético" (24).

Estes tópicos constituía praticamente a plataforma da recém-empossada diretoria. Na execução desta, porém, a oposição, agregada no Partido de Renovação Acadêmica, não poupará críticas que vão desencadear numa acirrada polêmica, com defesas e ataques de ambas as partes.

O primeiro teste à nova diretoria se dará logo ao terceiro dia de sua posse, em 3 de junho, ocasião em que os estudantes fluminenses, liderados pela União Metropolitana de Estudantes, entram em greve de protesto contra o aumento dos bondes. A repressão desencadeada pela Polícia contra os estudantes, atingindo, inclusive, parlamentares, e que, culminou com a invasão policial na sede da UNE, onde estudantes se haviam entrincheirado para escapar à agressão, solidarizaram-se com greve estudantes de todo o país.

A UCE também não se fez esperar. Lança o "Manifesto à Nação" dizendo que "não poderia calar-se, diante o gesto imoral e indigno dos energúmenos policiais que, tentando cercear a mais bela característica do ser humano — A LIBERDADE DE PENSAMENTO —, invadiram o domicílio sagrado dos estudantes, impedindo que estes lutassem por suas reivindicações sadias, puras e justas". E declara que, "em face dos atentados policiais em plena capital da República, contra a vida de estudantes irmãos seus na luta contra a corrupção, os estudantes catarinenses declaram-se em greve pacífica, por 72 horas em sinal de veemente protesto contra tudo o que vem perpetuando a SÚCIA SINISTRA que compõe a polícia especial e contra os mancomunados com todos os Peixotos e leões de chácara, só capazes de bravura diante dos indefesos estudantes!"

4. Hegemonia Católica na UCE

Em maio de 1956 será eleito presidente da UCE Francisco Xavier Medeiros Vieira. Sua eleição deveu-se à Aliança Independente Acadêmica, da qual Medeiros Vieira é um dos articuladores.

A A.I.A., como era denominada, representou a intervenção organizada dos estudantes católicos no movimento estudantil, um fato até então desconhecido. Por outro lado a atuação da A.I.A. na entidade máxima dos estudantes catarinenses caracteriza-se pela orientação da Doutrina Social da Igreja Católica, pretendendo dar com isto uma pequena demonstração

que nem o capitalismo e nem o socialismo são sistemas compatíveis com a fé cristã, mas sim aquele que é proposto pela Doutrina Social. Esta pretensão dos aianos por conseguinte gerará graves conflitos no interior do movimento estudantil em Florianópolis. De um lado estarão os militantes da A.I.A., que terão a UCE como principal instrumento de propaganda política, do outro lado, a oposição, reunida principalmente em torno do Partido Renovação Acadêmica, onde os comunistas serão o principal alvo do ataque dos católicos articulados pela A.I.A.

Fato, porém, a considerar é conhecer o processo que redundou na intervenção organizada de estudantes católicos provenientes, sobretudo, da Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC) no movimento estudantil, algo inédito no movimento universitário brasileiro. Ademais, para a Igreja Católica o movimento estudantil até então fora considerado como obra de "comunistas".

A História da Igreja no Brasil nos assinala que até a Proclamação da República a Igreja sempre esteve ligada ao império português do qual, numa relação de "troca-de-favores", tirava as vantagens para desenvolver sua missão. Com a Proclamação da República, porém, a situação mudou. Os novos governantes, inspirados na ideologia positivista, rompem com a Igreja, deixando-a vazia do poder estatal. A nova realidade obrigou a Igreja a buscar nova base de sustentação para manter o poder institucional: o povo. Inicia-se, então, um processo de catequese e doutrinação para tirar o povo da ignorância religiosa, do inativismo ou inoperância nos setores da vida social. Para tanto são utilizados organismos e dispositivos tradicionais, como as associações, a que se juntam entidades novas, a imitação do que se fazia na Europa: União Popular, Liga da Boa Imprensa e outras afins. Houve também a tentativa de constituir um Partido Católico, idéia, porém desaprovada pela hierarquia por ser uma faca de dois gumes que poderia dividir os católicos.

Por outro lado, foi criada a Liga Eleitoral Católica (LEC), um organismo eclesiástico suprapartidário capaz de influir decisivamente na eleição de candidatos aos cargos governamentais. Prova disto foram as eleições de 1933, em que a LEC obteve vitória esmagadora na indicação dos deputados constituintes eleitos. Isto foi preponderante para que o governo provisório de Vargas — um agnóstico — firmasse um acordo já proposto pela Igreja, na pessoa de Dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro. A Igreja ainda acreditava que as seqüelas do poder do Estado eram mais eficientes para "evangelizar".

Daí que, após ter realizado grandes mobilizações religiosas em alguns Estados brasileiros, o arcebispo do Rio de Janeiro teria dito a Getúlio Vargas: "ou o Estado reconhece a Religião do povo (católica), ou o povo não

reconhece o Estado".

De fato Vargas não iria perder tão forte aliado, pois logo necessitaria do apoio da Igreja para instaurar seu regime ditatorial. Daí também ser atribuído a Getúlio Vargas a frase que ficaria famosa na história: "para governar preciso do exército, para não usar do exército, preciso da Igreja".

1945 marca o término da Segunda Guerra Mundial. O Brasil sentiu os efeitos do desfecho de uma época e o começo de outra com perspectivas diferentes: caiu o Estado Novo de Vargas e veio a democracia, o PCB entrou na vida legal.

A Questão Social toma ritmo de uma realidade desafiante para todos os escalões da sociedade, sob pressão de fatores econômicos, internos e externos. A industrialização espiral nas regiões do sul, a urbanização em crescimento desordenado e as incontáveis migrações internas provocam todo um contexto que favorece a organização mais intensa da classe operária, sensibiliza-a sua consciência na linha das reivindicações, ao mesmo tempo em que os estudiosos, os políticos, os artistas procuram, na base de ideologias as mais variadas, paliativos e soluções⁽²²⁾.

A Igreja, dado o nível que atingira de presença e colaboração no governo de Getúlio Vargas, não teria condições de se portar como mera expectadora desse processo sócio-político que se delineava violento e complexo; nem poderia escapar às contrapartidas da situação da sociedade brasileira que sobre ela repercutiam necessariamente⁽²³⁾.

Agora a aliança entre o Estado e a Igreja havia esvanecido, já que esta se processara até então mais em nível de personalidades que se entendiam e apoiavam: Dom Leme e Getúlio Vargas; o primeiro faleceu em 1942, e o segundo foi destituído do Poder em 1945.

Por outro lado os desafios progressivamente agressivos das realidades político-sociais vão exigir uma sensibilidade e uma abertura maior da Igreja para o povo ou, melhor dizendo, para aqueles setores sociais em que a Igreja está ausente: principalmente estudantes e trabalhadores.

Assim que, em 1948, a Ação Católica Brasileira (fundada oficialmente por D. Leme e pelo episcopado brasileiro em 1935) sofre uma alteração fundamental: abandona o modelo tradicional italiano, de divisão entre os ramos masculino e feminino, e adota o francês, de separação por classes e categorias sociais. Organizada para os leigos, mas diretamente ligada à hierarquia — a princípio estes movimentos não são mais que um braço estendido da hierarquia católica nos meios onde ela própria não conseguia chegar —, a ACB vai desempenhar a partir daí um papel da maior importância na interferência da Igreja Católica na realidade sócio-política do País.

A posição da UCE frente aos acontecimentos no Rio mereceu azedas

críticas pelo jornal "O Estado", mas fortaleceu sua diretoria que não mediu esforços para cumprir seu programa: participação na Campanha contra a Carístia, defesa do trigo catarinense, culminado com a realização do I Congresso Catarinense de Triticultores e Moageiros, em agosto de 1956, na cidade de Joaçaba, sob patrocínio da UCE — no plano externo. Internamente sublinhou sobremaneira a assistência estudantil, com a realização do 1o. Curso pré-vestibular de Santa Catarina, impressão mensal de "O Lutador", descontos especiais aos estudantes nos transportes, registros de diplomas e outros afins. Mas a grande bandeira de luta foi a construção do Restaurante Universitário e da Casa de Estudantes.

Preocupado em realizar este programa, Medeiros Vieira mostrou-se indiferente aos protestos que as entidades estudantis de todo o País estavam fazendo contra o governo pela prisão e ameaça de expulsão de dois representantes da União Internacional de Estudantes em visita ao Brasil.

À omissão da UCE cresce a oposição ao mandato de Medeiros Vieira, e vai ter nas páginas dos jornais de Florianópolis o confronto entre as duas correntes estudantis. O debate, porém, nem sempre ficou a nível de expor e defender posicionamentos políticos, indo, às vezes, à desmoralização pessoal com uso de estridentes adjetivos nos artigos escritos.

A divisão entre as duas alas aumentou ainda mais no XIX Congresso Nacional de Estudantes, ocasião em que a bancada catarinense, liderada por Medeiros Vieira, apoiou a reeleição de Carlos Velloso à presidência da UNE, enquanto que a de Direito, liderada por Túlio Gondim, apoiou o candidato — que veio a ser eleito — José Batista de Oliveira Júnior.

Carlos Velloso vinha dum festão que mais governou sob pressão das entidades gerais do movimento estudantil. Todavia seu mandato caracterizou-se pelo direito. É nesta linha que é realizado a 1a. Festa Nacional do Estudante, com a finalidade de angariar fundos para as entidades estudantis de todo o país, sendo que uma porcentagem da renda era revertida à Cruzada de São Sebastião, organizada e dirigida por D. Helder Câmara.

Ao contrário encontrava-se José Batista, que dois meses antes havia liderado a vitoriosa greve contra o aumento dos bondes.

Considerando a nova diretoria da UNE de extrema-esquerda, Medeiros Vieira não deixará de combater também aí os assim chamados "comunistas". A oportunidade aparecerá no mês de outubro daquele ano, por ocasião da instalação do 1o. Conselho Nacional Extraordinário da UNE — composto pelos presidentes das Uniões Estaduais —, convocado para averiguar as denúncias de que a executiva da UNE estaria traindo o interesse dos estudantes. A denúncia partiu de setores direitistas, que haviam perdido a sua hegemonia na direção da UNE nas eleições naquele ano.

Presidindo o Conselho, Medeiros Vieira empenhou-se em cassar a direto-

ria, o que de fato veio a acontecer. No lugar da diretoria cassada é empossada nova, encabeçada pelo acadêmico catarinense Pedro Jorge Simon, mais tarde eminente político no Rio Grande do Sul. Entretanto, vinte dias depois o Conselho é obrigado a voltar atrás na sua decisão, devido à superficialidade das denúncias, sendo então reempossada a diretoria cassada.

O posicionamento anticomunista será, assim, uma característica do período em que a A.I.A. estiver na direção da UCE. Exemplo disto será o manifesto "Catarinenses, hoje é o dia da infâmia", divulgado a 27 de novembro, que dizia que "os estudantes livres de Santa Catarina, além da máxima repulsa e do mais veemente protesto, face à inominável selvageria dos bárbaros moscovitas, MANIFESTAM ainda a sua condenação formal à tática ignóbil de brasileiros traidores da Pátria, os quais, a soldo do Kremlin, vêm procurando insinuar-se, à socapa e a todo custo, nos meios universitários e nas Forças Armadas, tramando contra as nossas liberdades e tradições cristãs. . . , e tramando a anarquia e a desordem. . .".

Em setembro de 1956 é fundado a Frente Operário-Estudantil por diversos dirigentes da UCE, com a finalidade de reforçar a linha promovida pela A.I.A.

5. A Construção do Restaurante Universitário

Os embates políticos entre a diretoria da UCE e os estudantes radicados na Faculdade de Direito deixou transparecer em dado momento que estavam se formando paralelamente duas vertentes no movimento estudantil catarinenses, tamanha eram as divergências e orientações.

Assim se deu com relação à criação da Faculdade de Engenharia em Joinville — iniciativa partida de um grupo de empresários. Ainda discutiam os universitários quanto à localização da faculdade — pois reivindicavam eles que a mesma fosse localizada em Florianópolis, criando assim melhores condições para a instalação de uma Universidade —, quando a Assembléia Legislativa aprova um projeto concedendo uma verba inicial de seis milhões de cruzeiros para a sua criação em Joinville.

A UCE não se pronunciou sobre o assunto, mas Túlio César Gondim, líder na Faculdade de Direito, encabeça amplo movimento para pressionar o governador Jorge Lacerda a vetar o projeto aprovado na Assembléia. Alegavam os estudantes que o projeto merecia maiores estudos e, antes de entrar em processo de votação na Assembléia, deveria ser "escutada a opinião do estudante barriga-verde que, indubitavelmente, representa os anseios da emancipação da nossa terra" (25).

Ante o silêncio do Governador, os estudantes recrudescem o movimen-

to, obtendo adesão da União Florianopolitana de Estudantes, ao mesmo tempo em que é composta uma Comissão de Estudantes Universitários e Secundários que passa a percorrer os estabelecimentos de ensino da capital e a realizar manifestações nas ruas em defesa da Universidade de Santa Catarina.

A questão tem um desfecho final dois meses depois com o acordo entre o Governador e os estudantes. Ficaria, então, o executivo do Estado de enviar à Assembléia Legislativa um Projeto-Lei criando a Faculdade de Engenharia em Florianópolis, e nesse incluiria um dispositivo que regulasse a criação das futuras faculdades para Santa Catarina, dependente sempre do parecer do Conselho Universitário. E, em segundo lugar, que os estudantes aguardassem a aprovação, por parte do Governador, do Estatuto da Universidade e a nomeação do Conselho Universitário, que depois poderia, conforme competência atribuída em Lei criar as Faculdades que julgasse necessárias⁽²⁶⁾.

Embora a UCE se mantivesse alheia a todo o processo desencadeado pelos estudantes de Direito na defesa da criação da Faculdade de Engenharia em Florianópolis, não significou, contudo, uma divisão do movimento universitário ou perda da liderança desta.

A construção do Restaurante Universitário vai ser o ponto aglutinador de toda a luta estudantil daí pra frente. As atenções e esforços estarão voltados à edificação da Obra. Aliás, a luta pela construção de restaurantes e casas de estudantes é uma característica neste momento de todo o movimento estudantil brasileiro.

O lançamento da pedra fundamental do Restaurante Universitário se deu no transcurso dos festejos do 7o. aniversário da UCE, dia 15 de novembro de 1956. A partir daí os Centros e Diretórios Acadêmicos se juntam aos esforços incansáveis que a diretoria da UCE já vinha fazendo para angariar fundos para a construção. Comissões de estudantes percorrem Prefeituras Municipais, empresas e centros comerciais do Estado pedindo ajuda; jogo de futebol com um time internacional, promoções culturais e reuniões dançantes são feitas com a mesma finalidade; campanha do cimento; mas, a batalha principal se dá nos corredores dos órgãos públicos, em especial dos ministérios, na busca de verbas. Francisco X. Medeiros Vieira, acompanhado de outros dois diretores da UCE, permanecem todo o mês de abril de 1957 na capital federal percorrendo ministérios e repartições públicas para receber verbas já autorizadas pelo Congresso Nacional mais ainda não liberadas pela burocracia, algumas das quais, entretanto, nunca mais seriam recebidas como a de dois milhões de cruzeiros destinada à construção da Casa dos Estudantes de Santa Catarina, conforme previa o Projeto No. 1980, aprovado no Congresso em outubro de 1956.

A longa estadia desses diretores no Rio suscitou duras críticas da oposição a Medeiros Vieira, colidindo com uma onda de difamação de seu nome veiculada nos órgãos de imprensa durante a sua ausência na capital do Estado. O clima era tenso, tanto que levou o III Conselho Nacional da UNE a emitir um abaixo-assinado firmado pelos 16 presidentes das Uniões Estaduais presentes no Conselho, em solidariedade ao presidente da UCE e apelando aos oposicionistas para que resolvessem as “questões internas pelos meios previstos na Constituição da União Catarinense de Estudantes, e não os trouxessem a público — em detrimento do nome da entidade e da classe. . .” A advertência do abaixo-assinado se referia diretamente a “interferência indébita do governador Jorge Lacerda em assuntos de foro íntimo da classe universitária, aproveitando-se de suas dissensões internas e lançando a confusão e a politicagem em seu meio. . .” O fato se originou com as críticas de Medeiros Vieira ao governador Jorge Lacerda, acusando-o de “omissão à causa dos estudantes” (lê-se: não estava ajudando na construção do restaurante). E como tais críticas foram publicadas por um semário comunista do Rio a questão teve repercussão política. Diante do fato desencadeado, estudantes do Centro Acadêmico XI de Fevereiro não vacilaram em solidarizar-se com o governador, ao mesmo tempo em que publicaram num diário da capital o artigo intitulado “Solidariedade dos Estudantes de Direito ao Governador: Repúdio dos Acadêmicos às declarações de um picareta”.

Este ambiente fervescente antecedia o IV Congresso Estadual de Estudantes, programado para os dias 25 a 28 de maio, data também marcada para a inauguração do primeiro pavimento do Restaurante Universitário — que servirá de sede à UCE.

A inauguração do primeiro piso do restaurante na véspera do Congresso servirá de promoção política à gestão de Medeiros Vieira e à reeleição deste ao cargo de presidente — eleição que estava programada para depois do Congresso. Mas como o clima era de expectativa e de acirramento de ânimos, sendo previsto isto para o Congresso, o Conselho de Representantes, composto por maioria da A.I.A., antecipa para antes do Congresso a eleição da diretoria, e reelege Medeiros Vieira para o cargo.

Tudo isto será determinante para que as primeiras sessões do Congresso sejam agitadas e nas últimas totalmente tumultuadas. O conflito aumenta ainda mais quando a mesa do Congresso solicita a presença de policiais para “garantir a ordem”. Por fim o Congresso termina completamente esvaziado.

Após o Congresso as obras do restaurante continuaram em franca atividade. Está sendo armado o terceiro e último pavimento quando a construção é embargada por uma ação judicial movida contra a UCE pelo proprietário do terreno vizinho. Alegava este que o prédio tinha uma janela com abertura avançada sobre seu terreno, portanto fora da distância prevista em lei.

O embargo judicial paralizou as obras três meses (devido a este processo judicial, a UCE conseguiu registrar o terreno em seu nome, mediante a aprovação da Lei Estadual No. 1754 de 29 de outubro de 1957. A Lei Municipal de dezembro de 1953, que doava à UCE o mesmo terreno, porém maior, foi revogada pelo Estado para construir o Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina), acarretando, assim prejuízos à entidade. Resolvido o problema da janela, reiniciam-se os trabalhos, agora, porém, morosamente, pois os recursos estavam escassos.

Em dezembro desse ano Medeiros Vieira exonerou-se do cargo, terminando assim a gestão em que UCE esteve mais ativa e conturbada ao mesmo tempo. Vale registrar que é no período de seu mandato que a União Catarinense de Estudantes conseguiu, pela primeira e única vez na sua história, ter e manter durante um ano um programa de rádio especialmente a serviço do movimento estudantil. Inicialmente o programa, denominado "Café da Manhã", era apresentado três vezes por semana, com duração de 15 minutos, pela rádio Guarujá; depois passou a ser semanal, sendo apresentado na rádio Diário da Manhã aos domingos à noite, com o nome "A voz do estudante em marcha".

Termina a gestão 57/58 Evângelo Diamantaras. No seu curto mandato há um acomodamento do movimento universitário.

Diante da inoperância e desadministração da diretoria da UCE e do Conselho de Representantes — acusados de estarem a mando de grupos políticos externos ⁽²⁷⁾ —, cresce a oposição, articulada pelo Partido de Renovação Acadêmica. E será a Renovação Acadêmica que irá fazer, por duas vezes consecutivas, Rogério Stoeteran presidente da UCE.

Nas duas gestões, Rogério Stoeteran liderará a reforma da Constituição da entidade, passando o poder do Conselho de Representantes para a diretoria executiva e estabelecendo eleição direta para presidente. Também terminará o prédio do Restaurante Universitário.

6. A Terceira Força

Antes de conhecer o movimento estudantil catarinense na entrada da década de 60 em diante, detemo-nos por instantes na análise do período antecedente, que representa uma época de transição e o início de uma nova fase do movimento estudantil.

A gestão de José Batista de Oliveira Júnior, em 1956/57, significou para o movimento estudantil brasileiro não só a recuperação da UNE das mãos de estudantes conservadores, mas principalmente a retomada do movimento nacionalista e de um processo de "politização crescente" dos estudantes.

Marcos Heusi (eleito no XX Congresso) e Raimundo Eirado (eleito no XXI Congresso), por exemplo, destacaram-se no cumprimento do Programa Nacionalista da UNE. O primeiro comandou a campanha contra a American Can, empresa norte-americana que pretendia instalar-se no Brasil, pondo em risco a sobrevivência da indústria nacional de lataria, representada principalmente pela Matarazzo. Já o segundo, liderou a luta coroada de êxito com a demissão de Roberto Campos da superintendência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), pelo presidente Juscelino Kubitschek. A campanha contra Campos se deu por suas notórias ligações com os interesses estrangeiros não envidando esforços para que o Brasil assinasse o Acordo Roboré, que implicaria em gastos da Petrobrás apenas para atender interesses da Gulf Petroleum Company, na Bolívia.

Significativo também para o movimento estudantil no final da década de 50, foi a gestão do estudante paulista João Manuel Conrado (eleito em julho de 1959). Neste período em que a UNE começa a aprofundar "sua visão crítica da Universidade brasileira, caracterizada como instrumento das classes interessadas na manutenção da ordem social vigente, em especial no decorrer das discussões provocadas pelo projeto do que viria a se tornar a Lei de Diretrizes e Bases, e depois da greve deflagrada pelos estudantes baianos contra a figura do então Reitor da Universidade Federal da Bahia, Edgar Santos, em 1960 ⁽²⁸⁾.

É o momento da efervescência estudantil, que somente será atenuada pelo golpe militar de 1964 e, por fim esmagada em 1968 pelos militares sob o escudo do famigerado Ato Institucional No. 5 (AI-5). As causas desta intensa mobilização estudantil estão estreitamente ligadas à conjuntura sócio-política em que o país vive naquele momento. Para entender o contexto, situemo-nos no fim do governo Kubitschek — o país despertava com entusiasmo para descobrir suas potencialidades (Brasília será um símbolo), ao mesmo tempo em que abria-se cada vez mais ao capital estrangeiro, fortalecendo o desenvolvimento dependente estribado numa economia que já mostrava sinais de graves rupturas, fazendo crescer, por conseguinte, as tensões entre as classes, vale dizer, a burguesia do país aliada em boa parte à burguesia internacional, temia o crescimento do movimento popular e semeava o pânico nas frágeis e influenciáveis classes médias, que oscilavam entre as expectativas criadas e os problemas econômicos que sentiam (inflação, desemprego, etc.) ⁽²⁹⁾.

6.1. A Influência da JUC

Já tivemos a oportunidade neste capítulo de abordar, embora de ma-

neira rápida, a participação da Juventude (universitária Católica (JUC) nos destinos do movimento estudantil catarinense. Retornemos ao assunto, agora porém numa fase posterior.

Anterior ao período dos anos 1958/59, a JUC se distinguiu por um processo de inserção que foi gradualmente se definindo no meio universitário e na ação política estudantil⁽³⁰⁾. É o período em que os estudantes católicos descobriram a prática política. A experiência adquirida com a inserção na política universitária vai pouco a pouco dando aos jucistas a ciência de dar orientação à sua ação política. Esta orientação delinea-se com a principal preocupação de “re Cristianizar a sociedade”⁽³¹⁾, ou seja, os cristãos deveriam encetar um novo sistema social, pois, por um lado, discordavam do sistema capitalista, e, por outro lado, consideravam o comunismo como maléfico à sociedade.

Esta é a preocupação de um editorial do boletim da JUC, em 1957, ao referir-se às eleições no XX Congresso da UNE: “O dilema constante de apoiar um grupo cujos líderes são suspeitos de peleguismo e desonestidade (por estarem a soldo do Ministério da Educação: os reacionários e anti-comunistas), ou enfileirar-se em uma corrente onde existe comunista, desnor-teiam inúmeros elementos da JUC”. Acrescenta o editorial, “a possibilidade e a viabilidade da prática de criação da 3a. força foram mais uma vez discutidas”.

O mesmo editorial dizia ainda que não se tratava de chegar a uma “solução jucista”, mas “trata-se de formar, de construir uma síntese de pensamento cristão, e não um partido político”⁽³²⁾. Esta posição, porém, era contestada por alguns jucistas que já haviam feito opções mais definidas.

Com efeito, no XII Conselho Nacional da JUC, realizado em julho de 1958, novamente se fez emergir a problemática. Falou-se ali que o “movimento (JUC) está acentuando demasiadamente os atos religiosos e está esquecendo o trabalho pessoal do militante, de dar uma solução cristã aos problemas concretos que se colocam na vida quotidiana”. E a resposta, para satisfazer às exigências do meio, é um cristianismo revolucionário⁽³³⁾.

O historiador da Igreja José Oscar Beozzo diria mais tarde que, “nos anos 1958–1959, os jucistas estão presentes e ativos na base e nas equipes das faculdades e cresce sua influência no meio. Não se sentem mais uma minoria marginal, mas tornam-se um grupo seguro dele próprio, à vontade no meio, capazes de dialogar e de propor soluções alternativas. Por toda parte aparece líderes de valor”⁽³⁴⁾.

Mas, “a JUC tomava então em conjunto uma consciência mais clara de sua força e de suas reais possibilidades de influência” no Congresso dos DEZ ANOS de sua fundação, realizado no Rio em julho de 1960⁽³⁵⁾. Aí é firmado seu IDEAL HISTÓRICO, ou seja, espécie de carta-programa do movi-

mento que serviria da orientação aos seus militantes na sua ação política.

Define-se então uma orientação bastante polemizada nos últimos anos de que se os estudantes católicos devem intervir na realidade sócio-política, e esta, por conseguinte, não pode ser a partir de um instrumento político confessional católico. Eis aí o princípio daquilo que vem concretizar-se no início de 1962, em Belo Horizonte, com a fundação da Ação Popular (AP), por jovens profissionais, estudantes, intelectuais e políticos, assim como dirigentes da UNE, em sua maioria católicos.

Todavia a Ação Popular já vinha sendo gestada a partir de 1960 quando se falava de uma “esquerda cristã” que reuniria jovens profissionais e jucistas. Neste ano, inclusive, um jucista de Belo Horizonte, Herbert de Souza (Betinho), foi pré-candidato à presidência da UNE.

Mas já no ano seguinte, perguntava-se se se tratava de uma “esquerda” ou simplesmente de um movimento de esquerda onde cristãos participassem⁽³⁶⁾.

De fato a AP logo viria a se constituir em um movimento aconfessional, superando assim a idéia de uma “esquerda cristã”, ao mesmo tempo com uma opção socialista.

No seu Documento-Base, aprovado no início de 1963, a Ação Popular se definia como “a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica que nos é dado viver”. Mais adiante, ao referir-se à negação do capitalismo e da dominação do estatismo, afirma que “não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará o processo revolucionário. . . o problema do partido único ou da ditadura do proletariado não se coloca em seu aspecto formal, mas sim no grau de participação em suas direções”. E conclui, ao traçar certas linhas de ação, que estas devem dar prioridade na direção de “uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização. . .”⁽³⁷⁾.

Em 1961, no XXIV Congresso da UNE, Aldo Arantes, jucista, inaugura uma nova fase na história da UNE, sob a hegemonia do movimento que viria ser consagrado com o nome de Ação Popular. Seu sucessor, Vinícius Caldeira Brandt, antigo jucista e um dos fundadores da AP, daria continuidade à política iniciada na gestão anterior que tinha como dístico “A UNE VEIO PARA UNIR”, e, no dizer de um recente historiador, “nunca um dístico foi tão verdadeiro”⁽³⁸⁾.

6.2. A Terceira Força na UCE

Se a “Terceira Força” era uma questão premente no interior da JUC, também o era para um grupo de estudantes que militavam no movimento estudantil, mas que não participava nem no movimento católico e nem nas tendências políticas existentes no meio universitário. São os estudantes que formam o grupo denominado de “independentes”.

Nos anos de 1959–1960, em Florianópolis dois partidos acadêmicos são expressivos no movimento estudantil: o Partido de Renovação Acadêmica, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e dominante na União Catarinense de Estudantes; e a Aliança Acadêmica, com orientação conservadora e minoritária.

Por outro lado havia um grupo da JUC que não se identificava com nenhum partido acadêmico existente e o grupo dos “independentes” que não concordavam com os posicionamentos políticos da Aliança Acadêmica e, por outro lado, não encontravam espaço para a sua militância na Renovação Acadêmica⁽³⁹⁾.

A identificação na busca de uma saída alternativa para a problemática juntará jucistas e “independentes” numa única frente, formando assim a Terceira Força.

A Terceira Força seria então uma antecipação daquilo que mais tarde se concretizaria a nível nacional na Ação Popular, embora a AP já consistiria num movimento com uma definição política mais elaborada explícita. Ademais, da Terceira Força saíam militantes da AP, entre eles Marílio César Krieger, mais tarde procurado pela polícia política por ser um de seus principais coordenadores.

Em maio de 1960 foram as eleições da UCE. São candidatos José Matusalém Comelli pela Renovação e Domingos Augusto Gaio pela Terceira Força.

Projetado por uma campanha unívoca em torno da conclusão e funcionamento do Restaurante Universitário, a chapa de Gaio sai vencedora, “após um pleito renhido”, como classificou o jornal “O Estado”⁽⁴⁰⁾.

De fato toda gestão de Gaio esteve empenhada no término do prédio e instalação do Restaurante Universitário⁽⁴¹⁾, sendo, por outro lado, pouca significativa no plano político.

Há que considerar que neste período a campanha dos candidatos à presidência da República e ao governo estadual absorvia todo o povo, restando pouco espaço à atuação das entidades estudantis, cujos estatutos proibiam o envolvimento destas em confrontos partidários.

Por outro lado, os próprios estudantes se empenharam afoitos na campanha. Em Santa Catarina, por exemplo, foi criado o “Movimento Universi-

tário Independente Pró Jânio–Irineu”, que percorreu as principais cidades do Estado realizando comícios em favor da campanha de Jânio Quadros e Irineu Bornhausen aos cargos de Presidente da República e Governador do Estado, respectivamente, ambos apoiados pela reacionária e golpista União Democrática Nacional (UDN). E neste movimento eleitoral muitos militantes da Terceira Força participaram.

A gestão de Gaio não se projetou no campo político, mas conseguiu cumprir sua única promessa. E assim, no dia 20 de maio de 1961, tornava-se realidade a mais almejada aspiração dos estudantes catarinenses: o funcionamento do Restaurante Universitário.

A inauguração do restaurante garantiu a vitória da chapa da Terceira Força, encabeçada pelo jucista e estudante de Direito Marílio César Krieger, na eleição da UCE.

A larga margem de votos à frente da chapa oposicionista na eleição provou que a Terceira Força estava consolidada; e garantiria assim sua hegemonia na liderança do movimento estudantil catarinense até 1966. Para isso a gestão de Gaio tinha sido extremamente favorável. A participação de seus militantes na campanha eleitoral pró-dobradinha Jânio-Irineu lhe acumulara experiências que a fariam perceber mais claramente as contradições do jogo político em que também estava envolvida. Mas foi a atuação de seus militantes na campanha contra o aumento de 30% das tarifas dos coletivos urbanos, liderada ainda por Domingos Gaio, que a Terceira Força cresce tem prestígio no meio estudantil.

O aumento das tarifas havia sido autorizado pela Comissão Consultiva para Assuntos Municipais – na qual os estudantes tinham um representante, que votou contra o aumento – e decretado pelo Prefeito Municipal, atendendo assim à reivindicação da empresa de ônibus que alegava ser necessário a elevação dos preços das passagens devido ao aumento dos custos. Contestando a veracidade dos dados apresentados pela empresa que justificava no aumento, os estudantes fizeram um levantamento “in loco” sobre a questão, e, apesar das artimanhas da empresa para dificultar a obtenção dos dados, consegue aprovar que os dados apresentados eram forjados e, por consequência, o aumento das passagens era ilegítimo.

A campanha contra o aumento dos 30% não surtiu efeitos práticos, mas foi a primeira experiência desta geração de estudantes, que acabara de ingressar no ensino superior, no confronto com as autoridades e os problemas populares. Os confrontos se suscederiam, alguns dos quais tomaram proporção inusitadas.

7. O V Congresso Estadual de Estudantes

No final do mês de maio de 1961, realiza-se em Florianópolis o V Congresso da UCE. No conclave o grande ponto de debate é a Reforma Universitária. É o momento privilegiado do movimento estudantil na sua crítica a arcaica estrutura universitária e ao projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (finalmente transformada na Lei Federal No. 4.024, de 20 de dezembro de 1961), que pretendia reformar o sistema de ensino no país. O movimento pela Reforma Universitária toma impulso com o 1o. Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela UNE em maio de 1960, em Salvador. Daí resultou a Declaração da Bahia. A partir de então o assunto passa a ser prioritário no movimento estudantil, sendo este o debate dominante nas faculdades, encontros, congressos estudantis.

Os Estados do sul, por exemplo, realizam em junho de 1961, o 1o. Encontro Universitário do Sul para aprofundar o assunto. Mas senão no 2o. Seminário Nacional, ocorrido em Curitiba no mês de março de 1962 (no ano seguinte se realizaria em Belo Horizonte o 3o. Seminário Nacional, que manteria as linhas estabelecidas no segundo), que os estudantes traçarão o esquema tático na luta revolucionária.

Outro ponto não menos importante levantado no V Congresso Estadual, e que depois sensibilizaria a opinião pública, foi a luta pela defesa e valorização dos recursos e riquezas catarinenses, principalmente com relação ao carvão no sul do Estado. O número de teses apresentadas pela delegação catarinense dois meses depois no XXIV Congresso Nacional de Estudantes bem revela a preocupação dos estudantes quanto a questão atinente. Nesta oportunidade nada menos de sete teses são apreciadas pelos congressistas da UNE, como: "Carvão e Siderurgias", "Porto de Laguna: escoação das riquezas do sul", "Codesul", "Badesul", "Educação", "Transporte", "Agricultura Catarinense".

Esta preocupação dos estudantes com as riquezas do Estado não foi, por conseguinte, uma inovação deste período. Já em 1953, o então estudante de Direito Pedro Jorge Simon apresentou no XVI Congresso da UNE uma tese defendendo um plano de assistência às comunidades mineiras da bacia carbonífera catarinense.

Nota-se que nesta fase os estudantes ainda se mobilizavam dentro dos pólos do nacionalismo e do desenvolvimento, a partir do sistema capitalista. Esta problemática, no entanto, será logo superada, quando os estudantes começaram a sentir na prática os limites das reformas de base levadas a efeito pelo governo de João Goulart.

Por outro lado, o V Congresso Estadual e a série de seminários e encontros realizados neste período significaram o aprofundamento crítico da reali-

dade brasileira e, por consequência, a intensificação da participação estudantil na realidade sócio-política do país.

8. A Campanha da Legalidade

A expansão econômica alcançada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1959) começara a mostrar suas contradições já no final de seu mandato. A mobilização das classes populares em ascensão e, por sua vez, querendo intervir no processo desenvolvimentista em voga — questão que lhes era negada —, ameaçava o "pacto populista" governamental, fazendo crescer o nível do conflito social. Não é de estranhar que, nessa onda, a burguesia fez sucessor de Juscelino Kubitschek, com uma campanha moralista, a figura pitoresca e carismática de Jânio Quadros, com sua vassoura propondo "pôr as coisas no lugar".

A novela iniciaria seu desfecho final a 25 de agosto de 1961, com a renúncia de Jânio, sete meses depois de ter sido empossado, colocando o País à beira da guerra civil. Na crise que segue, os militares tentam impedir a posse do Vice-presidente João Goulart que se encontrava em visita a países socialistas, sob pretexto de suas inclinações para a esquerda e ligações com o sindicalismo.

No Rio Grande do Sul, Leonel Brisola, governador do Estado, e o General Machado Lopes, comandante do III Exército, organizam suas forças para garantir a posse de Jango no Poder, liderando ao mesmo tempo aquilo que será denominado Campanha da Legalidade.

Logo que se conjuntou a Junta Militar no poder, assumindo-o autoritariamente e não permitindo a volta de Jango, os estudantes se definiram pela defesa da Constituição.

Declarando que "não podemos aceitar qualquer espécie de golpe e exigimos que seja cumprido à risca a letra da Constituição", e conclamando "o povo e particularmente os estudantes, para que se mantenham vigilantes",⁽⁴³⁾ a UNE decreta greve geral e sua diretoria desloca-se a Porto Alegre, de onde, durante o período de resistência, se dirige aos estudantes através da rede da legalidade, que era uma cadeia de rádio que, em certo sentido, comandava e dirigia politicamente a resistência democrática contra o golpe⁽⁴⁴⁾.

Para dar amplitude à campanha, a UCE instala no seu prédio, no mesmo dia da renúncia, o Serviço de Alto-falantes da Rede da Legalidade, informando à população através de boletins constantes sobre o desenrolar dos acontecimentos.

Inquirida pelo V Distrito Naval para que retirasse os alto-falantes, sob

condição de que se não o fizesse seriam retirados à força por soldados da Marinha, o presidente da UCE, Marcílio César Krieger, organiza uma comitiva com os presidentes dos Centros e Diretórios Acadêmicos e se dirigem ao Almirante do V Distrito Naval exigindo-lhe que cumprisse a Constituição. A tentativa, porém, não foi profícua e a ameaça sobre os estudantes de perderem os alto-falantes ficou pairando no ar⁽⁴⁵⁾.

Na mesma ocasião correu a notícia de que um oficial da Marinha teria declarado que iria dinamitar a ponte Hercílio Luz, pois comentava-se que as tropas de Brizola estariam subindo do sul para São Paulo.

Novamente os universitários mobilizaram-se rapidamente, agora acompanhados de intelectuais e trabalhadores, para impedir que tal tragédia viesse a acontecer. Para tanto uma comitiva dirigiu-se, nas primeiras horas da madrugada, à única autoridade que naquele momento deu cobertura aos estudantes, o arcebispo auxiliar de Florianópolis, D. Felício César da Cunha Vasconcelos, ofm. Por volta das três horas da manhã o grupo liderado pelos estudantes e o arcebispo, este devidamente paramentado, estavam postados no centro da ponte Hercílio Luz. Daí se retiraram somente após o empenho da palavra do próprio Comandante do V Distrito Naval que assegurou-lhes que não haveria dinamitação da ponte⁽⁴⁶⁾.

Entre o período da renúncia de Jânio e a volta da normalidade Constitucional, os estudantes — universitários e secundaristas permaneceram em greve geral e realizaram manifestações de protesto. Como o momento era delicado, aconteceram fatos pitorescos que merecem, por sua historicidade, serem guardados na memória escrita. Registremos aqui um desses fatos, o acontecido no 1o. domingo de setembro após a renúncia do Presidente da República.

Diante da convocação da UCE para uma manifestação pública pela preservação da Constituição e posse de João Goulart, a Secretaria da Segurança expede aviso que interditaria e dissolveria a manifestação com forças do Exército e da Marinha, caso esta se realizasse. Porém, os estudantes não se intimidaram com as ameaças da Secretaria de Segurança, e lá estavam eles defronte à sede da UCE realizando comício, acompanhados de expressivo público. Forças do Exército e da Marinha cercam os manifestantes pela rua Tenente Silveira e Felipe Schmidt, respectivamente. Mas como entre os manifestantes havia muitos amigos dos oficiais militares, se estabelece um impasse: o comício é realizado e terminado com uma passcata, passando entre os soldados, até a Praça XV, sem que nenhuma repressão houvesse⁽⁴⁷⁾.

9. A Luta pela Democracia

A crise política originada com a renúncia de Jânio Quadros e a iminência de um golpe de estado teve desdobramento final com a atitude de João Goulart em submeter-se às manipulações dos militares, através da imposição do parlamentarismo e o esvaziamento do movimento da legalidade.

Durante o período de volta à normalidade democrática, as lutas pela democratização da Universidade Brasileira foram interrompidas, já que os estudantes foram absorvidos por aqueles acontecimentos nacionais. O processo de crítica à Universidade foi retomado no 2o. Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizada em Curitiba, no mês de março de 1962. Aí foi aprofundada a crítica ao caráter arcaico e elitista das universidades brasileiras; ao formalismo de seus cursos; ao conteúdo dos currículos totalmente distanciados dos problemas da grande maioria do povo; ao problema da cátedra vitalícia.

Aspiravam os estudantes que a universidade devesse atender aos interesses do movimento popular ora emergente. Para ver a transposição da universidade retrógrada existente à universidade a serviço dos anseios do povo, entendiam os estudantes unificar a luta em torno da sua democratização, noutras palavras, aumentar a participação estudantil nos seus órgãos colegiados. A luta pela democratização da universidade, por conseguinte, caía sob a compreensão de que esta estava relacionada com a democratização do próprio poder político do Estado.

Para aprofundar o processo de democratização, fazendo assim com que a universidade — controlada pelos catedráticos — contribuísse na transformação das estruturas da sociedade, o Seminário de Curitiba escolheu como tática de luta a bandeira de 1/3, isto é, estudantes, professores e funcionários teriam participação equilibrada nos órgãos colegiados — esta seria a ação concreta dos estudantes para se fazer cumprir o artigo 78 da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional.

O método encontrado para que esta luta fosse conhecida por todos foi a UNE-Volante.

A UNE-Volante, que era uma caravana composta da diretoria da UNE, do pessoal que dirigia politicamente a entidade e de membros do Centro Popular de Cultura (CPC), começou a percorrer os Estados da Federação logo após o Seminário de Curitiba⁽⁴⁸⁾.

Após Curitiba, Florianópolis foi a segunda cidade a ser visitada. Aí esteve a caravana estudantil no final de março de 1962, discutindo com os estudantes catarinenses as proposições da Carta do Paraná, outorgada no 2o. Seminário de Reforma Universitária, ao mesmo tempo que usavam encenações de peças teatrais da CPC para mobilização.

As atividades da UNE-Volante na cidade ilhéu não deixou de ter conotações políticas. O Departamento de Censura da Secretaria de Segurança Pública, por exemplo, proibiu a apresentação da peça "Miséria ao Alcance de Todos" da CPC; e o arcebispo da capital, D. Joaquim Domingos de Oliveira, não hesitou em escrever uma carta para "O Globo" falando do absurdo da campanha da UNE e que esta era a comunização do Brasil. Dias depois o jornal carioca abria suas baterias contra a UNE, com ataques permanentes.

Porém, o mais significativo da permanência da UNE-Volante em Florianópolis, foi o processo desencadeado pelas discussões políticas da reforma universitária e que muito sensibilizou os estudantes.

Resultado dessa mobilização foi a greve que os estudantes de Economia decretaram ainda no dia 30 de março, em protesto pela nomeação do Professor Hamilton Caminha sem que fosse aprovado pela Congregação da Faculdade. O caso era um flagrante golpe à democracia na faculdade. Por isso, a greve que no início era de advertência, ficou por tempo indeterminado até que o referido professor fosse afastado. Mas como nenhuma medida fosse tomada em atendimento à reivindicação dos estudantes, as outras faculdades também aderiram ao movimento grevista, em solidariedade aos companheiros de Ciências Econômicas. Oito dias depois toda a Universidade que começava a funcionar naquele ano —, estava paralisada.

Os estudantes só voltaram às aulas após a rescisão do contrato do referido professor.

Dois meses depois nova greve, tratava-se, agora, da chamada "greve de um terço" que havia se alastrado pelo país todo, paralisando cerca de 90% dos estudantes. Durante a greve de um terço registraram-se inúmeras manifestações de protestos pelo Brasil, como a ocupação, pelos acadêmicos cariocas, do Ministério da Educação, de onde só saíram com a intervenção da Polícia do Exército.

A greve foi decretada pela UNE com o objetivo de pressionar os Conselhos Universitários a regular seus estatutos permitindo a participação de 1/3 de estudantes nos órgãos deliberativos da Instituição de Ensino.

O movimento reivindicatório, classificado por Poerner como "de amplitude inusitada até então", teve duração de cerca de três meses, e só foi suspenso — sem alcançar seus objetivos iniciais — porque estava na iminência de ser usado por grupos golpistas como pretexto para suas manobras contra o governo reformista de Goulart (49).

O fato do movimento estudantil ter radicalizado sua luta pela reforma universitária, apostando na greve um terço o seu potencial, num momento de agravamento de crise política nacional, logrou aos estudantes serem eles sozinhos capazes de alcançar suas reivindicações. Isto foi suficiente para

desgastar as lideranças o que resultou, em conjunto, no enfraquecimento da atuação estudantil, mesmo alcançando algum sucesso em certos lugares e o aumento da consciência política do estudante e da sensibilidade da opinião pública com relação ao problema.

Após a greve o movimento procurou manter a mobilização nos espaços-limite das universidades locais.

A UCE, que neste momento estava sendo dirigida pelo jucista Francisco Mastela, da Terceira Força, eleito em maio, realiza nos dias 24 a 27 de setembro o I Congresso Estadual Extraordinário da entidade para reformar sua Constituição e dar continuidade à luta pela Reforma Universitária. Neste âmbito entra em debate a localização da Universidade de Santa Catarina.

Ocorre que a Reitoria havia se pronunciado que a Universidade ficaria no centro da cidade onde já se encontravam a maioria das faculdades.

Esta posição, no entanto, não era compartilhada por grande parte dos estudantes que preferiam sua localização na Trindade, onde havia mais espaços para a instalação do Campus Universitário.

O Congresso Extraordinário não deliberou nada sobre a questão, mas a partir daí iniciou-se uma campanha de opinião pública para pressionar o Conselho Universitário e aprovar a instalação da Universidade na Trindade. Campanha que refez o movimento estudantil local do desgaste das duas greves daquele ano.

Entretanto a campanha também foi um divisor de águas no movimento. De um lado, a liderança da Terceira Força juntamente com o Professor e Diretor da Faculdade de Filosofia, Desembargador Henrique da Silva Fontes (a Faculdade de Filosofia encontrava-se localizada no bairro da Trindade), empenhados em levar a Universidade para a Trindade. Do outro lado, o Partido de Renovação Acadêmica, sendo aliciado pela Reitoria com empregos de salários sedutores, lutava em manter a Universidade no centro de Florianópolis.

Depois de um mês de campanha em que teve decisivo peso o papel desempenhado pelo "jornal da FEUSC" — Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina —, o Conselho Universitário aprovou por maioria de votos a transferência da Universidade.

10. A Aproximação com as Classes Populares

Na gestão de Francisco Mastela ainda se verificaram diversas excursões pelo interior do Estado, mais por iniciativa da Terceira Força oportunidade em que a caravana estudantil, a exemplo da UNE-Volante, realizou inúmeras assembléias nas escolas, palestras e debates públicos em salões comunitários,

como também em algumas emissoras locais de rádio. Tais excursões, que foram denominadas de "Movimento Cristão de Reformas de Estruturas", objetivou levar ao público o debate sobre as reformas de base e não poucas vezes logrou despertar a atenção de público das pequenas cidades interiores nas concentrações, embora às vezes os discursos não conseguiram extrapolar a barreira do tom moralista.

O movimento dos estudantes, não obstante, não permaneceu no discurso. Também eles sentiram a importância em conjunturar os esforços que exigiam das autoridades constituídas, no sentido de tornar acessíveis à população as condições necessárias para que esta construísse uma vida mais digna de sua humanidade. E uma destas condições, considerada primária, era a aproximação entre universidade e povo.

Assim, em outubro de 1962, a UCE instalou um curso noturno de alfabetização de crianças da periferia da cidade que durante o dia tinham de exercer funções como a de jornaleiros, engraxates ou ainda outras atividades afins para poderem ajudar no orçamento familiar.

O curso, totalmente gratuito, contou inicialmente com 60 alunos e foi administrado por estudantes da Universidade na sede da UCE, onde as crianças também tinham direito à janta no Restaurante Universitário.

No ano seguinte, o curso tomou importância maior e aumentou seus alunos. É que no mês de abril a UCE sediou o 1o. Seminário Sul Brasileiro de Alfabetização, promovido pela UNE e UEEs. Na oportunidade o pedagogo pernambucano Paulo Freire — logo mais ficaria conhecido mundialmente pelo seu método revolucionário de alfabetização de adultos —, presente no Seminário, plantou aí a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos. A campanha tinha o apoio federal e fazia parte do Movimento Popular de Cultura, promovido pelo então Ministro da Educação e Cultura, Paulo Tarso.

Por conseguinte, o grupo responsável pela Campanha, juntamente com a Equipe de Alfabetização da UCE, somariam forças para aumentar os grupos de alfabetização no Estado.

A eleição de Rogério Duarte de Queiroz, também na Terceira Força, para presidente da UCE, em maio, impulsionaria ainda mais a aproximação dos universitários com o povo.

Evidentemente que esta aproximação foi favorecida pelo envolvimento do movimento estudantil com as Reformas de Base promovidas pelo Governo Goulart. De norte a sul do País os estudantes, liderados pelas suas entidades, jogaram-se de corpo e alma nas campanhas sanitárias e de alfabetização de Paulo Freire.

Em Florianópolis, pioneira e vanguarda do movimento estudantil em Santa Catarina, dois fatores contribuíram para a ebulição estudantil nas

Campanhas populares.

Em primeiro lugar, o união dos setores populares na Frente Operário- Estudantil-Popular de Santa Catarina. Embora a Frente fora fundada em 1957 com o propósito de combater o comunismo, em setembro de 1963 é rearticulada e reestruturada, assumindo um caráter diferente daquele consubstanciado na sua criação. E nesse sentido a Frente serviu de canalizadora das aspirações populares ao lado dos sindicatos e entidades estudantis.

Em segundo lugar, o amadurecimento da militância dos estudantes e o empenho destes junto às lutas populares. E nisto há que ressaltar que em certos momentos os estudantes até mesmo superestimaram suas forças e chegaram a acreditar que eles seriam os protagonistas da emancipação do povo. Acreditavam que se poderia promover, à curto prazo, mudanças profundas no sistema econômico-social brasileiro.

As liberdades propiciadas pelo Governo Goulart, o crescimento das lutas sociais e o aparente desconcerto dos setores das classes dominantes deu-lhes a impressão de que a revolução estava ao alcance das mãos, isto é, que logo se conseguiria alcançar sobretudo a independência nacional, a reforma agrária, a minimização da pobreza.

Daí que, lutar pelas reformas era levar à revolução. A síntese deste pensamento, que perpassa uma significativa parcela do movimento estudantil, esteve até mesmo impressa no nome do jornal da UCE: "REFORMA", editado quinzenalmente.

As iniciativas que a UCE tomava no sentido de promover a organização popular eram consideradas revolucionárias. Tanto que a UCE, ao enviar uma comissão de universitários ao município de Papanduva, no interior de Santa Catarina, para assessorar os agricultores que aí estavam em conflito como o exército devido à posse da terra, não hesitou em estampar no seu jornal a reportagem intitulada: "UCE inicia revolução no campo".

A história, porém, revelaria que tudo isso era ilusório. Contudo, esta visão da realidade propiciou e encorajou os estudantes, mais do que qualquer outro setor social, a buscar junto ao homem pescador, agricultor, operário, soluções para os problemas mais angustiantes destes.

Neste processo as entidades estudantis passaram a ser um instrumento promotor de trabalhos a serem realizados com a população.

Em novembro de 1963, por exemplo, a UCE assinou um convênio de sete milhões de cruzeiros com o MEC para administrar cursos nas colônias pescadoras do litoral catarinense, visando a alfabetização de oito mil adultos. Chega ainda a receber do Ministério, para o mesmo fim, um carro kombi — que seria chamado pelos estudantes de "carro do povo".

Ações como estas, porém, eram consideradas pelos defensores do capital como "comunizantes", por isso era necessário combatê-las. O

próprio governo de João Goulart estava sendo acusado de estar fazendo “reformas comunistas”.

Assim, por um lado, as classes populares lutavam para garantir o poder aquisitivo dos salários, duramente corroídos por uma inflação que chegava aos 90%, e exigiam maior participação política e garantia de liberdade. Por outro lado, a hostilização dos donos do grande capital e a inquietação das classes médias, preocupadas que, sob a cumplicidade do governo, no Brasil terminasse se implantando um regime como o cubano.

A luta político-ideológica atingia seu auge. Enquanto os trabalhadores exigiam melhores salários usando como meio de pressão os movimentos grevistas, os interesses do latifúndio e do imperialismo se expressavam nas ações subversivas de Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, e de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, que conspiravam abertamente contra o governo federal e a favor de um golpe de estado — que não tardou a chegar.

O estopim da crise que se alastrou por todo o país e culminou com o Golpe Militar em 1o. de abril de 1964, foi o comício convocado pelo Presidente da República João Goulart, em 13 de março desse ano, no Rio. Convocado para uma “demonstração de força” e indicar que o presidente estava ao lado do povo, o comício reuniu inúmeros líderes de organizações populares e sindicais e mais de duzentas mil pessoas. Os oradores foram unânimes em afirmar as reformas de Base, tendo a UNE se destacado no discurso de seu presidente, José Serra. Aí mesmo o Presidente Goulart assinou dois decretos, dando continuidade às Reformas: um declarava de interesse público, para efeito de desapropriação, as terras inapropriadas às margens dos eixos rodoviários, de leitos de ferrovias, de açudes públicos federais e das áreas beneficiadas por obras de saneamento da União, constituindo assim o primeiro passo para concretização da reforma agrária; o outro encampava as refinarias particulares de petróleo, fortalecendo o monopólio estatal.

As reações ao comício não tardaram: “pelo Congresso e pela Imprensa, o latifúndio e o imperialismo denunciaram os decretos firmados como “comunizantes”; os proprietários urbanos, por seu turno, consideraram ‘ilegal e inconstitucional’ o decreto que, no dia seguinte ao do comício, regulamentara, conforme a justificativa de Goulart, ‘o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupadas, preços que chegam a afrontar o povo e o Brasil, oferecidos até mediante dólares’; o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, anunciou que tinha homens armados à sua disposição e garantiu que o ‘Estado está preparado e vigilante para conter quaisquer ameaças, porque os brasileiros aqui radicados não aceitarão regimes escravocratas’. A seguir, num vertiginoso crescendo, os fazendeiros se disseram dispostos

a matar e morrer, se os ‘comunistas’ começassem a invadir as terras desapropriadas, e manifestaram sua repulsa pelo comício, ‘a mais absurda e irrefletida provocação’, de acordo com a ‘tática comunista para assumir o Governo’”⁽⁵⁰⁾.

O regime democrático do governo Goulart estava com os dias contados. O golpe já estava sendo articulado a portas fechadas por autoridades militares e pelos governadores dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Guanabara e Paraná. Mas era preciso que o golpe recebesse uma coloração de movimento bem-vindo em “defesa” da democracia ameaçada. E, de fato, isto veio a acontecer, sob a realização da passeata, denominada pelos organizadores de “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo, reunindo quinhentas mil pessoas.

Enquanto na capital paulista, as manifestantes — senhoras da sociedade — impunham rosários — há muito não rezados — no combate à desapropriação de terras e à infiltração “comunista”, em Florianópolis o povo era espancado pelo Regimento de Cavalaria da Polícia Militar, pelos bombeiros e pela Polícia Civil em praça pública, por atender à convocação da UCE, ao participar de uma manifestação contra o aumento das passagens dos ônibus.

Dias depois, novamente estavam em praça pública os estudantes e o povo manifestando-se contra a carestia. A polícia voltou a reprimir, mas as metralhadoras ameaçadoras, os tiros e as bombas de gás lacrimogênio não foram suficientes para intimidar a massa popular que investiu contra os agentes do DOPS e crivaram de pedras e pauladas o carro da polícia⁽⁵¹⁾.

Uns dias mais tarde fatos como este tornaram-se rotineiros pelo país afora, quando no dia 31 de março, o General Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, declarou-se em estado de rebelião contra o governo federal, ao mesmo tempo que assinava um manifesto conclamando os “brasileiros e militares esclarecidos para que unidos conosco, venham ajudar-nos a restaurar o Brasil, o domínio da Constituição e o predomínio da boa fé no seu cumprimento”.

No dia seguinte, 1o. de abril, o golpe se confirmava. Vários governadores e comandantes militares já haviam declarado apoio ao Comandante da IV Região Militar, e o presidente do Congresso Nacional declara vaga a presidência da República. João Goulart já havia abandonado Brasília e se dirigia ao exílio.

Nos primeiros dias de abril, os militares ainda ficaram de prontidão aguardando uma resistência que não existia. Bem que a UNE lograra ensaiar uma resistência decretando greve geral, objetivando a “mobilização geral contra o golpe, pela legalidade e pela Liberdade Democrática”⁽⁵²⁾. Mas as Forças Militares já tinham o País sob controle, e as lideranças estudantis não tiveram outra escolha senão exilarem-se, fugir ou aguardar a voz de prisão,

assim como aconteceu com os últimos dois presidentes da UCE. Afinal, os golpistas que, por ironia da história, se autodominavam revolucionários e defensores da democracia, voltavam sua ferocidade contra os jovens acadêmicos, e bem demonstraram seus objetivos ao invadir e incendiar o prédio da UNE.

IV CAPÍTULO

OS ESTUDANTES CONTRA A DITADURA

Após o Golpe Militar de 10. de abril vários estudantes catarinenses foram presos ou processados mediante a instauração dos Inquéritos Policiais-Militares (IPM). Outros tiveram que responder a processos inquiridos pelas faculdades.

A repressão policial-militar por conseguinte desmantelou, num primeiro momento, completamente, o movimento estudantil. A entidade máxima de representação dos estudantes, a UCE, teve a sua sede invadida, de madrugada, por soldados da Marinha, e os arquivos arrombados. A Kombi que a entidade recebeu do MEC foi expropriada por agentes do Exército.

Frente à imposição da nova situação, sem os principais líderes e com um restaurante para administrar, a UCE sobreviveu aos esforços dos estudantes menos ativos politicamente.

Por outro lado, a dispersão dos estudantes isolados nas faculdades espalhadas no centro da cidade e no bairro Trindade, o clima de intimidação e de delação, representavam uma grave ameaça à extinção do movimento estudantil autêntico. É neste contexto que o Restaurante Universitário da UCE passou então a ser, mais que anteriormente, o símbolo da resistência aos interesses dos golpistas que pretendiam fazer da geração jovem, ativa e participante nos problemas da nação, uma juventude estudantil silenciosa e bem comportada a recitar slogans e mensagens dos bem selecionados mestres do sistema opressor. Foi, então, o Restaurante Universitário de vital importância para o soerguimento do movimento, pois este se consistia no ponto de concentração para encontros e assembléias. Os universitários elegem Volney da Silva Miles para presidente da UCE, com a principal missão de manter o restaurante funcionando.

Os esforços dispendidos para cumprir tão importante encargo e a perseguição política desencadeada pelo novo regime governamental, tornaram impossível à gestão de Volney Miles efetivar qualquer atividade eminentemente política a não ser a divulgação de uma nota de protesto contra o Anteprojeto enviado pelo Ministro da Educação ao Presidente da República pedindo a

extinção da UNE.

De fato, o Anteprojeto logo veio a ser transformado na Lei No. 4464 de 9 de novembro de 1964, após a aprovação no Congresso Nacional por 126 votos a favor, 117 contra e 5 abstenções⁽⁵³⁾. A Lei, conhecida como Lei Suplicy, substituiu, à revelia dos estudantes, a UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais de Estudantes (DEEs), os Centros Acadêmicos por Diretórios Acadêmicos (DAs) e criou o Diretório Central dos Estudantes (DCE) para onde existissem vários Diretórios Acadêmicos; vetava a estes órgãos estudantis quaisquer manifestação de greve ou propaganda político-partidária e os atrelou ao Ministério da Educação e às autoridades universitárias, que poderiam intervir seja na fixação da data e normas para eleição das diretorias, seja na simples intervenção nas entidades que não estivessem correspondendo aos padrões indicados. Era, em suma, a colocação do movimento estudantil sob tutela do Governo, através da intervenção direta do Ministério da Educação, que objetivava transformar as entidades estudantis em meros centros recreativos e esportivos para poder implantar sem problemas os padrões norte-americanos no ensino brasileiro através dos acordos MEC-USAID — Ministério da Educação e Cultura — United States Agency for International Development.

Visando extinguir o movimento estudantil brasileiro, ao tirar sua autonomia e representatividade, a Lei Suplicy apresentou, contudo, um grande mérito: o de remontar o esquema da ação política dos estudantes contra o regime militar.

1. A Perda do Restaurante Universitário

Em março de 1965, por força da Lei Suplicy, a UCE, agora com o nome de Diretório Estadual dos Estudantes, convocou eleição para substituir a diretoria executiva, ocasião em que é eleito presidente o acadêmico Rui José Candemil, também da Terceira Força.

Ao contrário dos cariocas e de outros Estados, que lideraram a campanha contra a Lei No. 4.464, os universitários catarinenses resolveram assumir inicialmente os termos impostos pela lei, impedindo assim que sua entidade máxima de representação fosse tomada por estudantes direitistas nomeados pela Reitoria da Universidade. Ademais, somente através do DEE se poderia continuar a receber as verbas do MEC e de outros órgãos governamentais, tão importantes para a manutenção do Restaurante Universitário.

Porém, o regime implantado no dia 10. de abril não estava disposto a dar trégua aos estudantes. Percebendo que o montante de dinheiro que pas-

sava nas mãos dos universitários para a administração dos restaurantes — o restaurante da UCE movimentava vinte milhões de cruzeiros mensalmente, sendo que somente 10% provinha de receita própria — representavam a consolidação da legitimidade popular do novo regime, dada a mobilização dos estudantes, o governo, através do MEC, começa a cortar as verbas federais às entidades, ao mesmo tempo em que orienta as Universidades a tomar os restaurantes.

A sangria nas verbas colocou o restaurante da UCE em estado afogante. Numa última tentativa de salvar o restaurante para que os estudantes não ficassem privados de tão importante meio de economia e já que a Universidade não tomava iniciativa para providenciar o seu, a UCE recorre à Reitoria da UFSC solicitando suplementação de verbas. Em resposta à Reitoria, mediante a decisão do Conselho Universitário, se dispôs a atender o pedido, mas sob condição de que seus funcionários administrassem o restaurante.

A resposta da Reitoria foi vista pelos estudantes como uma forma de a Universidade se apropriar da obra que tanto lhes custara. E para definir uma posição objetiva da classe a respeito, a UCE convocou o III Congresso Extraordinário Estadual (o II Congresso Extraordinário foi realizado em março de 1963, dois meses antes da realização do sexto e último Congresso Estadual ordinário, nessa fase da história da UCE), realizado no dia 15 de setembro, que deliberou o seguinte:

1. Não acatar a decisão do Conselho Universitário;
2. Permanecer em greve geral até que seja resolvido o impasse;
3. Efetuar nos lares florianopolitanos uma campanha de alimentos;
4. Ida imediata de um membro do DEE-SC (UCE) a Brasília no sentido de que sejam liberadas as verbas referentes à entidade; e
5. Tentativas de empréstimos junto a estabelecimentos bancários e governo do Estado⁽⁵⁴⁾.

Das proposições tiradas no Congresso Extraordinário as últimas duas não foram encaminhadas. Por outro lado, o movimento grevista, reforçado por um acampamento em frente ao prédio da Reitoria e a campanha desenvolvida junto à população com a adoção por parte desta de universitários para se alimentarem em suas casas, acabaram pressionando o Conselho Universitário a aprovar a abertura de um novo restaurante.

2. A Desativação da UCE (DEE-SC)

A atuação estudantil na defesa do restaurante reacendeu num primeiro momento o movimento em Santa Catarina. Já no mês de maio (1965) os universitários conseguiram realizar uma manifestação contra a invasão dos

Estados Unidos na República Dominicana e se fizeram presentes no XXVII Congresso da UNE, realizado no mês de julho, em São Paulo, a duras penas.

Neste momento, inclusive, a UNE estava recompondo-se das lideranças e recuperando-se do golpe sofrido no ano anterior. Ocorre, porém, que no XXVII Congresso houve uma divisão do movimento, tendo a ala formada pela AP (Ação Popular), POPOP (Política Operária), PC do B (Partido Comunista do Brasil) e outras facções menores se negado a participar nas eleições convocadas para os Diretórios Acadêmicos e Diretórios Centrais e Estaduais dos Estudantes, segundo Decreto No. 56.241, que regulamentara a Lei Suplicy⁽⁵⁵⁾. A cisão — já que a outra ala optara pela participação nas eleições — fez com que estas correntes mais progressistas perdessem a direção de muitas entidades que controlavam.

Por outro lado, também abateu novo surto de repressão policial-militar.

Em outubro de 1965, por exemplo, na Universidade Federal de Santa Catarina, as eleições do Centro Acadêmico XI de Fevereiro sofreram por duas vezes consecutivas a intervenção por policiais do DOPS que recolheram as urnas, segundo a determinação do Secretário de Segurança Pública, Coronel Danilo Klaes, sob alegação de que o estudante que encabeçava a chapa única “era conhecido como subversivo”⁽⁵⁶⁾.

Os reflexos destes acontecimentos logo se fizeram sentir: novo enfraquecimento do movimento estudantil. Apesar disto, o regime autoritário não conseguia abater de todo a rebelião jovem. Os fatos evidenciavam o que “a simples história do assunto está a demonstrar”, como afirmaria o Ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, no fim de 1965⁽⁵⁷⁾.

A “instauração da disciplina nos meios universitários”, como pretendia o Ministro da Educação com sua lei, não conseguia, porém, atingir seus objetivos.

Em abril de 1966, foi eleito presidente da UCE o acadêmico Atahualpa G. M. Passos. 1966 iniciou com o movimento estudantil em ascenso.

Nas capitais dos principais Estados pipoquearam passeatas estudantis, havendo enorme repercussão no país e no exterior. A temática da mobilização estudantil partiu das liberdades democráticas contra a intervenção norte-americana na educação e em outros setores da vida nacional⁽⁵⁸⁾.

Em julho, a UNE, num dribble perspicaz contra o enorme esquema policial-militar armado, conseguiu realizar seu XXVIII Congresso nos porões do Convento Franciscano de Belo Horizonte. O Congresso, que contou com a participação de delegados catarinenses, representou ser o mais importante na história da entidade no regime ditatorial.

A UCE, por seu turno, conseguiu se restabelecer em parte. A perda do restaurante representara à Entidade um esvaziamento de identidade. Isto é, a UCE perdera aquilo que lhe era naquele momento a peça angular na estru-

tura de fortalecimento do movimento. Por isso, agora, ao recuperar-se, tenta reativar o restaurante, mas as dificuldades eram tamanhas que acabaram por frustrar a tentativa da diretoria.

A contraposição ao fortalecimento da UCE no início do primeiro semestre de 1966 se deu com as entidades de base. Devido às orientações tomadas no XXVIII Congresso da UNE de boicote à Lei Suplicy, juntamente com a repressão nas faculdades sobre as lideranças, as eleições de agosto para os Diretórios Acadêmicos e Diretório Central acabaram sendo esvaziados pelo desinteresse dos estudantes.

As diretorias que assumiram não tiveram suficiente capacidade para conduzir o movimento, resultando assim no esmorecimento da atuação estudantil que, por consequência, geraram a inação, das entidades. E neste embalo a UCE ficou completamente desativada, só vindo a ressurgir 13 anos mais tarde.

V CAPÍTULO

1968: A EBOLIÇÃO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E O AI-5

A crise que persistiu no movimento estudantil catarinense a nível nacional também houve uma fase de descenso — no final de 1966 e início do ano seguinte, começou a ser superada em meados de 1967.

A insignificância das gestões 66/67 nos Diretórios Acadêmicos e no Diretório Central serviram de fonte de crítica aos descertos na direção do movimento. Da avaliação feita resultou a eleição de lideranças mais progressistas que as do ano anterior.

Para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Santa Catarina, foi eleito presidente o acadêmico Heitor Bittencourt Filho (Heitorzinho).

Na UCE (DEE-SC), por outro lado, a eleição não teve procedência, devido às seguintes considerações: a) Na ocasião em que a Universidade Federal de Santa Catarina iniciou suas atividades, 1962, foi criada a Federação dos Estudantes da Universidade de Santa Catarina — FEUSC. Tendo em vista a liderança histórica da UCE na coordenação do movimento estudantil no Estado, a FEUSC incumbiu-se das tarefas menos de cunho político, como as questões de ordem cultural e esportiva, enquanto que a UCE manteve-se prioritariamente na condução política do movimento estudantil; b) A Lei Suplicy, em 1964, criou os Diretórios Acadêmicos (DAs), o Diretório Central (DCE) e o Diretório Estadual dos Estudantes (DEE), sendo que só estes eram reconhecidos legalmente pela Universidade. Para efeito de re-

presentatividade junto aos órgãos colegiados da instituição universitária e para ter direito ao crédito de verbas governamentais repassados pela Universidade, a FEUSC e a UCE passaram a receber os nomes correspondentes aos atribuídos em Lei; c) Apesar de, em 1967, haver Faculdades no interior do Estado mas recém-fundadas, estas não possuíam Diretórios Acadêmicos organizados e atuantes, a não ser o Diretório da Faculdade de Engenharia de Joinville que se filiou à UCE (DEE-SC) em 1966; d) Sendo que o movimento estudantil no Estado se restringia à Universidade Federal, os estudantes optaram em centralizar sua organização no Diretório Central dos Estudantes (DCE) dessa Universidade: as reivindicações estudantis estavam mais diretamente relacionadas à Universidade e era com esta que se dava o confronto. A tática política dos estudantes, portanto, consistia em utilizar um instrumento político reconhecido em Lei; e) Também por questão de tática, não convinha ao movimento manter a União Catarinense de Estudantes (o DEE-SC), pois além de estar sujeita ao controle de “ministerialistas”, tinha a mesma função do DCE: coordenar e orientar o movimento que estava limitado à Universidade Federal. Manter as duas entidades, por conseguinte, equivaleria a um desgaste nas lideranças.

Desta forma, a eleição para a executiva da UCE (DEE-SC) não foi convocada com a expiração do mandato da gestão de Atahualpa Passos, e a entidade ficou relaxada. E como o DCE já estava sediado no mesmo prédio da UCE (DEE-SC), este assumiu a administração do patrimônio daquela.

1. A Explosão da Rebelião Jovem

O processo desencadeado nas eleições sucessórias nas entidades seria irreversível no aprofundamento da análise do movimento estudantil e da conjuntura nacional. Por outro lado, os acontecimentos nacionais propiciavam o debate e as discussões. Vinha-se de um ano em que o governo federal desenvolvera sistemática repressão às manifestações e mobilizações estudantis, ao mesmo tempo em que investira só numa cartada — em setembro de 1966 — vinte bilhões de cruzeiros em Obrigações do Tesouro na fundação do Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUNDES), numa veemente tentativa de esvaziar a rebelião dos jovens. A investidas do governo militar contra os estudantes, vale dizer, contra a educação, tiveram prosseguimento no ano de 1967. A Lei Suplicy foi aperfeiçoada (lê-se: em favor do regime) no Decreto-Lei 228 que a substituiu, consolidando assim a implantação do Acordo MEC-USAID. O Decreto-Lei 228 também extinguiu o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), pois, segundo o Ministro da Educação, estava dando pouco resultado face aos investi-

mentos governamentais. Os recursos consignados à Educação no Orçamento da União ficaram em 8,7% contra os 11% de dois anos anteriores, ao mesmo tempo em que aumentava consideravelmente o número de estudantes. Afora estas questões aconteceu o suspeito desastre aéreo que vitimou o Presidente da República Marechal Castelo Branco, fazendo evidenciar que a “Revolução de 64”, tinha muitos donos, e a tentativa do regime ditatorial em legitimar-se com a vigoração da nova Constituição.

Em consideração a estas e outras questões, sejam elas pertinentes à autonomia e liberdade de ensino ou com relação à emancipação do povo brasileiro, os estudantes radicalizaram suas posições no XXIX Congresso Nacional. Realizado clandestinamente no Convento dos padres dominicanos, na cidade de Valinhos (SP) (59), o Congresso traçou as orientações para o movimento na Carta Política da UNE. O Documento aprovado, após analisar o contexto mundial, com as lutas de libertação dos povos subdesenvolvidos e a reação do imperialismo em manter a dominação, aponta “uma aliança fundamental das classes dominantes brasileiras com o imperialismo”, recordando que antes do golpe de abril de 1964, “o povo foi vítima de ilusões reformistas”, por isso “não resistiu à ditadura” implantada. No que concerne à libertação, o documento fala que ela “terá de ser conseguida na luta junto com os trabalhadores. . . pela tomada do poder e o estabelecimento do estado dos trabalhadores e camponeses”. E acrescenta, “o estudante participa dessa luta, na medida em que se organiza, se educa política e ideologicamente”; no momento a luta do movimento estudantil, caracteriza-se pela democracia da ditadura e do imperialismo e pela luta concreta que o imperialismo e a ditadura propõem para a Universidade”. Nesta luta, “o movimento estudantil deve preparar-se para a aliança com as classes que historicamente têm condições de levar adiante de forma conseqüente, as transformações revolucionárias da sociedade — os operários e os camponeses”. Conclui ainda, “a luta reivindicatória do movimento estudantil deve ser fator de mobilização, organização e educação do movimento estudantil”, além de “fortalecê-lo em suas bases”.

E, entre os 11 itens do programa de luta a Carta colocava: “Luta contra o Acordo MEC—USAID, a reforma universitária da ditadura, privatização da universidades”; “exigência de aumento de verbas para o ensino”; “luta contra tentativas da ditadura de esmagar o Movimento Estudantil através do decreto de greve, através de entidades pelegas (Decreto-Lei 228) e através da corrupção de lideranças estudantis (MUDES)” (60).

Vê-se, portanto, que o movimento estudantil preparava-se para a radicalização na ação contra a ordem institucionalizada.

O estopim para que os estudantes passassem da radicalização das palavras à radicalização dos atos foi aceso a 28 de março de 1968. Neste dia o

estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi barbaramente assassinado pela polícia carioca quando jantava no restaurante estudantil do Calabouço.

O assassinato confirmava o aumento de violência posta em prática contra os estudantes pelo esquema de repressão policial. Este, aliás, era articulado diretamente de Brasília, com a nomeação do Coronel Meira Matos, em janeiro de 1968, pelo governo de Costa e Silva, para presidir a Comissão Especial que iria “supervisionar e coordenar as diretrizes governamentais no setor estudantil”, por delegação do Ministro da Educação. Assim, o Governo demonstrava não reconhecer aos estudantes nem mesmo o direito de clamar contra a ameaça que pairava a educação ou ainda da péssima alimentação que tinha (61).

Era essa a “ação subversiva” que Edson Luís estava praticando na hora em que a Polícia Executiva, sob o comando do General Oswaldo Niemeyer, abriu fogo sobre um grupo de estudantes no restaurante Calabouço. Ao ser interpelado sobre a barbárie policial, o general encontrava a explicação: — “A Polícia está inferiorizada em potência de fogo”. O militar revolucionava toda a teoria sobre armamentos, ao considerar garfos, colheres, bandejas e facas de cozinha armas mais poderosas do que revólveres e pistolas calibre 45 (62).

Os estudantes, na verdade, eram responsabilizados, juntamente com a Igreja e a Frente Ampla, por 90% das enxaquecas governamentais, como diria Poerner (63). As constantes manchetes nas primeiras páginas dos jornais como: “Os Estudantes e Costa e Silva”, por exemplo, comprovam ainda mais este fato.

Daí a repressão e as fortunas que o SNI (Serviço Nacional de Informação) pagava aos “estudantes profissionais” para obter informações nas salas de aula.

As manifestações de repúdio ao assassinato de Edson Luís foram imediatas e quase que espontâneas de norte a sul do País. Acompanhando o movimento nacional, o DCE da Universidade Federal de Santa Catarina decretou greve por três dias, e nunca uma greve foi tão estupenda.

No último dia da greve, que culminava com o 4o. aniversário do golpe, nem mesmo o vento e a chuva, fizeram com que os estudantes, ainda que com guarda-chuvas, tomassem as ruas de Florianópolis com cartazes e faixas que conjunturavam “Fora o imperialismo ianque”, “Fora a intervenção americana nos assuntos internos do país”, “O Estado Policial que caracteriza a ditadura”, “Meu filho está morto, o seu poderá ser o próximo”; e a passeata seguia atrás de grande faixa: “Neste luto, começou a luta!” (64).

De fato, aí iniciou uma nova investida contra o governo “revolucionário” de 1o. de abril — triste dia na História do Brasil, e que a sabedoria po-

pular o consagrou como o dia da mentira —, pois, para os estudantes (e outros setores aliados às classes populares) este somente “trouxe o arrocho do poder militar — com torturas, prisões de inocentes, cassações de mandatos eletivos legitimamente outorgados, insegurança, extinção de sindicatos e de entidades estudantis” (65). Os “revolucionários de 64”, entretanto tinham um comandante externo; por isso foi necessário que os estudantes queimassem em praça pública a bandeira dos Estados Unidos aos gritos “este é o fim dos inimigos do povo”.

Ao contrário de outros centros, onde a política ceifou a vida de mais três jovens nas manifestações de repúdio ao “governo assassino”, os estudantes de Florianópolis não sofreram repressão. Aí o regime anti-popular mostrava suas contradições internas nas atitudes e palavras do então Secretário de Segurança Pública, General Paulo Weber Vieira da Rosa, que garantiu ao presidente do DCE — detido dois dias antes da passeata — que seria garantida a liberdade de manifestação aos estudantes, pois “os movimentos estudantis sempre têm seus pontos positivos, como o idealismo, a disposição e a sinceridade dos jovens pelas causas que defendem” (66).

A mesma visão já não encontrava consonância no pensamento do governador do Estado Ivo Silveira, ao afirmar que “em caso extremo (o que é “um caso extremo” num regime de exceção?) era necessário usar jatos d’água, gás lacrimogênio e cassetetes para reprimir com violência, para garantir a ordem”.

Já na Assembléia Legislativa o deputado arenista Gentil Bellani fizera questão de afirmar que “jamais daria permissão a seus cinco filhos estudantes de participarem em movimentos que não visassem estritamente a defesa dos direitos dos estudantes do Brasil”, porque aquele que estava aí “nas ruas “é um movimento que tem por fim impedir o trabalho ordeiro do País” (67).

Os estudantes, no entanto, estavam convictos de suas idéias libertárias e de serem os portadores da denúncia que depravaría o regime que por todos os meios tentava ampliar sua estreita base de sustentação.

E o assassinato de Edson Luís contribuíra ao desencadeamento desse processo. Logo o País assistiria às maiores manifestações de sua história.

Toda a atuação estudantil concentrava-se no confronto com o regime militar, objetivando denunciá-lo e desgastá-lo. Por outro lado, o governo oferecia condições de sobra para que isto acontecesse, com suas medidas arbitrárias. Os estudantes, por seu turno, não perdiam as oportunidades de se aproveitar dessas medidas para usá-las como tática política no confronto.

Foi nesta perspectiva que no dia 29 de maio estourou outra greve na UFSC. O movimento grevista, encetado pelos estudantes de medicina — liderados pelo Diretório Djalma Moelmamm —, teve como pólo gerador os termos do Contrato de Locação que o reitor João David Ferreira Lima

firmara com a empresa Daux, no aluguel de diversas casas que serviam de alojamento para 256 universitários. O Contrato fixava o preço de noventa e nove cruzeiros mensais por estudante, dos quais a Universidade subsidiava setenta e nove cruzeiros.

Os estudantes exigiram a rescisão do contrato, pois fora feito arbitrariamente e por um preço 40% acima do índice médio da cidade, sendo, portanto, lesivo aos cofres da Universidade.

Entretanto, a greve era a arma que os estudantes possuíam e dela usavam para repudiar a nefasta política de retenção de verbas do Ministério da Educação, na implantação do ensino privado. Colocava-se em pauta ao mesmo tempo a luta pelo poder nas decisões que atingiam a comunidade universitária, numa palavra, a democracia interna. Evidentemente que tais questões colocavam em cheque a política do regime militar.

Durante o clima de repressão e perseguição política às liberdades democráticas, juntamente com a intensa campanha propagandística-ideológica do governo, o movimento estudantil era dos poucos setores sociais nesses dias que conseguia burlar o bloqueio do regime e trazer a público a denúncia do regime.

Assim que, em onze dias de greve, o movimento universitário da UFSC se impôs perante a opinião pública conseguindo ser a principal manchete nos meios de comunicação. Ademais, os slogans “menos armas para calar, mais verbas para Educar”, “Mais pão, menos canhão”, “Povo organizado derruba a Ditadura”, “Abaixo o MEC—USAID”, e as passeatas fúnebres que enterraram simbolicamente o “reitor”, o “MEC—USAID” nas manifestações, exprimiam a repugnância da geração jovem à estrutura educacional reacionária e distante dos interesses da grande maioria dos brasileiros, que o governo sustentava.

A rebelião estudantil, não só ameaçava abalar os alicerces governamentais no Brasil. Ela também se mostrava instigante em diversos lugares do globo, como por exemplo, na Europa, especialmente na França. Daí a manchete de primeira página de “Os Estudantes não mandam flores”: enquanto os estudantes de Paris mantinham sob ocupação a Sarbone, os estudantes de Florianópolis saíam em passeata e protestavam contra o Governo, o Ministério da Educação e a Reitoria da UFSC (68).

A greve quebrou a intransigência da Reitoria, trouxe verbas para a Universidade e conquistou a rescisão do contrato das casas de estudantes, como também garantiu a compra, pela Reitoria, de dois prédios para a moradia estudantil (Casas “Planalto” e “Lusc”), além de “bolsas para moradia” para estudantes que residiam em outras pensões.

A vitória empolgara o movimento estudantil catarinense que já se preparava nos Grupos de Trabalho para o Congresso da UNE.

Neste momento constatava-se no País grandes mobilizações de protesto ao governo, como por exemplo, as "Passeatas dos Cem Mil" (porque em ambas intervieram mais de cem mil manifestações), em 26 de junho e 4 de julho, no Rio de Janeiro. Isto foi suficiente para dar a impressão a muita gente que se avizinhava uma nova fase de "abertura democrática" no Brasil. A sensação de eminente democratização fez com que muitos perdessem o medo e decidissem dar a sua parte para a construção de uma sociedade mais livre e justa. Escreveram-se mais artigos de denúncias da injustiça e da opressão; promoveram-se mais debates e lançamentos de livros sobre a realidade nacional; muitos setores da vida nacional, enfim, encorajaram-se a construir novos dias⁽⁶⁹⁾.

Porém, o otimismo fora exagerado e a realidade do estado de força voltou a vigorar no País. No fim de agosto, foi desencadeada violenta repressão a uma manifestação em São Paulo. No dia seguinte, o palco da brutalidade foi a própria Capital Federal, com a invasão da Universidade de Brasília. Aí foram usados trinta carros da Polícia Civil, duas companhias da Polícia Militar, agentes do DOPS e do SNI. Todo esse aparato militar para desalojar cinco estudantes "subversivos", entre os quais o líder Honestino Monteiro Guimarães, cuja captura seria imprescindível à segurança nacional⁽⁷⁰⁾.

O Regime Militar começara então a endurecer suas posições. E os estudantes que não se coadunaram com a nova ordem implantada passaram a ser o inimigo número um desse estado, pois a resistência destes à Ditadura começava a reanimar o movimento operário, desde abril de 64 desbaratado e amortecido pelas autoridades militares.

Em meados de outubro, teria de ser realizado o XXX Congresso da UNE — que havia sido adiado em agosto. O local escolhido para sediar o conclave clandestino foi num sítio ao redor da pequena e modesta cidade interiorana de São Paulo, Ibiúna, para onde afluíram cerca de 800 jovens, como delegados e representantes dos estudantes brasileiros.

As autoridades policiais-militares do Estado de São Paulo, logo descobriram o local do Congresso, e desfecharam um cerco sobre o sítio. No dia 14, quase todos os congressistas de Ibiúna foram presos e transportados para o presídio Tiradentes, na capital paulista. Entre eles estavam os 12 estudantes de Florianópolis que compunham a delegação catarinense.

Dois dias após os acontecimentos em Ibiúna, foi realizada uma passeata nas ruas da cidade ilhéu barriga-verde, o mesmo acontecendo em todos os centros do País. Isto apressou a libertação dos congressistas.

No dia 13 de dezembro, o Marechal Costa e Silva, usando sob pretexto o discurso do Deputado Federal Márcio Moreira Alves que teria "ofendido as Forças Armadas", edita, então, o mais famoso Ato Institucional, o de No. 5 (AI-5), do governo golpista, e o Decreto 477, que desbaratariam comple-

tamente o Movimento Estudantil brasileiro, além de todas as organizações populares e sindicais, submetendo o País ao mais horrendo regime governamental.

O Movimento Estudantil em Santa Catarina seria novamente reanimado 11 anos mais tarde, por ocasião do I Encontro Catarinense de Estudantes, em setembro de 1979, na cidade de Florianópolis.

NOTAS

- 1 *Folha Acadêmica, Ano I, No. 1, de 10 de novembro de 1943, p. 3.*
- 2 *Folha Acadêmica, maio de 1944, p. 4.*
- 3 *Memorex: Elementos. . . op. cit., s/p.*
- 4 *Poerner, op. cit., p. 176.*
- 5 *Id. ibid., p. 177.*
- 6 *Mendes Júnior, op. cit., p. 51.*
- 7 *Poerner, op. cit., p. 179.*
- 8 *Memorex: Elementos. . . op. cit., s/p.*
- 9 *Id. ibid., s/p.*
- 10 *Folha Acadêmica, No. 29, maio/junho de 1949, p. 6.*
- 11 *Id. ibid., p. 1.*
- 12 *Folha Acadêmica, No. 30, agosto/setembro de 1949, p. 8.*
- 13 *Na ocasião o Estado de Santa Catarina contava com cinco escolas de ensino secundário. O ensino Universitário estava composto de três Faculdades, uma das quais recém-fundada, e todas localizadas em Florianópolis. Em 1940 o número de universitários matriculados somava 191. Devido ao reduzido número de universitários o I Congresso Estadual de Estudantes (assim como o segundo) foi realizado por estudantes dos dois níveis de ensino.*
- 14 *A Gazeta, 15 de maio de 1952, p. 8.*
- 15 *Memorex: Elementos. . . op. cit., s/p.*
- 16 *Poerner, op. cit., p. 181.*
- 17 *Id. ibid., p. 183.*
- 18 *Memorex: Elementos. . . op. cit., s/p.*
- 19 *A Gazeta, 14 de maio de 1953, p. 2.*
- 20 *A Gazeta, 24 de maio de 1953, p. 7.*
- 21 *Relatório das Atividades da União Catarinense de Estudantes, Gestão 53/54, p. 6 (texto mimeografado).*
- 22 *Frei Oscar F. Lustosa, Presença da Igreja no Brasil, Giro, SP, 1977, p. 6.*
- 23 *Id. ibid., p. 77.*
- 24 *O Lutador, 7 de outubro de 1956, No. 4, p. 2-10.*
- 25 *O Estado, 7 de outubro de 1956, p. 7.*
- 26 *A Gazeta, 21 de outubro de 1956, p. 8.*
- 27 *Manifesto aos Estudantes de Santa Catarina, Bancada de Direito, in O Estado, 10 de abril de 1958, p. 8.*
- 28 *Poerner, op. cit., p. 189-200.*
- 29 *L. A. G. de Souza, A JUC: Os Estudantes Católicos e a Política, Vozes, Petrópolis, RJ, 1984, p. 197.*
- 30 *Id. ibid., p. 103.*
- 31 *Id. ibid., p. 101.*
- 32 *JUC, Boletim Nacional, in L. A. G. Souza, op. cit., p. 142.*
- 33 *JUC, Anais do VIII Conselho Nacional de Dirigentes, in L. A. G. Souza, op. cit., p. 147.*
- 34 *J. O. Beozzo, Les Mouvements des Universitaires Catholiques au Brésil, in L. A. G. Souza, op. cit., p. 149.*
- 35 *Souza, op. cit. p. 159.*
- 36 *Id. ibid., p. 198.*

- 37 *Id. ibid., p. 199-200.*
- 38 *Memorex: Elementos. . . op. cit., s/p.*
- 39 *Depoimento de um ex-militante do movimento estudantil, 29/02/84.*
- 40 *O Estado, 20 de maio de 1960, p. 8.*
- 43 *Nota oficial da UNE, in Memorex: Elementos. . . op. cit., s/p.*
- 44 *História da UNE – Depoimentos de ex-dirigentes, Livramento, São Paulo, 1980, p. 15.*
- 45 *Depoimento de um ex-dirigente da UCE, 29/02/84.*
- 46 *Id. ibid.*
- 47 *Id. Ibid.*
- 48 *História da UNE – Depoimento. . . op. cit., p. 17. Segundo a Revista “Movimento” da UNE a UNE-Volante visitou cerca de 250 faculdades no Brasil inteiro, em três meses de trabalho.*
- 49 *Poerner, op. cit., 196-197.*
- 50 *Id. ibid., p. 201-202.*
- 51 *Reforma, Jornal da UCE, 15 a 30 de março de 1964, Ano I, No. 11, p. 1.*
- 52 *Nota da UNE, in Memorex: Elementos. . . op. cit., s/p.*
- 53 *Poerner, op. cit., p. 232.*
- 54 *Deliberações do Congresso Extraordinário, in O Estado, 17 de setembro de 1965, p. 8.*
- 55 *Poerner, op. cit., p. 261.*
- 56 *A Gazeta, 20 de outubro de 1965, p. 8.*
- 57 *Memorex: Elementos. . . op. cit., s/p.*
- 58 *Poerner, op. cit., p. 267.*
- 59 *Segundo Arthur J. Poerner (Poder Jovem, p. 290) o dispositivo policial para impedir o Congresso contou com 300 rádiopatrulhas. Mas a polícia só conseguiu chegar ao local depois do término do Congresso, ocasião em que os policiais invadiram e depredaram o convento para atribuir os danos aos estudantes, e prenderam inúmeros padres (10 eram norte-americanos) que, aos recusarem-se a dar os nomes dos estudantes à polícia, foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Carta Política da UNE, in Memorex: Elementos. . . op. cit., s/p.*
- 60 *Poerner, op. cit., p. 285.*
- 62 *Id. ibid., p. 293.*
- 63 *Id. ibid., p. 282.*
- 64 *O Estado, 3 de março de 1968, p. 8.*
- 65 *O Estado, 3 de março de 1968, p. 1.*
- 66 *Id. ibid., p. 1.*
- 67 *Id. ibid., p. 1.*
- 68 *O Estado, 2 de junho de 1968, p. 8.*
- 69 *Poerner, op. cit., p. 299.*
- 70 *Id. ibid., p. 301.*

ENTREVISTA DE DOMINGOS AUGUSTO GAIO, PRESIDENTE DA UCE, GESTÃO 60/61, CONCEDIDA A MARCÍLIO CÉSAR KRIEGER, ENTÃO REDATOR DA COLUNA "NOTÍCIAS UNIVERSITÁRIAS", NO JORNAL "A GAZETA".

(Esta entrevista foi publicada pela A GAZETA, em 9 de março de 1961)

P.: Gaio, em que situação a atual diretoria encontrou a UCE?

R.: A gestão da atual diretoria iniciou-se em 28 de maio de 60, tendo encontrado os cofres da entidade totalmente "raspados", com dívidas no montante de Cr\$ 200.000,00. A situação da UCE perante o governo federal era da mais completa irregularidade, principalmente no que se refere a comprovação da correta aplicação das verbas recebidas. As prestações de conta dos auxílios recebidos em 1956/57, exigiram-nos quatro meses de árduo esforços. As documentações existentes não faziam as exigências legais. Quando fomos eleitos para presidir a nossa entidade de classe, a sede da UCE achava-se às escuras, pois que a ELFFA cortara o fornecimento de luz por falta de pagamentos. A dívida para com esta empresa de eletricidade atingia a casa de Cr\$. . . 15.000,00.

Para se fazer uma idéia da situação em que a UCE se encontrava, basta dizer que tivemos que pagar na Prefeitura Municipal, a licença para a construção do prédio, cujas obras tiveram início a mais de quatro anos.

P.: Qual a situação atual?

R.: As dívidas são pagas, conseguimos com a decisiva colaboração do Senador Galloti, a inclusão no orçamento federal, para o presente exercício, de uma verba de três milhões e quatrocentos mil cruzeiros, para o Restaurante Universitário. No orçamento Estadual, está consignada uma verba de quinhentos mil cruzeiros em favor do Restaurante Universitário, graças à oportuna emenda do Deputado Delamar Vieira.

Fomos obrigados a substituir toda a instalação elétrica do prédio, bem como providenciar a instalação de um medidor de luz. Partes já concluídas, foram totalmente reformadas, como o madeiramento do telhado. No momento está se processando a substituição das calhas. Foram rebocadas várias paredes externas e feitos o acabamento e pintura da fachada principal do prédio.

Várias portas e janelas do terceiro pavimento, que estavam por serem feitas, já estão conclusas.

Adquirimos por cento e quatorze mil cruzeiros, trinta mesas com tampo de fórmica, para o R. U., uma geladeira de 70 pés, pela importância de duzentos e dez mil cruzeiros; um bar já instalado no valor de trezentos mil cruzeiros; os equipamentos para a cozinha, que nos custaram um milhão e quatrocentos e quarenta mil cruzeiros, sendo que uma parte já está sendo instalada e a outra deverá chegar a Florianópolis, ainda este mês.

Foram construídos ainda muros em frente ao prédio; a escada que dá acesso ao andar térreo da cozinha, bem como o reboco das paredes, o piso, a janela e a porta desta parte da construção. A conclusão das obras está prevista para o fim do corrente mês. Esperamos que em princípios de abril, o Restaurante Universitário estará em condições de funcionamento.

P.: Quais as Pessoas que lhe emprestaram maior colaboração?

R.: Dentre os membros da Diretoria, é justo ressaltar o trabalho do vice-presidente Djalma Duarte, e do tesoureiro Nilton Chaves, sem falar no procurador do Restaurante Universitário, Edilson Meirelles Sperândio, a cujos esforços e competência, é devido em grande parte, o adiantamento das obras. Revela também, lembrar a colaboração que nos deram na fase financeiramente mais difícil, o Clube Soroptimista de Florianópolis e as Pioneiras Sociais.

P.: Quais os planos que tem a atual diretoria no que tange ao funcionamento do Restaurante Universitário?

R.: O ideal seria que a administração do RU, fosse feita por funcionários do SAPS, a exemplo do que ocorre em vários Estados. Para isso já tomamos as necessárias providências, tendo, entretanto, poucas esperanças de conseguir êxito, uma vez que aquela autarquia não está disposta sequer a renovar os convênios existentes com RR. UU.

Caso não seja possível conseguir a colaboração daquele Órgão Federal, a administração ficará a cargo de universitários, e para manutenção contaremos com subvenção da União, do governo Estadual e dos municípios catarinenses. Do Governo do Estado esperamos conseguir auxílio, também de pessoal uns três ou quatro funcionários. Aliás, esta será uma das melhores maneiras do governo estadual auxiliar os estudantes, financeiramente necessitados, do interior catarinense, que procuram a Capital para prosseguirem os seus estudos. Em todas as unidades da Federação, os restaurantes estudantis recebem o apoio dos governos locais. Temos certeza de que o de Santa Catarina não será uma exceção.

A GAZETA, 9 de março de 1961.

BIBLIOGRAFIA

Livros:

- WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *O QUE É UNIVERSIDADE*. Coleção Primeiros Passos, No. 91, São Paulo, SP, 1983.
- SCHROEDER, O. B. *RENOVAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR*. Imprensa Universitária, Florianópolis, SC, 1968.
- STEGER, Hanns-Albert. *A UNIVERSIDADE NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA AMÉRICA LATINA*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, RJ, 1970.
- RIBEIRO, Darci. *A UNIVERSIDADE NECESSÁRIA*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 1978, 3a. edição.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A UNIVERSIDADE TEMPORÁ*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *UNIVERSIDADE BRASILEIRA*. Alfa-Omega, São Paulo, SP, 1979.
- CABRAL, O. R. *HISTÓRIA DE SANTA CATARINA*. Imprensa Universitária, Florianópolis, SC, 1968.
- SANTOS, SC. *EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM SANTA CATARINA*. Imprensa Universitária, Florianópolis, SC, 1968.
- FERREIRA LIMA, João David. UFSC: *SONHO E REALIDADE*. Imprensa Universitária, Florianópolis, SC, 1980.
- PEREIRA, Luiz C. Bresser. *AS REVOLUÇÕES UTÓPICAS*. Vozes, Petrópolis, RJ, 1979.
- POERNER, Arthur José. *PODER JOVEM*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 1979, 2a. ed.
- MENDES JÚNIOR, Antônio. *MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL*. Coleção Primeiros Passos, No. 23, São Paulo, SP, Brasiliense, 1981.
- TRONÇA, Ítalo. *REVOLUÇÃO DE 1930: A DOMINAÇÃO OCULTA*. Coleção Tudo é História, No. 42, Brasiliense, São Paulo, SP, 1982.
- MARANHÃO, Ricardo. *O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK*. Coleção Tudo é História, No. 14, Brasiliense, São Paulo, SP, 1981.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *GOVERNO GOULART E O GOLPE DE 64*. Coleção Tudo é História, No. 48, São Paulo, SP, 1984, 4a. ed.
- VV. AA. *MEMOREX: ELEMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA UNE*. DCE-Livre "Alexandre Vanuchi Leme", São Paulo, SP.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. *JUC: OS ESTUDANTES CATÓLICOS E A POLÍTICA*. Vozes, Petrópolis, RJ, 1984.
- HISTÓRIA DA UNE – DEPOIMENTO DE EX-DIRIGENTES*. Livramento, São Paulo, SP, 1980.

LUSTOSA, Frei Oscar de Figueiredo. *A PRESENÇA DA IGREJA NO BRASIL*. Giro, São Paulo, SP, 1977.

Jornais:

- O ESTADO*, diário, Florianópolis, SC.
- A GAZETA*, diário, Florianópolis, SC.
- O LUTADOR*, órgão oficial da UCE, 1956–1958, Florianópolis, SC.
- REFORMA*, Jornal da UCE, 1963–1965, Florianópolis, SC.
- FOLHA ACADEMICA*, órgão oficial do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, 1943–1958, Florianópolis, SC.
- O ACADEMICO*, órgão oficial do Centro Acadêmico "José Boiteux", 1939–1945, Florianópolis, SC.



37388



CUIDE DO LIVRO

IODESC

N.Cham. 322.44 M844m

Autor: Moretti, Serentio A. (Serentio

Título: Movimento estudantil em Santa Catarina .



2442250

68087

FAED